

Revista

E-ISSN: 2526-3552

IDEALOGANDO

REVISTA CIENTÍFICA / REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFPE

CIÊNCIAS SOCIAIS

ANO 2, V.2 N.2 2018

DOSSIÊ & AVULSOS

ORG.: RICARDO SANTIAGO



REFLEXÕES E PERSPECTIVAS
NO TEMPO DA IMPREVISIBILIDADE



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

Revista Idealogando:

Revista de Ciências Sociais da UFPE

Imagem da capa

Bruno Florêncio

Revista Idealogando: Revista de Ciências Sociais da UFPE. Ano 2, v. 2
(2): 2018.

Semestral

Resumos em Português e Inglês.

Editor: Wenderson Santos Lima

Inclui bibliografia

ISSN 2526-3552

1.Ciências Sociais – Periódicos. 2. Antropologia. 3. Sociologia. 4. Ciência Política I. Lima, Wenderson Santos II. Universidade Federal de Pernambuco. CFCH

CDU 3 (81) UFPE

INDEXADA EM

Academia.edu

BASE - Bielefeld Academic Search Engine

Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral

Google Acadêmico

LivRe - Periódico de Livre Acesso

LUX Leuphana

Nelson Mandela University

PKP - Index

REDIB - Portal de revistas Científicas Latinoamericanas

Sindex- Scientific Indexing Services

Social Science Research Center Berlin

SSOAR - Social Science Open Access Repository

Sumários.org - Sumários de Revistas Brasileiras

CONTATOS:

E-mail: revistaidealogando@gmail.com

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/idealogando/index>

APOIO INSTITUCIONAL

Coordenação de Ciências Sociais – UFPE

Pós-graduação em Antropologia - PPGA/UFPE

Revista Idealogando:

Revista de Ciências Sociais da UFPE

Ano 2, v. 2 (2): 2018

A **Revista Idealogando** é uma revista eletrônica, com publicação semestral, de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco. Tem como objetivos principais divulgar e estimular a publicação de trabalhos científicos, dentro das três grandes áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Dessa forma, a revista tem como foco, promover a troca de experiências dentro de um ambiente interdisciplinar, além de, servir como instrumento de divulgação de estudos científicos, dentro da pesquisa, ensino e extensão.

Editor

Wenderson Luan Dos Santos Lima

Comissão Editorial 2018/2019

Aline Oliveira Gomes da Silva - UEL

David Ferreira de Araújo

Henrique Rodrigues Moreira – UFF

Jéssica Costa Silva

Lucas Portela Delgado Freitas

Lujan Fragoso de Farias Júnior

Marcos Cesar Martins Pereira

Rayza Almeida da Hora Silva

Tales Corrêa Simão - UFJF

Wenderson Luan Dos Santos Lima

Projeto gráfico, diagramação e capa

Wenderson Luan dos Santos Lima

Revisão

Lujan Fragoso de Farias Júnior

Aline Oliveira Gomes da Silva - UEL

Rayza Almeida da Hora Silva

Henrique Rodrigues Moreira – UFF

Tradução

Jéssica Costa Silva

Tales Corrêa Simão - UFJF

Fundadores

Clayton Rodrigues da Silva

Wenderson Luan dos Santos Lima

CONSELHO EDITORIAL

Ana Claudia Rodrigues, **Universidade Federal de Pernambuco**

Carlos Cirino, **Universidade Federal de Roraima**

Carmem Lúcia Silva Lima, **Universidade Federal do Piauí**

Conceição Lafayette, **Universidade Federal de Pernambuco**

Cristiano das Neves Bodart, **Universidade Federal de Alagoas**

Cristiano de França Lima, **Faculdade Escritor Osman Da Costa Lins**

Debora Messenberg, **Universidade de Brasília**

Erinaldo Carmo, **Universidade Federal de Pernambuco**

Marcelo Miranda, **Universidade Federal de Pernambuco**

Paula Monteiro, **Universidade de São Paulo**

Paulo Marcondes, **Universidade Federal de Pernambuco**

Raimundo Nonato Silva, **Universidade Federal do Amazonas**

Reginaldo Prandi, **Universidade de São Paulo**

Renato Athias, **Universidade Federal de Pernambuco**

Ricardo Mariano, **Universidade de São Paulo**

Roberta Bivar Campos, **Universidade Federal de Pernambuco**

Rosane Alencar, **Universidade Federal de Pernambuco**

Silke Weber, **Universidade Federal de Pernambuco**

AGRADECIMENTOS

Aos colaboradores e pareceristas *ad hoc*

Ana Carolina de Oliveira Costa, **Universidade de Brasília**
Ana Carolina Estorani Polessa da Silva, **Universidade Federal de Juiz de Fora**
Ana Ligia Muniz Rodrigues, **Universidade Federal da Paraíba**
Anna Bárbara Araujo, **Universidade Federal do Rio de Janeiro**
Antonio Augusto Oliveira Gonçalves, **Universidade Federal de Goiás**
Camila Craveiro da Costa Campos e Queiroz, **Universidade do Minho, Portugal**
Cláudia Samuel Kessler, **Universidade Federal de Santa Maria**
Cleyton Feitosa Pereira, **Universidade de Brasília**
Clodomir Cordeiro de Matos Junior, **Universidade Federal do Maranhão**
Dayane Nayara Conceição de Assis, **Universidade Federal da Bahia**
Fernando Pinho, **IPPUR/UFRJ**
Flávia Carolina da Costa, **Associação Brasileira de Antropologia**
Gianne Cristina dos Reis, **Universidade Federal do Rio de Janeiro**
Ícaro Yure Freire de Andrade, **PPGS/UFPB CAMPUS**
Jayme Karlos Reis Lopes, **PPGCIS (PUC-Rio)**
Jefferson Virgílio, **Universidade de Lisboa, Portugal**
João Gabriel Ramos Mendes da Cunha, **PPGA/UFF**
Juliana Spagnol Sechinato, **UFSCAR /IFNMG**
Leonardo Marcondes Alves, **Universidade Federal de Uberlândia**
Lígia Wilhelms Eras, **Instituto Federal de Santa Catarina**
Luciana da Silva Alcântara, **INCA**
Naiara Alves da Silva, **Universidade Federal Fluminense**
Orcione Aparecida Vieira Pereira, **Universidade do Estado de Minas Gerais**
Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa, **Unesp**
Priscila Farfan Barroso, **UFRGS**
Raquel Dias Teixeira, **PPGSA/UFRJ/CNFCP/IPHAN**
Rodrigo Cristiano Diehl, **Universidade de Santa Cruz do Sul**
Rogério Makino, **Universidade do Estado de Mato Grosso**
Suane Felipe Soares, **Universidade Federal do Rio de Janeiro**
Taiane Damasceno da Hora, **Puc Rio**
Theófilo Codeço Machado Rodrigues, **Universidade Federal do Rio de Janeiro**
Thiago de Jesus Esteves, **CEFET-RJ**
Vinícius Silva Alves, **Universidade de Brasília**

Todos os trabalhos foram avaliados por *pares cegos*.

DOSSIÊ REFLEXÕES E PERSPECTIVAS NO TEMPO DA IMPREVISIBILIDADE

ORGANIZAÇÃO

Ricardo Santiago (UFPE)

Revista Idealogando

Revista de Ciências Sociais da UFPE
Universidade Federal de Pernambuco
Ano 2, v. 2 (2): 2018

SUMÁRIO | CONTENTS

DOSSIÊ

APRESENTAÇÃO

- "JUNHO FASCISTA" E "JUNHO AUTONOMISTA": PERMEABILIDADES ENTRE SENTIDOS, SALDOS E INTERPRETAÇÕES DE JUNHO DE 2013 | "JUNE FASCISTA" AND "JUNE AUTONOMISTA": PERMEABILITIES BETWEEN SENSES, BALANCES AND INTERPRETATIONS OF JUNE 2013** 1
Mateus Hajime Fiori Sawamura

- DISCURSOS CONTRA LULA E O PT: EXPRESSÕES DO ÓDIO NO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO NO PRÉ-IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF | SPEECHES AGAINST LULA AND THE PT: EXPRESSIONS OF HATE IN THE BRAZILIAN POLITICAL SCENARIO IN THE PRE-IMPEACHMENT OF DILMA ROUSSEFF** 27
Luciana Silvestre Girelli

- DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: O DIALOGA BRASIL E AS NOVAS POSSIBILIDADES DA CIBERDEMOCRACIA BRASILEIRA | DEMOCRACY AND POLITICAL PARTICIPATION: THE DIALOGA BRASIL AND THE NEW POSSIBILITIES OF THE BRAZILIAN CIBERDEMOCRACY** 48
Aline Tusset De Rocco

AVULSOS

- CABELO CRESPO E MULHER NEGRA: A RELAÇÃO ENTRE CABELO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA | CRESPO HAIR AND BLACK WOMAN: THE RELATIONSHIP BETWEEN THE HAIR AND THE CONSTRUCTION OF BLACK IDENTITY** 65
Geisiane Cristina de Souza Freitas

- DOM VITAL: A QUESTÃO RELIGIOSA, A CRISE POLÍTICO-SOCIAL NA PROVÍNCIA PERNAMBUCANA E SUAS CONSEQUÊNCIAS DURANTE O SEGUNDO REINADO | DOM VITAL: A RELIGIOUS QUESTION, A POLITICAL-SOCIAL CRISIS IN THE PERNAMBUCO PROVINCE AND ITS QUALITIES DURING THE SECOND REIGN** 88
Rodrigo Dantas de Medeiros, Carlos Henrique Gileno

IDEOLOGIA E CLASSES SOCIAIS NA ONTOLOGIA DE GYÖRGY LUKÁCS | IDEOLOGY AND SOCIAL CLASSES IN THE ONTHOLOGY OF GYÖRGY LUKÁCS

110

Rafael de Almeida Andrade, Renan Araújo Kell

UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE AS PRÁTICAS DE LEITURA NA ESCOLA | A SOCIOLOGICAL STUDY ON READING PRACTICES AT SCHOOL

130

Ana Cíntia Moreira Sales, Andréa Borges Leão

APRESENTAÇÃO

Esta edição se chama **“REFLEXÕES E PERSPECTIVAS NO TEMPO DA IMPREVISIBILIDADE”**, pois o cenário é o Brasil. A imprevisibilidade que sempre pareceu nos acompanhar, resolveu tomar “o poder”. Em junho de 2013, o Brasil foi surpreendido com uma onda de protesto, em grandes e pequenas cidades. O movimento que detonou esse processo contestava o preço das passagens de ônibus. Em pouco tempo, aquilo que tinha uma agenda focada na mobilidade urbana metamorfoseou-se em uma agenda que englobava, entre outras demandas, saúde, educação, segurança, o combate à corrupção e medidas que tornassem a representação política mais transparente e autêntica. Passado o vendaval, a vida política brasileira retorna ao seu medíocre normal. Entretanto, o pleito realizado em 2014, tendo como vitoriosa a candidata do Partido dos Trabalhadores, por um pequeno percentual de votos (3,28%), sobre o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e, os acontecimentos subsequentes injetaram na vida política uma grande dose de surpresa. Tendo assumido em janeiro de 2015, Dilma Rousseff, sofreu impedimento em 31 de agosto de 2016.

O processo de impedimento como um todo foi para lá de controverso e levado a cabo por um presidente da Câmara que posteriormente viria a ser preso. A Presidência da República foi assumida pelo Vice-presidente, Michel Temer, que tratou de implantar reformas às pressas, sem o mínimo de discussão, como a Proposta De Emenda Constitucional que congela os gastos por 20 anos, a Reforma Trabalhista, a reforma do ensino médio e tentou, mas não conseguiu, a reforma da Previdência. Nesse meio tempo, o Vice-presidente foi formalmente acusado de “organização criminosa e obstrução da Justiça”, uma primeira acusação. A ponte para o futuro desabou. A principal liderança de oposição, que recebeu milhões de votos como candidato do PSDB, foi acusado de corrupção passiva e obstrução da justiça. Ainda está sendo processado e poderá ser preso. O ex-presidente Lula, líder das pesquisas eleitorais e a maior liderança popular do país, sofreu uma prisão para lá de polêmica e é réu em vários processos. A cúpula

partidária do PT sofreu prisões e um deles, Palocci, optou pela delação, causando ainda mais incerteza aos ex-aliados políticos e ao próprio PT. O Supremo Tribunal Federal, STF, se debate, entre outros temas, com a temática da prisão em segunda instância, fala-se em “insegurança Jurídica”. Soltar ou não soltar, ou prender ou não prender, eis a questão. A operação Lava-Jato, que literalmente colocou o “mundo político” de joelhos, continua a acusar e a prender, para muitos, de forma seletiva e com violação clara ao “devido processo legal”.

Não bastassem esses fatos, há um claro avanço de movimentos conservadores e de extrema direita clamando, inclusive, por uma intervenção militar e que, aparentemente possui uma base social. As esquerdas não conseguem unificar um projeto. A economia que parecia ser o grande trunfo do governo Temer dá pífios sinais de recuperação e o desemprego continua em alta. Nesse quadro as esperanças se voltam para as eleições de 2018, o que pode ser um equívoco se acharmos que por si só o sufrágio resolverá os nossos graves problemas e se descuidarmos de pensar uma pergunta, incômoda, que não quer calar: haverá eleições?. Vivemos, pois, um tempo de imprevisibilidade profunda, no mundo do trabalho, na economia, na cultura, e na política.

Recife, dezembro de 2018.

Organizador do dossiê
Profº Drº Ricardo Santiago (UFPE)

Editor
Wenderson Luan Dos Santos Lima

Comissão Editorial
Aline Oliveira Gomes da Silva - UEL
David Ferreira de Araújo
Henrique Rodrigues Moreira – UFF
Jéssica Costa Silva
Lucas Portela Delgado Freitas
Lujan Fragoso de Farias Júnior
Marcos Cesar Martins Pereira
Rayza Almeida da Hora Silva
Tales Corrêa Simão – UFJF
Wenderson Luan Dos Santos Lima

**“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:
PERMEABILIDADES ENTRE SENTIDOS, SALDOS E
INTERPRETAÇÕES DE JUNHO DE 2013**

Mateus Hajime Fiori Sawamura *

**"JUNE FASCISTA" AND "JUNE AUTONOMISTA": PERMEABILITIES
BETWEEN SENSES, BALANCES AND INTERPRETATIONS OF JUNE 2013**

Resumo

Há inúmeras interpretações a respeito de Junho de 2013 que buscam decifrá-lo a partir de suas relações com seu passado e futuro imediatos. A respeito das mesmas, é possível perceber que, assim como o cenário político recente, encontram-se imersas numa intensa polarização, na qual os diversos atores sociais disputam sentidos e significados de fenômenos e cenários políticos, revelando a incerteza e abertura da realidade política brasileira. Construindo duas chaves interpretativas – “Junho Fascista” e “Junho Autonomista” – a partir das narrativas de diversos intérpretes, enfatizando os sentidos e saldos de Junho apontado por estes, buscamos indicar permeabilidades entre as chaves, de forma a restituir a contradição a este fenômeno e a revelar o caráter disputado e aberto do cenário político brasileiro.

Autonomismo. Fascismo. Junho de 2013. Interpretações de Junho. Manifestações.

Abstract

There is a myriad of interpretations concerning June 2013 that seek to decipher it through its relations with its immediate past and future. Regarding these relations, it is noticeable that, just as the recent political landscape, they are immersed in an intense polarization, in which the different social actors contend for the trends and meanings of phenomena and political landscapes, disclosing the haziness and openness of Brazilian political reality. Developing two interpretative keys – “Fascist June” and “Autonomist June” – stemmed from different interpreter’s narratives, emphasizing the trends and outcomes of June pointed out by these, we intend to indicate permeabilities between the keys, in order to reinstate the contradiction to this phenomenon and disclose the disputed and wide-open Brazilian political landscape.

Autonomism. Fascism. June 2013. June interpretations. Demonstrations.

* Atualmente é graduando (licenciatura e bacharelado) em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Tem pesquisado temas como manifestações de junho de 2013, (des)politização e disputa narrativa nas áreas de teoria política e pensamento político brasileiro. E-mail: mitchue.mateus@gmail.com

INTRODUÇÃO

É inegável que as manifestações de junho de 2013 começaram com reivindicações em torno da tarifa de ônibus. Permanece, contudo, não menos evidente que aquilo que hoje se entende como Junho de 2013 transcende em muito a unidade de uma pauta específica. O Movimento Passe Livre (MPL) – movimento fundado no ano de 2005, mas que possui experiência militante que remonta a tempos anteriores – foi o ator central nas ruas de São Paulo entre os dias 6 e 13. Muitos apontam a repressão policial que aconteceu nesse momento inicial como responsável pela explosão do número de manifestações, pautas e atores¹. Em comparação às manifestações centradas em volta da tarifa, a partir das manifestações ocorridas no dia 17, diversos autores apontam mudanças – além de numéricas – no perfil dos manifestantes, no teor das pautas e no significado que as ruas pareciam afirmar.

Se pensarmos Junho de 2013 dessa maneira, ou seja, enquanto um acontecimento – qual seja, as manifestações de rua que se estenderam Brasil afora, mobilizando milhões de pessoas nas ruas de inúmeros municípios, captando a atenção da mídia nacional, independente e internacional e a atividade das redes sociais, com seus *posts* e formas de organização e convocação próprias –, já será possível ter noção da riqueza de elementos passíveis de análise. No entanto, a capacidade narrativa disponível nesse intervalo temporal é muito limitada. Pouco se pode dizer tomando esse acontecimento de maneira isolada.

Por isso podemos dizer – sem soar de maneira incoerente – que Junho de 2013 vai muito além dos 30 dias que demarcam o mês de junho, remetendo a outras temporalidades e espacialidades, passado, presente ou futuro; local, nacional ou global. Não foi um trovão que se projetou em meio ao céu limpo e aberto da realidade social e política brasileira – conforme nos atenta Raquel Rolnik (2013) –, nem muito menos um

¹ São inúmeros os fatores apontados como catalisadores das manifestações, mas consideramos que Alonso e Mische (2015) apresentam mais cabalmente os gatilhos que deram às manifestações de junho tamanha amplitude: ciclos de protestos globais recentes; a realização de mega-eventos no Brasil; enfraquecimento do governo PT entre alguns setores sociais; o tipo de interação entre Estado e movimentos sociais que o governo Dilma praticou; e o “backfiring” da repressão policial no início dos protestos.

epifenômeno que não questionou a ordem e rapidamente caiu no vazio (SINGER, 2013). Ou seja, não surgiu do nada, nem acabou com nada.

Vários autores se debruçaram sobre Junho de 2013 e, conforme descrevemos anteriormente, eles não olham para Junho somente como um evento, acrescenta-lhe a dimensão processual para disputar e refletir sobre o contexto que a ele se subscreve, os motivos que levaram a ele e os seus sentidos. E, se Junho foi marcado pela multiplicidade – de atores, pautas, localidades, etc. – não é de surpreender que várias interpretações surgiram para buscar dar conta do fenômeno, ou então, para visualizar significados específicos, ou desejados, das manifestações de junho de 2013. São várias e, por vezes, conflituosas, não só porque Junho está historicamente muito próximo de nós, mas principalmente porque a partir de Junho a polarização política volta a se expressar, tendo a rua como um de seus palcos principais.

Breno Bringel (2015) e Jorge Chaloub (2016) expõem cada um à sua maneira, interpretações comumente encontradas a respeito de Junho. Bringel afirma haver duas, a primeira distanciando 2013 de 2015, ao desconectar ambos fenômenos, ou ao conectá-los de maneira negativa, dizendo que 2015 seria uma reação à 2013; já a segunda, veria as manifestações de junho como um epifenômeno. Chaloub enfatiza duas interpretações que exageram o feitiço das manifestações, “Junho, desse modo, ou assume a feição de uma caixa de pandora, responsável por expor ao sol e fortalecer todas as mazelas pátrias, ou toma o lugar de evento inédito e fundador, legítimo abre alas de um novo país que ainda não se construiu, mas já se anuncia no horizonte” (2016).

Consideramos que os prismas interpretativos apresentados pelos dois autores permitem uma ambientação preliminar aos debates travados em torno de Junho e, por isso, constituem um ponto de partida relevante para o propósito deste artigo: construir duas chaves interpretativas de Junho, a partir de seus principais intérpretes, enquanto duas maneiras opostas de se pensar o mesmo fenômeno que, por sua vez, permitem restabelecer a contradição, tão própria dos confrontos e processos políticos e, não por menos, da história política recente do Brasil. Atentar para a contradição – para as disputas travadas no campo político e para abertura dos processos em disputa – propicia uma compreensão mais densa dos fenômenos, mas não somente. Em uma chave negativa, permite perceber que Junho não verteu o fascismo incipiente, e outrora recluso,

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

sobre a conjuntura política posterior, anunciando uma controversa vitória e um precipitado fechar das cortinas; nem muito menos que, em chave positiva, se exime dos eventos posteriores, como se conservasse num lapso atemporal a aura de seu autonomismo e revolta. Nesse sentido, os intérpretes situados na chave “Junho Fascista” tendem a enfatizar tendências antidemocráticas na forma das manifestações e nos traços dos manifestantes e de suas pautas. Os intérpretes de “Junho Autonomista”, por sua vez, destacam elementos que indicariam o aprofundamento dos ideais democráticos de participação.

Dois fatores serão centrais nessa empreitada: sentido e saldo. Para onde Junho aponta e qual herança deixa ao cenário político brasileiro, ou então, o que motiva as demonstrações de indignação e revolta – no longo e no curto prazo –, o que nos mostra e ensina a respeito da realidade social e política, quais críticas promove e quais possibilidades surgem, quais resultados alcançaram na política institucional, na vida política, no imaginário da sociedade e quais suas consequências para a democracia brasileira.

As explicações sobre o sentido e o saldo, necessariamente, passam pela apresentação de outros fatores, assim, ao auxílio desses, estarão presentes outros dois. Os saldos da democratização, ou então o cenário político, vêm a dar suporte às interpretações, pois a capacidade de apontar sentidos passa pela necessidade de tratar das condições concretas ou latentes, disponíveis aos atores políticos, alcançadas em três décadas de democracia. Os principais atores tenham sido estes cultivados ou surgidos à revelia das condições disponíveis, contribuem também para a exposição dos dois fatores centrais.

A seguir, passaremos a construção das chaves interpretativas, situando os autores e reconstruindo suas narrativas. Para tal, trataremos respectivamente dos seguintes autores/intérpretes: Fabiano Santos; Marilena Chauí; Leonardo Avritzer; Marcos Nobre; Paulo Arantes e Breno Bringel. Nas duas primeiras seções será possível encontrar os quatro fatores na visão dos autores selecionados. Na terceira, trataremos de relacionar os autores entre si, a partir dos dois fatores centrais bem como apontar as permeabilidades entre autores e chaves interpretativas e as chaves entre si.

Cabe lembrar que não buscamos situar todos aqueles que produziram conteúdos (substanciais) a respeito de Junho, nem é nosso intuito exaurir todo o debate em torno dos sentidos e saldos, pois há muitas outras maneiras de interpretar este mesmo fenômeno. Por exemplo, Wanderley Guilherme dos Santos (2013) não vê razão de ser nas manifestações de junho, nem vislumbra qualquer possibilidade de resultados políticos. Singer (2013) acredita que as manifestações, ao contrário de provocarem politização ou polarização, tiveram seu potencial conflitivo bloqueado, por um centro pós-material. Marco Aurélio Nogueira (2013) acredita que as manifestações são marcadas pela hipermodernidade, ao mesmo tempo em que pedem por “Mais Estado”, em combate a qualquer concepção que reivindique “Mais Mercado”. Da mesma forma, há outras interpretações que, de uma forma ou outra, dialogam com as chaves aqui desenvolvidas, mas que, devido aos limites deste trabalho, restarão somente indicadas. Ortellado (2013) aponta dois saldos de junho, um que sobrevaloriza os processos com suas pautas difusas, perdendo de vista a orientação a resultados, e outro que, a exemplo do MPL, visa à ação estratégica e conquista de resultados, mas sem perder seus princípios de vista. Jessé Souza (2016) destaca um ponto de inflexão em Junho, encabeçado pela mídia manipuladora e pela classe média conservadora, a partir do qual os discursos verde-amarelo e anticorrupção passam a ocupar a cena política dos anos seguintes (derrocando no impeachment da presidente Dilma). Bucci (2016) passa pelos fenômenos da linguagem e da estética de Junho, apontando a presença da violência e do “espetacular” no ânimo que surgiu a partir de Junho, deixando pendente a ideia de que a força que ali brotara, contribui para o afastamento de Dilma. Em Safatle (2017), Junho marca tanto o colapso da Nova República quanto a chance de abertura para um novo que ainda não foi aproveitado: a emergência de sujeitos políticos despossuídos. Tal potencialidade despertada em Junho teria anunciado a aura dessas forças destituíntes, mas também levado à organização de sujeitos reativos. Enfim, a escolha dos autores aos quais este trabalho devotará sua atenção remete às suas proximidades com a distinção que esboçamos anteriormente, aos conteúdos específicos por eles enfatizados e, em igual medida, à centralidade das figuras intelectuais enquanto vozes da esfera pública nacional.

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

Junho Fascista

Fascismo, aqui, possui um teor antidemocrático. Suspeita – ou até mesmo nega – dos mecanismos democráticos, das instituições representativas e de sua eficiência social e política. Assenta suas hesitações e tece suas críticas sobre discursos turvos, que descartam as causas estruturais e outros problemas diretamente políticos da discussão a respeito do mal-estar da vida política nacional, centrando-se em demonstrações violentas – agressão aos manifestantes que levantavam bandeiras de partidos políticos – e em argumentos que passam por um moralismo despolitizante, ou porque foca nas qualidades pessoais e privadas como remédio para a corrupção, ou porque relaciona a incidência da corrupção diretamente à postura do partido político governante. Um outro fator antidemocrático reside no não-reconhecimento, na negação do “outro” a partir do qual a lógica fascista opera, recusando o fato de que possam existir interesses, visões de mundo e opções políticas divergentes da sua.

A partir de um breve balanço da transição democrática brasileira, Fabiano Santos questiona a silhueta das manifestações do mês de junho de 2013. Segundo ele, o saldo da transição é positivo tanto dos pontos de vista político, econômico e social, em eficiência econômica e em coerência democrática.

Para sua argumentação, além da soma de repressão policial, inabilidade das autoridades locais ao tratar a questão inicial das manifestações – contra o aumento no valor dos passes de ônibus – e potencialidade conflitiva inerente a essas manifestações, há outro elemento capaz de explicar, não só a grande proporção que as manifestações de junho de 2013 tomaram, mas também, a crescente presença da “equação fascista” (2013a, 2013b) na vida política brasileira. Santo se surpreende com a forma da convocação e organização das manifestações de junho, em sua narrativa descreve esta como uma forma típica das redes sociais, que conecta e convoca indivíduos que não necessariamente possuem características política, ideológica e organizacional semelhantes entre si. Isso implica que essa forma de convocação específica conclamou as ruas pessoas sem vínculos consistentes, nem saldos organizativos prévios. Estariam todos reunidos somente por uma mesma emoção, a saber, sentir a euforia de protestar e performar sentirem-se partem de um movimento de massas gigantesco.

A partir do momento em que a pauta inicial das manifestações foi atendida por São Paulo e tantos outros governos estaduais e municipais, a disputa pelo significado das ruas, que começara a se esboçar, foi vencida pela “equação fascista”, que após extenso intervalo de bloqueio voltou a ser verbalizada e disseminada pela “*common parlance*” (2013a, p.18).

Conforme expõe em nota, a “equação fascista” diz respeito à atitude política autoritária, intolerante à pluralidade de opiniões e interesses existentes na sociedade, operando segundo lógicas primitivas de não reconhecimento. Segundo tal lógica, o problema central que assola toda a sociedade brasileira residiria naquilo que é “político” – nos partidos políticos, nos políticos eleitos, em toda a extensão dos poderes Executivo e Legislativo – em detrimento das ditas “instituições ‘formais’ de controle”, como o Judiciário e o Ministério Público, instituições formadas por homens idôneos e de bem, mas que estariam material e institucionalmente limitados no combate à corrupção.

Dado que a esmagadora maioria da população é pobre e ignorante, beneficiária de rendas e serviços transferidos pelo governo, pela máquina pública, corrupta em sua origem, o eleitor, na verdade, seria, em última instância, cúmplice da engrenagem. Na equação fascista, em outras palavras, o voto popular estaria na raiz mesma do nosso problema político. (2013a, p.19)

Tal visão se tornaria fascista na medida em que, no limite dessa desconfiança para com a política representativa, reside uma relação falsa entre renda e capacidade de escolher representantes, entre massificação do voto e manipulação por parte dos políticos. Assentada sobre uma relação simplista, que arbitrariamente atribui equivalência entre duas variáveis, a “equação fascista” não reconheceria práticas, opiniões e orientações político-ideológicas divergentes da sua.

Nessa mesma linha, podemos perceber uma proximidade tácita entre a forma das manifestações de junho e a “equação fascista”, uma vez que, ao contrário de pautas específicas e claras distinções político-ideológicas, um sentimento difuso ditava o ritmo das manifestações e que, ao contrário de uma orientação estratégica e consciente, o desejo de “fazer parte de um movimento de massa de proporções inéditas” (2013b, p.35) era suficiente para expiar a indignação difusa. Em suma, ambas são descomplexificadas e não falam a linguagem (institucional) democrática.

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

O “inferno urbano” (2013a) e a forma de convocação e organização via redes sociais, segundo Marilena Chauí, contribuíram para a amplitude das manifestações de junho de 2013. O inferno urbano, tanto no ponto de partida de junho, quando a pauta girava em torno do transporte público, quanto em seu ponto de chegada, crítica e desconfiança nas instituições políticas – no entanto, na forma de uma crítica fascista, como veremos mais adiante –, foi o alvo da indignação e revolta dos manifestantes, que possuem condições de vida degradantes, principalmente no caso das grandes cidades brasileiras, como é o caso da cidade de São Paulo, foco de sua análise – exclusão; transporte individual inflacionado; péssimas condições de transporte público; e domínio do interesse privado graças aos partidos governantes, oligarquizados. As redes sociais, por sua vez, a partir de sua forma de convocação transformaram as manifestações em um movimento de massas, levando milhares de pessoas às ruas.

A autora aponta problemas das redes sociais que facilitam a apropriação do movimento de junho pela direita. Segundo ela, o protagonismo das redes sociais produz nos manifestantes o “pensamento mágico” (2013a, 2013b), em que uma estrutura técnico-científica pré-estabelecida das redes, ao qual o usuário desconhece, dá a este a falsa sensação de que basta um clique para provocar qualquer mudança. Assim, suas manifestações assumiriam a forma de evento, sem qualquer saldo organizativo ou concreto. Por último, devido a essa estrutura das redes sociais, transpassariam a sensação de homogeneidade, sendo ofuscadas a diferença ideológica, a divisão social e a existência de poderes tácitos, que levam os manifestantes à incompreensão do campo político-econômico no qual se movem, impedindo a politização e a percepção da polarização, necessárias para que a fagulha da “invenção democrática”, de uma nova práxis política, esboçada em junho pudesse tomar forma.

Chauí afirma que esse discurso que nega as mediações institucionais é o mesmo discurso ideológico dos meios de comunicação e da classe média. Esclarecendo, então, o porquê da absorção do discurso da classe média pelas manifestações de junho de 2013, Chauí aponta que foi a velha classe média quem compôs predominantemente as manifestações. Inclusive, ela aponta que as três abominações da classe média são visíveis durante as manifestações do mês de junho:

É por isso que eu falo nas “três abominações” que definem essa classe média: trata-se de uma abominação política, porque é fascista; uma

abominação ética, porque é violenta; e de uma abominação cognitiva, pois ela é ignorante. Eu acho que muito do que as ruas mostraram no Brasil inteiro foram essas três abominações (2013b).

Confluindo aqui as discussões sobre o ponto de chegada de junho – crítica às instituições políticas, mais especificamente crítica à corrupção e recusa dos partidos políticos – e sobre os problemas das redes sociais, começa-se a entender o que Chauí denota através do termo “fascista”.

A centralidade do uso das redes sociais acaba ocorrendo na forma do “pensamento mágico”, recusando a mediação institucional, que demanda continuidade no tempo e organização institucionalizada, para poder demandar e alcançar resultados democráticos, fato que facilita a apropriação da manifestação pela direita. À maneira da classe média, os manifestantes assentariam sua recusa às instituições em lógicas abominosas, pois nas manifestações não lutaram por reforma política, nem muito menos indicavam as causas do mal-estar institucional – a saber, a “estrutura autoritária da sociedade brasileira” e um “sistema político-partidário montado sobre os casuísmos da ditadura” (2013a, p.5). Também porque reproduziram a noção de que os partidos políticos são corruptos por essência e bravejaram palavras de ordem que individualizam a questão da corrupção, ao indicarem a índole individual como alternativa para a incidência de corrupção.

Na opinião de Marilena Chauí, uma verdadeira democracia, no molde de uma república democrática, não pode prescindir da mediação institucional. Muitos discursos que apareceram em junho – por exemplo, “meu partido é meu país” – remetem, na visão de Chauí, aos discursos uma vez projetados pelo fascismo e nazismo, e se fundamentam sobre críticas seletivas e distorcidas da política e de suas instituições, como vimos acima. Por fim, a violência desferida contra manifestantes de esquerda, sob a égide “sem partidos”, é outro elemento fascista, pois é de uma natureza na qual visa a eliminação do outro; em outras palavras, não reconhece a legitimidade de manifestação e opinião do outro.

Para o cientista político Leonardo Avritzer, a democracia brasileira representou grandes saltos qualitativos em relação ao período autoritário, porém, por volta de 2013, começou a esboçar impasses no exercício da oposição, no presidencialismo de coalizão,

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

na participação social e no combate a corrupção (2016a). O ponto de partida central das manifestações de junho de 2013, na visão de Avritzer, reside no limite da participação social, que durante o governo petista priorizou a participação institucionalizada, deixando de incluir alguns setores da sociedade, como a classe média, e prescindindo da participação em áreas importantes, como a infraestrutura.

Até o dia 17 de junho, Avritzer observava uma fissura no campo da participação social, ou seja, ainda predominava parte da esquerda que rompeu com o governo, bem como fomentava um movimento de pluralização da mídia, dos atores e dos temas (conservadores, progressistas, etc.), incitados pela tendência democratizante da rua. No entanto, do dia 17 em diante – ainda que sob o estímulo da pluralização – a esquerda perde o monopólio da participação social, primeiro sinal de um processo que transcende Junho, e que viria a predominar nas eleições de 2014, nas manifestações de 2015 e culminando com o impeachment da Presidenta Dilma, a saber, a polarização.

Em seu livro “Impasses da democracia no Brasil”, Avritzer defende que os limites que irromperam em Junho de 2013 poderiam ser positivos para a democracia, uma vez que, à princípio, indicavam aberturas para a pluralização (como é o caso da volta da separação entre participação institucionalizada e não institucionalizada e o fim do monopólio da participação social pela esquerda) e, por isso, acreditava que fossem solucionáveis dentro do próprio padrão de participação social, com um aprofundamento do projeto político democrático desenvolvido desde o período de redemocratização; bem como acreditava que isto estancaria a crescente polarização da sociedade brasileira. Porém, os eventos posteriores conduziram ao recrudescimento da polarização: ascensão e fortalecimento de sites e perfis com agendas conservadoras; acirramento da disputa eleitoral em 2014; manifestações de 2015, com pautas puramente negativas (impeachment); americanização da oposição no Congresso Nacional; e mudança no padrão de participação social, agora “extra-institucional”, ou melhor, concentrada em associações privadas, e encabeçada pelos setores da classe média (2017a, 2017b). É possível perceber essa transição para a polarização nas principais pautas levantadas pela classe média tradicional – pelos filhos desta –, principal ator nas manifestações de junho de 2013 (2016a, 2017a):

Rompe-se uma interdição das manifestações de fundo conservador, que não ocorriam desde 1964. Instala-se uma agenda ofensiva em relação ao

governo Dilma que não refluí mesmo após a eleição dela, em outubro de 2014, e que é reforçada a partir de março de 2015. A agenda da corrupção a partir de um corte conservador torna-se pauta dos setores conservadores no país [...] (2016a, p.81).

Com o decorrer das semanas de junho essas duas pautas passam a ser central, a crítica ao governo Dilma e a denúncia à corrupção vista por uma perspectiva despolitizada, pois oscilariam entre atribuir a incidência da corrupção diretamente à postura do partido político governante ou à própria prática política (2016a, p.73), tomando, assim, a forma de uma reação à política e aos políticos. As manifestações de 2015 se manteriam democraticamente lesivas, pois dar sequência àquelas pautas já presentes em junho de 2013 – agora sob a forma do pedido de impeachment –, seria conservar o aspecto negativo da indignação (sem propor qualquer pauta positiva para um aprofundamento democrático) e manter-se numa crítica descomplexificada que, de maneira primária, seleciona e equaciona os alvos de sua indignação.

No entanto, antes de conceber a classe média como algo unitário, Avritzer aponta para um processo de realinhamento social dentro da classe média (2016a, 2016b), em que a nova classe média mantém seu apoio às políticas distributivas e de inclusão social, enquanto a classe média tradicional – tendo seu status, poderes econômico e social afetados por essas mesmas políticas – passa a posicionar-se contra o governo e o sistema político, desembocando, por vezes, na suspeição em relação à democracia. Esta última, segundo Avritzer, além de peça central nas manifestações de junho de 2013, seria a principal protagonista da nova direita que, além de misturar elementos clássicos e contemporâneos da direita, utiliza as ruas como elemento acessório, dando mostras de intolerância política na medida em que atacam os direitos civis, a governabilidade e a separação entre religião e Estado.

Junho Autonomista

A chave Autonomista remete à democracia em sua dimensão mais densa e substancial. Estrutura-se a partir da noção de que as maneiras mais justas de fazer política passam pela necessidade de ampliar o espaço de deliberação e participação social e política. Nessa lógica, deve haver uma aproximação entre a dimensão política e a vida cotidiana dos cidadãos, seja em vista da institucionalização, seja pela insurgência

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

que participa diretamente e de maneira não institucionalizada. Seu objetivo é, sempre, incluir a pluralidade nas diversas esferas da política.

Para Marcos Nobre, o traço comum das manifestações de junho de 2013 reside na rejeição ao “pemedebismo”, mais especificamente, ao conservadorismo e à despolitização, frutos do distanciamento que este imprime na relação entre o sistema político e a sociedade. No processo de redemocratização há duas dinâmicas destoantes: inclusão cidadã e “pemedebismo”. Este último impediu o pleno desenvolvimento da primeira dinâmica, pois formou:

Uma juventude que cresceu vendo uma política de acordos de bastidores, em que figuras políticas adversárias se acertam sempre em um grande e único condomínio de poder, não tem modelos em que basear uma posição própria, a não ser o da rejeição em bloco da política. Quem nasceu da década de 1990 em diante, por exemplo, não assistiu a qualquer polarização política real, mas somente a polarizações postiças, de objetivos estritamente eleitorais. O pemedebismo minou a formação política de toda uma geração. (2013, p.12).

A novidade de junho consiste, então, na politização da sociedade brasileira, que saiu às ruas reclamando por diversas pautas, nas vozes de diversos atores, expressando indignação e aspirações vindas de todos os lados. Isso, na visão de Nobre, significa que, de maneira inédita, as manifestações de junho, não mais simbolizam a transição democrática (redemocratização), e sim a democratização, em outras palavras, não mais a mobilização por pautas unificadas, agora sim, em nome, dos diversos, e por vezes antagônicas, interesses particulares presentes na sociedade. Desta forma, o que se prefiguraria já em junho seria a polarização² que – como principal sinal do início do processo de democratização –, no entanto, se desdobra de maneira contraditória no sistema político e na base da sociedade. Enquanto os conflitos se agudizaram nessa última e Junho abriu caminho para a politização, na medida em que rechaça essa lógica de bloqueio institucional; o sistema político foi incapaz de corresponder à polarização da sociedade, reagindo ao novo cenário por meio da própria lógica “pemedebista” reforçando-a, ou buscando restaurá-la – radicalização da falsa polarização nas eleições de 2014, governo de restauração de Temer e as desesperadas tentativas do sistema

² Ao contrário de Avritzer, Nobre não atribui ao termo “polarização” uma conotação pejorativa. Para ele a polarização não constitui um entrave para a solução dos impasses da democracia brasileira, na verdade, demonstra que caminhamos para um aprofundamento democrático.

político em se proteger da indignação popular e da operação Lava-Jato (2016). Assim, podemos afirmar que, por um lado, Junho implica no colapso do arranjo institucional elaborado pelo “pemedebismo” e no aprofundamento democrático, ou seja, na possibilidade de transformar as instituições e de promover a diversidade de pautas e interesses previstas na “inclusão cidadã”. Por outro lado, se na atual conjuntura o sistema político não fornece indícios de reestruturação, mas somente sinais de esgotamento e restauração, marcam o crescente rechaço e intolerância à política institucional na forma de um novo e crescente ativismo na base da sociedade (2016, p.147).

É importante salientar que essas duas tendências (possibilidade de transformar as instituições e rechaço à política institucional) não são excludentes; demonstram, na verdade, a diversidade das forças políticas presentes na sociedade que contrárias ao arranjo “pemedebista” renitente deveriam se organizar em vista de uma reformulação e reorganização político-institucionais. Para Nobre, superar o “pemedebismo” passa pela necessidade de criar novos espaços de participação e deliberação que indiquem uma direção oposta àquela das macro-estruturas de um regime democrático e do Estado, das maneiras de produzir decisão e consenso, que não se limite a ser formalmente democráticas, mas que torne a própria vida política democrática.

Além dessa polarização que, em seu inimigo comum (pemedebismo), devem – na visão de Nobre – encontrar as razões para uma reorganização baseada em formas de participação e deliberação enraizadas e cotidianas, haveria outro saldo relevante no sentido de combate ao atual sistema político: apesar da diminuta institucionalização das forças despertadas em Junho (2015), Nobre defende que Junho ressoa sobre o sistema político na forma de uma “ameaça cidadã” (2013, 2015), como uma lembrança da capacidade de exteriorização das insatisfações e aspirações e como um prenúncio de algo que pode voltar a abalar as estruturas a qualquer momento. Assim, por um lado, Nobre deposita nessa “ameaça” uma força política capaz de romper com o “pemedebismo”, enquanto do outro, rastreia forças concretas que, por trás de sua indignação geral e polarização, apontariam para um aprofundamento democrático.

Para Paulo Arantes, Junho de 2013 põe fim ao consenso de “paz armada”, que seria, em suas palavras, a “contrainsurgência sem insurgência” (2014a; 2016), em outras palavras, uma tática de governo e de gerenciamento em andamento desde a transição

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

pós-ditadura militar. Além de trazer as UPP's (Unidade de Polícia Pacificadora) como exemplo, apresenta outro que pode nos ajudar a compreender o que ele quer dizer com “paz armada”: a correspondência crescente entre Democracia e Estado de Direito, em que ocorre a “gradativa submissão do político ao ordenamento jurídico” (2014a). A denúncia que ele faz aqui é a mesma que indica o significado de Junho: “[...] Junho foi, antes de tudo, sobre isto: sobre como somos governados, como nos governamos e como não queremos mais saber disso.” (2014a).

Para entender Junho de 2013 na ótica de Arantes, é preciso perceber o caráter paradoxal da doutrina de “contrainsurgência sem insurgência”. Para se legitimar tal tática seria preciso imaginar um inimigo, projetá-lo como horizonte temível contra o qual se fazia necessária a contínua “pacificação”. Como o próprio autor diz, nesse “novo tempo do mundo” a ordem de chegada dos atores em cena estava trocada (2014a), por isso a chegada dos atores insurgentes foi posterior ao seu anúncio pelos agentes da contrainsurgência.

Ainda que o enredo – e a narrativa intrincada de Arantes – transmita a aparência de *farsa*, é somente “pelas artes de seu contrário” (2014a) que a insurgência pôde emergir numa era em que o capitalismo teria se tornado algo “absolutamente improfanável”. Junho de 2013, uma revolta popular, só teria conseguido transbordar essa sua tendência insurgente, pois a massa que estava manifestando-se seria socialmente marginal, pois sua inserção seria de caráter subalterno, de segunda mão. O desamparo e falta de discurso das massas, fruto do caráter de sua inserção, significariam que foram menos absorvidos pelas políticas que surgem do consenso entre Democracia e Estado de Direito; somente assim teria sido possível perceber a maneira e o grau em que os cidadãos são governados.

No entanto, apesar da doutrina da “contrainsurgência sem insurgência” ter gestado Junho de 2013, seu avesso profanatório, ela finalmente encontrou um inimigo contra o qual ela pudesse se justificar num conflito, agora, desvelado. É nesse sentido que Arantes explica o título de seu ensaio “depois de Junho a paz será total”: uma ideia contra-intuitiva retirada de Marcuse, em que se pretende dizer que estamos num estado de mobilização geral entre forças desniveladas – talvez até demais, como veremos na próxima seção –, mas que estão em movimento (2015).

O que vemos nas manifestações de junho de 2013, na visão de Breno Bringel, é a manifestação geral e difusa de indignação. Nas suas palavras, vivenciamos no Brasil algo presente pelo mundo todo, uma “geopolítica da indignação global”. Definida como um estado de ânimo, essa indignação trabalha com temas como democracia, justiça social e dignidade (2013, p.46) e volta-se contra o sistema político e às formas de ação e organização políticas existentes. Seus manifestantes:

[...] associam sua insatisfação a uma rejeição aos sistemas políticos, aos partidos tradicionais e às formas convencionais de organização política (inclusive a certos movimentos sociais e sindicais hierarquizados e ligados ao aparelho estatal). Querem participar da vida política, mas não encontram canais adequados. Para muitos deles, conselhos, fóruns e espaços institucionalizados não são suficientes e mostraram seus limites nos últimos anos (2013, p.46).

Recusa as formas políticas vigentes porque a amplitude da participação social daí decorrente e, por conseguinte, os saldos democráticos advindos dessas formas, não são suficientemente ampliados, de forma a incluir setores, interesses, formas de vida, novos direitos e direitos constitucionalmente previstos. E, por ser pouco ampliada, a participação encontra-se canalizada por meios institucionais, assim, acaba por preocupar-se e incidir mais sobre a política do que sobre a sociedade.

No entanto, é importante salientar que o caráter difuso dessa indignação faz-se mais presente durante a fase que Bringel chama de “catártica” (2017). No entanto, isso não significa que essa indignação reside somente nesse momento, nos artigos dele é perceptível que esse estado de ânimo se estende tanto aos anos posteriores, porém, assumindo formas polarizadas, quanto mantém seu núcleo preservado na virtualidade da “geopolítica da indignação global”. Para explicar essa processualidade ele apresenta a noção de “transbordamento societário”, que marca o momento a partir do qual a mobilização transcende os movimentos iniciais, que tinham como pauta a tarifa das passagens de ônibus, alcançando outros setores da sociedade. Tal transbordamento levaria a uma “confluência ambígua”, na qual

[...] um amplo espectro da sociedade está mobilizado em torno de uma indignação difusa, portando diferentes perspectivas e reivindicações, que coexistiram no mesmo espaço físico e às vezes com um mesmo lema (contra a corrupção ou contra o governo), embora com construções e horizontes muito distanciados e em conflito. (2015, p.8)

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

A conseguinte “fase de decantação” demarca uma crescente polarização, na qual a indignação passa a se deslocar para mobilizações e objetivos mais delimitados, e passa a se dividir claramente os atores sociais e políticos – fato que se nota no cenário eleitoral de 2014 e que dita o ritmo dos eventos de 2015. Partindo dos “repertórios” mobilizados por Alonso e Mische (2015), mas creditando existências mais concretas a estes, Bringel situa o conflito político principalmente entre os “campos” “patriótico” e “autonomista”. Estes dois ditaram a organização das forças políticas e as mobilizações que ocorreram ao longo dos momentos pós-junho de 2013, o que implicaria admitir que toda a atmosfera iniciada em junho não está isenta da contradição e heterogeneidade.

Na base de todos esses “campos” e “fases”, Bringel aponta que Junho de 2013 marca o início de um novo ciclo de ação coletiva que, por sua vez, carrega a configuração de um novo ativismo (2015); bem como a restituição de uma “conjuntura aberta” ao cenário político brasileiro, marcando o início de um novo ciclo político (2016). As ruas como palco dos conflitos é a característica básica do novo ciclo de ação coletiva – manifestações de junho de 2013 e do ano de 2015 –, que possui a potencialidade de alterar a relação entre Estado e sociedade, dissolvendo, inclusive, ciclos de ação política antigos.

As mobilizações de 2013 e de 2015 estão associadas, no espaço, a uma nova “geopolítica da indignação global” e, no tempo, a uma ruptura com ciclos políticos, sujeitos, práticas e concepções prévias. Pode-se falar de uma reconfiguração do ativismo no Brasil que afeta os atores, as práticas, as formas de mediação, a expressividade e suas matrizes discursivas e visões de mundo. (2015, p.14)

Os novos elementos da ação política que a partir de Junho tomam forma são responsáveis por inúmeras mudanças no ativismo. Essa ação é definida como “viral, rizomática e difusa” (BRINGEL, 2013, p.45), abre mais espaço para os indivíduos, aproximando a participação política da vida cotidiana, descentrando os sujeitos e organizações políticas, fornecendo expressividade e discursividade mais mediáticos e performáticos e visões de mundo menos dogmáticas e mais libertárias. Essa reconfiguração pode indicar melhoras substantivas em matéria de politização, uma vez que a volta das ruas enquanto palco de conflitos sinaliza uma vontade de reinvenção da política, possui caráter formativo e pedagógico na vida política dos indivíduos e “[...] expressam uma ativação da cidadania e uma repolitização do social.” (2013, p.51). Esse

novo ativismo se faria presente no campo autonomista, podendo ser percebido, por exemplo, no renovado movimento de secundaristas. Da mesma forma que, fora desse novo ativismo, mas inserido no atual ciclo político vivido no país – aberto e disputado –, no campo patriótico, vemos setores conservadores convocando manifestações e se mobilizando nas redes sociais e no Congresso Nacional.

Saldos, sentidos e permeabilidades/interseções

Os sentidos e saldos de Junho, em Fabiano dos Santos, são fascistas. O sentido principal que fica das manifestações de junho reside naqueles que passam a dar as caras a partir do momento em que a pauta inicial foi atendida. Daí em diante a “equação fascista” venceu a disputa travada pelo significado das ruas, foi o seu discurso que imperou e se propagou pela linguagem comum da população. Desta forma, o saldo produzido é fascista, não somente porque a “equação fascista” ganha força de palavra, mas porque há na atual conjuntura a disseminação da lógica fascista pela classe média, pelos novos movimentos supra e apartidários e pela agenda conservadora no plano político institucional (2016a, 2016b).

Ao contrário de Santos, na visão da Marilena Chauí Junho não é fascista per si. Em seus textos ela afirma que o movimento de Junho passa pelo meio da esquerda e da direita, que tentam apropriar-se de seu significado. No entanto, pelo fato de serem manifestações organizadas pelas redes sociais – que, em sua opinião, facilitam a apropriação do movimento pela direita – e por serem compostas predominantemente pela classe média tradicional –antidemocrática e moralista, pois recusa a mediação institucional a partir de críticas fascistas, e moralistas – seu sentido caminha na direção da chave “Fascista”. Ainda que tenham indicado a possibilidade de construir uma nova práxis política – à maneira lefortiana –, as manifestações não foram capazes de se voltar contra os traços autoritários remanescentes na estrutura social e política brasileira.

A situação da interpretação do Leonardo Avritzer é um pouco mais delicada. Os sentidos e saldos de Junho se aproximam à feição da chave fascista. A classe média tradicional, perfil central dos manifestantes, devido a motivos já citados acima, mobiliza discursos de ataque à democracia, mais especificamente, aos avanços em matéria de inclusão social, arduamente conquistados ao longo da democratização brasileira. Esta mesma é também responsável pela crescente influência do conservadorismo na política

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

brasileira (2016b, 2017a, 2017b), suas pautas se incorporam no novo padrão de participação social e na americanização da oposição no Congresso Nacional. É interessante notar que, como alternativa à polarização, dois outros saldos, imediatos a Junho (restabelecimento da separação entre mobilizações institucionais e não institucionais e rompimento do monopólio do governo e da esquerda sobre a participação social), indicariam a possibilidade de pluralização que, segundo Avritzer, somente seria possível por meio de um aprofundamento do processo democrático iniciado com a Nova República (2016a). No entanto, como vimos acima, a polarização tomou conta dos eventos políticos no Brasil e, inclusive, a mudança no padrão de participação social aponta para uma direção distinta àquela desejada por Avritzer: não é uma continuidade do projeto de redemocratização, mas sim um rompimento com este. Assim, podemos dizer que, em Avritzer, os sentidos e saldos que imperam de Junho são próximos à chave fascista, uma vez que são os projetos de setores conservadores que seguem pautas e lógicas despolitizantes – avessos à complexidade e multiplicidade de atores, causas e fatores –, que estão ocupando o centro da cena política e alterando padrões e dinâmicas basilares.

No caso de Marcos Nobre, os sentidos de Junho são evidentemente autonomistas. Não só recusou o bloqueio peemedebista, como também reinstituiu a polarização da sociedade por meio das ruas, consequentemente dando início a um processo de politização da mesma. Uma politização que passa por um movimento, presente no Brasil e no mundo, no qual a sociedade deseja cada vez mais tornar-se sujeito político, institucionalizando novos espaços de participação e deliberação que vão além da relação vertical entre Estado e sociedade. No entanto, seu saldo carece de institucionalização, até o momento logrou desestabilizar o sistema político e fixar a “ameaça cidadã”, produto legítimo de Junho, lembrança e sensação instituído de que Junho pode voltar a qualquer momento (2013, 2015). O sistema político, por sua vez, permaneceu incapaz de compreender a negação de Junho ao “pemedebismo”, reagindo a Junho por meio da própria lógica “pemedebista”. Assim, não somente houve incompreensão por parte do sistema político, como também os acontecimentos posteriores são sinais do crescente distanciamento entre a base da sociedade e um arranjo institucional que persiste em restaurar-se.

A visão de Paulo Arantes a respeito de Junho é, inegavelmente, autonomista. Se Junho de 2013 é o avesso profanatório da tática de governo aprofundada desde a ditadura militar, ou melhor, a partir da transição democrática, se Junho é sublevação contra as táticas de governo (e o próprio capitalismo), que tratam de recalcar as tendências insurgentes das massas populares e de engolir toda forma de manifestação e reivindicação política e transformá-la em gestão de política pública, em maneira de regular os cidadãos; então o que as ruas indicam é a vontade em participar e a capacidade popular de agir democraticamente por vias diretas, sem a mediação do Estado e do sistema político, instituições alheias e reguladoras da potência insurgente da massa popular. No entanto, a partir de registros posteriores (2014b, 2015, 2016) sua ideia de “paz total” – que presume a existência de dois atores em confronto descoberto, num estado de exceção igualmente descoberto – parece sufocar o polo profanatório que surge em Junho de 2013, pois ao tratar da conjuntura pós-2013 (“pacote de ilegalidades no Rio de Janeiro”, manifestações de 2015 do “golpe de 2016”, etc.) Arantes só aponta/identifica uma continuidade no lado dos agentes da constrainsurgência, como é o caso da intensificação da indistinção entre norma e exceção como tática de governo; enquanto que o polo profanatório é desfigurado a ponto do termo “insurgente” vir também a ser atribuído a uma “direita sem freios” cultivada e despertada pelos longos anos de lulismo – um pacto conservador por excelência (2015) – que, ao contrário de ameaçar e profanar a “pacificação”, contribui para perpetrá-la (2014, 2016). Assim, Junho de 2013 é autonomista enquanto um ato profanatório sitiado em alguns meses de 2013 (2014a).

Da mesma forma, só pode se afirmar como tal na medida em que se exime dos eventos posteriores. Na razão inversa da continuidade traçada entre a transição democrática e seus eventos mais recentes, Junho de 2013 é um ponto fora da curva, dificilmente identificável naquilo que Arantes chegou a chamar de “polarização assimétrica” (2014b) própria da “paz total”. Se antes de Junho 2013, Arantes critica o paradoxo da “paz armada” em anunciar um fantasma (“constrainsurgência sem insurgência”), com a “paz total” é o próprio autor que o anuncia.

Em Breno Bringel, podemos apontar a “repolitização do social” (2013) como saldo inegável de Junho. No entanto, para entender a posição de Bringel em relação à chave autonomista é necessário perceber que Junho marca tanto o início de um novo ciclo de

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

ação coletiva quanto o de um ciclo político – o autonomismo remete ao primeiro ciclo e se faz presente no segundo. Esse novo ativismo, nas palavras do autor, está mais enraizado na vida cotidiana dos indivíduos, e se mostra organizacionalmente horizontal e libertário. Seus saldos se fazem perceber nas próprias manifestações de Junho, mas também incidem sobre os imaginários individuais e coletivos e sobre a horizontalidade de novas formas de participação e mobilização. Diferentemente dos outros intérpretes da chave autonomista, Bringel não exime os sentidos de Junho do acirramento dos embates políticos posteriores, nem muito menos conecta Junho e a realidade política ulterior de maneira virtual – como pura potência. Assim, o curto ciclo de protestos em junho de 2013, marcado principalmente pelo “transbordamento societário” é o primeiro sintoma do novo ciclo político aberto por Junho. Esse transbordamento se relaciona com a polarização e a radicalização, próprias desse ciclo, uma vez que deu vazão à exteriorização de uma indignação global – no duplo sentido, de ser comum a diversos setores e de estar conectada a uma tendência global – que, com o tempo decantou em “campos” definidos e polarizados em disputa pelos significados de Junho e pelos caminhos políticos que se edificam adiante. Dessa forma, podemos aferir que Junho possui sentido e saldo autonomistas, mas que estes se inserem num ambiente político que, muito mais que fascista ou autonomista, indica a “*apertura*”³ vivida no país.

Assim como Marcos Nobre e Bringel, Alonso e Mische atentam para o fato de que os manifestantes mobilizarem um mesmo tema não significa que sejam motivados pelos mesmos interesses, pelas mesmas visões de mundo, nem muito menos que sugerem as mesmas alternativas. Como elas mesmas apontam, há, em Junho, uma gramática comum disponível e passível de manipulação pelos diversos atores da sociedade (BRINGEL e PLEYERS, apud TILLY, 1978, p.8), o que implica em admitir que, nem Junho, nem a realidade política posterior, são “unos”, e que, nem poderiam o ser. Isso implica perceber que não só os atores estão em disputa e que disputam os sentidos e saldos de Junho, mas que os intérpretes também fazem parte dessa disputa e nela se inserem. Da mesma forma que, com isso, é possível localizar proximidades e tensões

³ Em seu texto de 2016, em espanhol, Bringel se refere à mesma ideia de “transbordamento societário” por meio de um outro termo, “*apertura societária*”. Essa diferença de nomenclatura é interessante na medida em que conecta um elemento próprio de Junho – “transbordamento” – à polarização e incerteza do cenário político ulterior.

entre as chaves de interpretação “Fascista” e “Autonomista”, sem com isso inferir que ambas são substancialmente, ou então secretamente, idênticas. Tal constatação desloca a disputa e a polarização do campo dos acontecimentos vividos para o campo da narrativa.

Uma primeira permeabilidade entre as duas chaves reside na identificação de certas proximidades que, no entanto, ao serem desenvolvidas, se afastam, dado os distintos diagnósticos de cada chave. Além da rua e da indignação geral, as duas chaves compartilham a crítica à mediação, aos partidos políticos e ao sistema político. Como vimos claramente por meio de Santos e Chauí, a lógica fascista é avessa a mediação político-institucional, fato que demonstra sua proximidade com ideias historicamente antidemocráticas – autoritarismo, fascismo, nazismo. Ela vislumbra uma noção artificial de unidade – à moda do mote “meu partido é o meu país” – que, no fundo, repele a pluralidade de interesses e opções políticas, impedindo o reconhecimento e reforçando a despolitização, da mesma maneira que a crítica aos partidos políticos e ao sistema político opera segundo uma operação moralista, que não aponta as causas estruturais da corrupção e dos déficits democráticos, centrando as críticas em qualidades próprias do âmbito privado e transpondo-as ao âmbito público.

Já a chave autonomista direciona sua crítica aos limites que as instituições políticas tradicionais representam para a própria democracia. Segundo sua lógica, os partidos políticos e os meios de participação social existentes no sistema político são insuficientes, pois não aproximam, nem conectam a sociedade e seus indivíduos à participação e decisão política. Pretende alargar o princípio democrático de reconhecimento, inclusão e participação, seja por meio da “cidadania insurgente”, seja na forma de uma nova ação política, ou pela institucionalização de novos meios de participação e deliberação.

Uma segunda permeabilidade que se faz importante salientar reside nas interpretações de Leonardo Avritzer e de Breno Bringel, duas figuras limítrofes dentro de suas respectivas chaves interpretativas, pois não se inserem na unilateralidade e univocidade de cada chave sem, no entanto, despertar o desconforto dos olhos daqueles que insistem em argumentar que Junho não se exauriu ou levou a uma total perda, mas é paralítico, cheio de aberturas e contradições. A ascensão do conservadorismo, para

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

Avritzer, ainda que descomplexificada, não representa um inequívoco sinal de esfacelamento da institucionalidade democrática; é, antes, sinal de repolitização de um setor específico (participação social, postura e pautas no Congresso Nacional) que, inserido num processo de polarização – nas narrativas de trabalhos mais recentes de Avritzer (2016b, 2017a, 2017b) – transmite a incômoda sensação de uma polarização manca, mas não a ausência desta. Bringel restitui a abertura a este processo de polarização, demonstrando que aquele estado de ânimo presente em Junho mantém um núcleo preservado na virtualidade da “geopolítica da indignação global”, mas se estende também aos anos posteriores à Junho. Distanciando-se, assim, da chave autonomista, uma vez que o limite desta reside na conservação dos sentidos de Junho num lapso atemporal, que pretende se livrar da responsabilidade e da gravidade dos fenômenos e dos cenários políticos dos anos seguintes.

Há uma última permeabilidade que cabe esboçar. A gramática comum não se limita a um determinado número de proximidades que, no entanto, se afastam para compor polos interpretativos. Estes mesmos se aproximam para defender certos princípios – ainda que, novamente, ao aproximarem-se nesse sentido revelam outros/novos dissensos ao nível da teoria sociológica e política – como democracia, participação e pluralidade. Enquanto a chave fascista defende esses princípios por meio de uma construção negativa de Junho, a autonomista reivindica os mesmos por meio de uma construção positiva de Junho. Assim, a interseção entre as duas chaves interpretativas no que toca a essa gramática comum, além de assinalar semelhanças naquilo *que* dizem, aponta para a maneira como as chaves desenvolvem suas críticas e interpretações, ao *como* dizem. A forma como se voltam para as manifestações de junho de 2013, os aspectos enfatizados em suas elaborações teóricas a respeito de Junho, os sentidos e saldos reivindicados de Junho, a preferência pela especificação ou subjetivação do(s) ator(es) de Junho, a interpretação construída a respeito do processo de democratização brasileira; tudo isso nos direciona à percepção de que não apenas o vivido é marcado pela disputa, de que a narrativa a respeito deste também é e, conseqüentemente, que passado, presente e futuro estão em aberto. Isso significa – à maneira da interpretação de Gagnebin a respeito de Walter Benjamin (1994) – que, a narração a respeito de um acontecimento não é fruto de um mero esclarecimento ou

elucidação e que, por isso, não se encarrega somente de ordenar/restaurar aquilo que ocorre na esfera do vivido, mas é objeto/instrumento de disputa e significação da própria realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma maneira possível de encontrar a riqueza narrativa de Junho de 2013 passa por ter em conta a proximidade deste com a dimensão dos problemas e embates políticos posteriores, protagonizados desde as esferas político-institucionais, passando pelas diversas esferas da sociedade, até a vida cotidiana. O acirramento que vivenciamos nas ruas, nas urnas e nas redes sociais dão o tom da tensão pela qual a política brasileira passa, de forma que as chaves interpretativas podem constituir meios de vislumbrar caminhos de interpretação de tempos profundamente nebulosos, em que o sentido das mobilizações parece pouco discernível até para os mais agudos filósofos, sociólogos e cientistas políticos. No entanto, não devemos esquecer que a principal contribuição destas chaves não está na versão hermética, fechada, que cada uma formula a respeito de Junho, mas sim na suspensão que experimentam ao confluírem em diversos pontos inesperados.

Assim, as permeabilidades que indicamos na seção anterior não demonstram a inconsistência interna de cada chave e intérprete, como se suas insuficiências se devessem a falta desses em levar suas considerações e visões à uma máxima coerência interna. São permeáveis porque o brilho de cada polo interpretativo permite entrever as sombras dos espaços que estas deixam intocados, a penumbra que se forma, ou até o brilho distinto provocado pelo encontro dos dois. Entender que o brilho dos polos interpretativos possui limites produz e sofre distorções, concorre para uma melhor compreensão a respeito do que aconteceu em Junho de 2013, pois o caminho de construir duas chaves interpretativas de Junho, a partir de seus principais intérpretes, enquanto duas maneiras opostas de se pensar o mesmo fenômeno, contribui para o restabelecimento da contradição tão própria dos confrontos políticos e da densidade e gravidade dos fenômenos e cenário político recentes.

As relações e contrastes entre as duas chaves fornece meios para compreender as maneiras pelas quais a mobilização pensa a si mesma, já que as interpretações promovidas por esses intelectuais também constituem semânticas da própria luta pelo

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

legado de Junho, ou seja, também estão envolvidas na imediatez dos embates políticos, num movimento em que os conflitos e as disputas pelos sentidos e saldos – tanto de Junho, quanto de seu passado e futuro imediatos – permitem perceber a abertura dos processos e a contradição em movimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Paulo. Depois de junho a paz será total. In: _____. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014a.

_____. **Nova direita surgiu após junho, diz filósofo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1541085-nova-direita-surgiu-apos-junho-diz-filosofo.shtml>> Acesso em: 21/10/2014b.

_____. **2 anos de “Junho” e a crise do lulismo**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GtC671hP1WI>> Acesso em: 17/08/2015.

_____. **Junho de 2013: terá sido a paz total?** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jo7aF8iAViQ>> Acesso em: 19/09/2016.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016a.

_____. Eleições, radicalização política e revolta social: uma análise do Brasil entre as eleições de 2014 e os pleitos de 2015. In: Fernando Mayorga. (Org.). Elecciones y legitimidad democrática en América Latina. 1ed.: **CESU-UMSS/CLACSO/IESE/Plural editores**, 2016b, v. , p. 39-57.

_____. Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest. **Opinião Pública (UNICAMP)**, v. 23, p. 43-59, 2017a.

_____. The Rousseff impeachment and the crisis of democracy in Brazil. **Critical Policy Studies**, v. 11, p. 352-357, 2017b.

ALONSO, A.; MISCHKE, A. June demonstrations in Brazil: repertoires of contention and government's response to protest. In: **From Contention to Social Change**: Rethinking the Consequences of Social Movements and Cycles of Protests-ESA Research Network on Social Movements – Midterm Conference 19-20 February 2015 – Universidad Complutense de Madrid, Spain.

ALONSO, A. A política das ruas. Novos Estudos. **CEBRAP**, v. Especial, p. 49-58, 2017.

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. **Insight Inteligência**, n.62, jul.set. 2013.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **RBCS**, São Paulo, v.30, n.88, jun. 2015.

_____. Crisis política y polarización en Brasil: de las protestas de 2013 al golpe de 2016. In: Breno Bringel; Geoffrey Pleyers. (Org.). **Protesta e indignación global: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial**. 1ed. Buenos Aires: CLACSO, 2017, v., p. 135-148.

BUCCI, E. **A forma bruta dos protestos**. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. v. 1. 178p.

CHAUÍ, Marilena. **As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo**. Disponível em: < <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo?page=full>> Acesso em: 27/06/2013. 2013a.

_____. **Chauí fala sobre as manifestações**. Disponível em: < <https://ocafezinho.com/2013/08/28/chaui-fala-sobre-manifestacoes/>> Acesso em: 28/08/2013. 2013b.

CHALOUB, Jorge. **As ressacas de Junho**. Disponível em: <<https://revistaescuta.wordpress.com/2016/02/15/as-ressacas-de-junho/>>. Acesso em: 15/02/2016.

GAGNEBIN, J. M. **História e narração em Walter Benjamin**. Campinas: Ed. da Unicamp. Coleção estudos: 142. 1994.

NOBRE, Marcos. **Choques de democracia: razões da revolta**. São Paulo: Ed. Schwarcz, 2013.

_____. **Junho à espreita**. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/politica/4093652/junho-espreita>>. Acesso em: 15/06/2015.

_____. 1988 + 30. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, v.105, p.3-17, 2016.

_____. Marcos Nobre: **"É impossível fazer uma retrospectiva de 2016 a não ser em tempo real"**. Disponível em: < <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/politica/noticia/2017/01/marcos-nobre-e-impossivel-fazer-uma-retrospectiva-de-2016-a-nao-ser-em-tempo-real-9043649.html>> Acesso em: 01/01/2017.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

ORTELLADO, P. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: ORTELLADO, P; POMAR, M. ; LIMA, L. ; JUDENSNAIDER, E. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. 1. ed. São Paulo: Veneta, 2013. 240p.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. MARICATO, Ermínia. et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

“JUNHO FASCISTA” E “JUNHO AUTONOMISTA”:

SAFATLE, V. P. **Só mais um esforço**. 1. ed. São Paulo: Três Estrelas, 2017. 144p.

SANTOS, Fabiano. Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da atual conjuntura brasileira. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, n.96, jul. 2013a.

_____. Primavera Brasileira ou Outono Democrático?. **Insight Inteligência (Rio de Janeiro)**, v. 16, p. 32-38, 2013b.

SANTOS, F. G. M.; SZWAKO, J. E. L. Dos impasses aos desafios de reconstrução da democracia no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 106, p.137-138, 2016a.

SANTOS, F. G. M.; GUARNIERI, F. From Protest to Parliamentary Coup: An Overview of Brazil's Recent History. **Journal of Latin American Cultural Studies**, v. 25, p. 485-494, 2016b.

SANTOS, W. G. **O futuro do atual levante niilista**. Disponível em: <<https://ocafezinho.com/2013/07/25/wanderley-preve-o-futuro-dos-coxinhas/>>. Acesso em: 25/07/2013.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n.97, nov. 2013.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**. RJ: LeYa, 2016.

Recebido em 25/09/2018

Aprovado em 14/11/2018

**DISCURSOS CONTRA LULA E O PT: EXPRESSÕES DO ÓDIO NO
CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO NO PRÉ-IMPEACHMENT DE
DILMA ROUSSEFF**

Luciana Silvestre Girelli *

**SPEECHES AGAINST LULA AND THE PT: EXPRESSIONS OF HATE IN THE
BRAZILIAN POLITICAL SCENARIO IN THE PRE-IMPEACHMENT OF DILMA
ROUSSEFF**

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre os discursos de ódio direcionados ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Partido dos Trabalhadores (PT) no pré-impeachment de Dilma Rousseff da Presidência da República, a partir da análise das cartas dos leitores do jornal O Globo. Apresenta algumas possibilidades de interpretação para essa intolerância, como a rejeição aos pobres e o medo do “perigo comunista”.

Lulismo. Antipetismo. Discursos de ódio. Impeachment Dilma Rousseff.

Abstract

This article proposes a reflection on the hate speech addressed to former President Luiz Inacio Lula da Silva and the Workers' Party (PT) in the pre-impeachment of Dilma Rousseff of the Presidency of the Republic, based on the analysis of letters from the newspaper's readers The globe. It presents some possibilities of interpretation for this intolerance, such as the rejection of the poor and the fear of the "communist danger".

Lulism. Antipetism. Hate speeches. Impeachment Dilma Rousseff.

* Mestre em Política Social (UFES), especialista em Educação Comunitária (UFES) e graduada em Ciências Sociais - Bacharel (UFES) e Comunicação Social - Jornalismo (UFES). Atualmente, cursa Licenciatura em Ciências Sociais (UFES). Sua ênfase de estudos relaciona-se à Mídia e Política, Mídia e Movimentos Sociais, Sociologia da Cultura e Pensamento Social Brasileiro. Possui trajetória de atuação profissional vinculada aos movimentos sociais do campo e, atualmente, trabalha como Analista de Suporte em Desenvolvimento Rural (Comunicação Social), na Gerência de Transferência de Tecnologias e Conhecimento, do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). E-mail: lucianasgirelli@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre os discursos de ódio direcionados ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Partido dos Trabalhadores (PT) no período que antecedeu a destituição de Dilma Rousseff do cargo de Presidente da República no Brasil, em 2016. Entende-se que esse período foi de grande polarização na conjuntura política brasileira, marcado por episódios visíveis de intolerância, seja em manifestações de rua, seja nas redes sociais e na grande mídia, contra as figuras políticas de Dilma, do ex-presidente Lula e do seu partido político.

A proposta deste artigo, além de evidenciar esses discursos de ódio, é apresentar algumas possibilidades de interpretação teórica para essa intolerância, demonstrando que a rejeição citada vai além da figura pública de Lula e seu partido, estando vinculada a uma rejeição aos pobres e à ideia do ressurgimento do “perigo comunista”. A importância, portanto, de discorrer sobre essa temática reside no fato de que é necessário entender os acontecimentos recentes da história política do país também a partir de questões estruturais da própria formação social do Brasil, já que eles revelam muito do pensamento conservador que sedimenta a sociedade brasileira. Assim, este artigo não busca apenas demonstrar o discurso de ódio contra Lula e o PT, mas tenta compreender a gênese dessa intolerância em questões mais profundas que permeiam a história e formação do país.

Para isso, realizo a análise da seção de cartas dos leitores do jornal *O Globo*¹, publicadas aos domingos, durante os seis meses anteriores ao afastamento da presidente Dilma Rousseff da Presidência da República pela Câmara dos Deputados. Foram 24 edições de jornal veiculadas entre 01 de novembro de 2015 e 10 de abril de 2016, nas quais foram publicadas 395 cartas, seja por meio de emails de leitores ou por postagens de redes sociais. Esse material apresenta a opinião de diversos brasileiros²

¹ A escolha pelo jornal *O Globo* ocorreu por ele ser o 2º maior jornal impresso do país em termos de circulação, conforme dados da Associação Nacional de Jornal (ANJ). Segundo informações do próprio periódico, *O Globo* possui 1.281.000 leitores e circula de segunda a domingo. Nos dias úteis, são produzidos 142.449 exemplares e aos domingos, 186.590, o que justifica, ainda, a escolha pela análise das cartas justamente nesse dia da semana.

acerca dos acontecimentos políticos do país naquele determinado período, sendo uma importante fonte para extrair o pensamento sobre a situação política nacional.

Do total de cartas analisadas, 33 trataram especificamente do tema Lula e 37 abordaram como assunto Lula e o PT, conjuntamente, numa referência ao que se denominou de “Lulopetismo”. Dos leitores que enviaram as mensagens apenas sobre Lula, 25 (75,7%) são homens e 8 (24,2%) são mulheres. Em termos de localização, 90,62% são do Rio de Janeiro, 6,25% de São Paulo e 3,12% de Minas Gerais. Já os que abordaram Lula e o PT, 31 (83,78%) são homens e 6 (16,21%) são mulheres. Em relação à localização, 75% são do Rio de Janeiro, 16,6% de São Paulo, 5,5% de Brasília e 2,7% de Minas Gerais³.

É importante esclarecer que, em termos de metodologia, em primeiro lugar, procedeu-se a uma leitura atenta de todas as cartas da referida seção do jornal no período mencionado, destacando os principais temas e conteúdos abordados em cada uma delas. Posteriormente, agruparam-se aquelas que continham a recorrência de opiniões acerca do ex-presidente Lula como personalidade e figura pública; e as que abordavam conjuntamente as ações de Lula e do PT, como uma forma peculiar de agir na política brasileira, o dito “Lulopetismo”. Dessa forma, chegou-se ao quantitativo de 70 cartas como material de análise para esta publicação.

Feitas as considerações preliminares, destaco que o artigo estrutura-se em duas partes principais: a apresentação dos discursos de ódio contra Lula e o PT contidos nas cartas, bem como uma breve análise sobre esse conteúdo; e apontamentos teóricos que ajudam a entender a gênese desses discursos de intolerância.

² É importante destacar o perfil dos leitores do jornal *O Globo* a fim de inferir um perfil dos autores das cartas que foram analisadas. Segundo o próprio jornal, em termos de classe social, 15% dos leitores são da classe A, 50% da B, 28% da C e 6% da classe D e E. Em termos de escolaridade, 39% possuem ensino superior completo, ao passo que 22% possuem ensino médio e 14% ensino fundamental. Em termos de gênero, 52% dos leitores são do sexo masculino e 48% do feminino. A faixa etária é bem distribuída, sendo a maioria (20%) de leitores acima de 60 anos, 19% ficam na faixa etária entre 30 e 39 anos, 18% entre 20 e 29 anos, 16% entre 40 e 49 anos e 12% entre 10 e 19 anos de idade. Tendo em vista esses dados, percebeu-se que os leitores e possivelmente os autores das cartas são, em sua maioria, da classe média e alta, com elevado grau de escolaridade, sendo mais de 50% com idade acima de 30 anos e do sexo masculino.

³ As únicas informações sobre os autores das cartas de que se têm conhecimento por meio do jornal são seus nomes e a localização geográfica.

OS DISCURSOS DE ÓDIO NAS CARTAS DOS LEITORES DO JORNAL *O GLOBO* CONTRA LULA E O PT

As cartas dos leitores do jornal *O Globo* cuja temática é centrada na figura de Luiz Inácio Lula da Silva, seja como liderança política, seja como ex-presidente da República, retratam, em sua maioria, seu envolvimento nos casos de corrupção investigados pela operação Lava-Jato, bem como seu comportamento diante dessas investigações. De maneira geral, o ex-presidente é muito criticado e ressalta-se seu processo de degradação moral, numa perspectiva de desconstrução de sua imagem de forte liderança popular.

Em diversas cartas, Lula aparece como dissimulado, mentiroso, vítima, como se ele fingisse ser da forma como é com o objetivo de ludibriar a população. O ex-presidente aparece na representação de um papel, o que pode ser evidenciado por trechos que mencionam sua atuação como ator e circense. Seguem abaixo algumas cartas relacionadas a esses aspectos:

Se Lula, em vez de utilizar o Instituto Lula, usasse um palco de teatro para falar que não existe nesse país ninguém mais honesto que ele, certamente seria um sucesso de público que pagaria para assisti-lo, por ser um excelente artista. Só este fato seria motivo de muitas gargalhadas, porém, como seu repertório é muito maior, isto o caracterizaria com certeza como o melhor comediante do país. Como Lula é uma pessoa pública, que não se aventurou no mundo das artes, ao dizer ser a pessoa mais honesta do país é sucesso, por enquanto, somente no Instituto que leva seu nome – Sid Monteiro, Rio de Janeiro (O GLOBO, 24/01/2016, p. 17).

O ex-presidente Lula não possui essa pureza d'alma por ele proclamada. Aliás, quem é verdadeiramente honesto não alardeia essa condição, pelo contrário, espera que aflore e que sejam reconhecidos seus sentimentos, seu caráter, sua integridade moral, sua conduta ética, profissional e familiar, e outros predicados. [...] – Maria Auxiliadora Campos Sales, Rio de Janeiro (O GLOBO, 07/02/2016, p. 15).

Representando viver no mundo da lua - uma vez que nunca sabe de nada – o ex-presidente vive, na verdade, no mundo do Lula, que criou em torno de si, onde ele e os seus tudo podem e a ninguém devem explicações. Um mundo onde imperam cinismo, mentira, desfaçatez, negócios escusos, amizades espúrias e favores indecentes. Onde a moral e os bons costumes são desprezados por quem se sente um ser superior, acima do bem e do mal – Maria Bethânia Passarelli, Rio de Janeiro (O GLOBO, 14/02/2016, p. 15).

É triste ver um ex-presidente mentir tanto. É doloroso saber que ganhou duas eleições enganando a maioria dos eleitores, levada a esse erro pela mesma artimanha. [...] – José Mafei, Rio de Janeiro (O GLOBO, 14/02/2016, p. 15).

Lula classificou sua condução para depor como espetáculo midiático. Na verdade, sua fala na sede do PT é que foi midiática e circense. Muitos que estavam ali o aplaudiam, enquanto destilava mentiras, desviando-se do cerne da questão: como ele e sua família desfrutaram de uma vida nababesca. Disse apenas uma verdade, ao se considerar uma jararaca – José de Lima Valverde Filho (O GLOBO, 06/03/2016, p. 17).

Lula [...] gosta de travestir-se de santo quando discursa para fazer propaganda dos seus feitos e do seu partido. No entanto, quando quer atacar alguém ou alguma instituição, mostra sua verdadeira índole [...] – Paulo Rinaldo Fonseca Franco, Rio de Janeiro (O GLOBO, 13/03/2016, p. 17).

Em diversas passagens, Lula também aparece como inimputável, acima da lei e do “bem e do mal”. É mencionado como corrupto, acusado de enriquecimento ilícito e visto como imoral, novamente mentiroso, e baderneiro, dando a entender que é uma pessoa que insufla os ânimos da população e dos movimentos sociais, o que, por sua vez, seria algo ruim. Nas cartas, percebe-se o desprezo pelo modo de Lula se comunicar com seu eleitorado e suas menções à possível solidariedade com a economia de países na África como uma falha. Ao fim, acusa-se Lula de um poder sobre as massas, de incitá-las a algo como uma “revolução”.

A entrevista do ex-presidente Lula depois de depor à Polícia Federal foi um espetáculo midiático. Em tom rancoroso, nada esclareceu. Os brasileiros não estão interessados em barco de pesca, pedalinhas e muito menos nos presentes que ganhou na Presidência, como trono africano. Ele perdeu a oportunidade de dar as explicações de maneira serena. Convocar movimentos sociais só acirra os ânimos. Referências às eleições de 2018 não fazem sentido – José dos Reis Lima, Rio de Janeiro (O GLOBO, 06/03/2016, p. 17).

[...] Agora que a Lava-Jato chegou nele, está incitando os militantes petistas! Isso é um perigo que vai fugir até ao controle dele! Prestem atenção nisso! Insuflar brasileiros contra brasileiros é crime! Ou não é? – Ana Maria Castro, Rio de Janeiro (O GLOBO, 06/03/2016, p. 17).

Frase do ex-presidente Lula dita no passado: “Pobre quando rouba vai preso. Rico quando rouba vira ministro. Lula foi pobre e hoje é rico. Nunca antes na História deste país uma frase adaptou-se tão bem ao momento atual – Luiz Fernando Viola, Rio de Janeiro (O GLOBO, 27/03/2016, p. 17).

Entretanto, o carisma e a liderança do ex-presidente são dignos de reconhecimento, em que pese como um atributo depreciativo, ou por enganar as pessoas ou porque seria uma estratégia do PT para se manter no poder. Acima de tudo, as cartas buscam a destruição da imagem de líder carismático por meio da forte caracterização do político corrupto. Em diversas passagens, constrói-se uma polarização entre cidadãos de

DISCURSOS CONTRA LULA E O PT:

bem e o político Lula, entendido como “mal”. São os cidadãos de bem aqueles que enxergariam a farsa do carisma (e do caráter) de Lula.

[...] Ressalta aos olhos que a fortuna da família Lula não foi só adquirida com o salário de presidente em 12 anos. Isso prova que sua blindagem foi muito bem construída. [...] – Francisco Jacobina Neto, Rio (O GLOBO, 08/11/2015, p. 13).

O que me impressiona é a carência de liderança do povo. O governo, inerte, traz a revolta e o assombro de ver renascer um político já fora do comando ser “querido” por uma parte da população. Se o PT não estivesse no poder, poderíamos tentar entender... – Roberto Solano (O GLOBO, 06/03/2016, p. 17).

Em seu irretocável artigo “O sonho esmorece, em um dia triste”, Ancelmo⁴ Gois alude à declaração de Fernando Henrique, segundo a qual “Lula é um líder popular”. Mas, diante de tão gritantes evidências, como mantê-lo intacto? Que pena! – Homero Vianna Júnior, Rio de Janeiro (O GLOBO, 06/03/2016, p. 17).

Parafraseando nosso brilhante jornalista Ancelmo Gois, diria que, na conjuntura atual, líder de massa é o cacete. Se a jararaca, ao que tudo indica, se locupletou no poder, via empreiteiras, graças à roubalheira da Petrobrás, será responsabilizada criminalmente, com a cabeça e o rabo – Paulo César Soares Cabral, Rio de Janeiro (O GLOBO, 13/03/2016, p. 17).

Tendo em vista a seleção das cartas acima no que tange ao ex-presidente Lula, pode-se afirmar que há uma forte tentativa de manchar, deturpar ou corromper a sua imagem, ou seja, seu carisma popular. Nota-se que apenas criticar os resultados das medidas dos governos petistas não é suficiente para sua desmoralização. É preciso desconstruir a imagem de Lula como uma das maiores lideranças políticas populares de massas no Brasil e também reconhecido no exterior, o que foi feito, nas cartas, pela sua associação a casos de corrupção e atitudes moralmente reprováveis.

Como dito anteriormente, as cartas analisadas por este artigo também abordaram como tema as ações do PT como o grupo político que esteve à frente da presidência do país por mais de uma década, fazendo menção a um mesmo tipo de prática política vinculada a governos mais progressistas. Além disso, essas cartas envolvem citações a

⁴ Ancelmo Gois é colunista de *O Globo* e publicou, em 05/03/2016, um artigo intitulado “O sonho esmorece, em um dia triste”, no qual afirma que Lula frustrou milhões de brasileiros na medida em que aceitou favores pessoais milionários de empreiteiras. O artigo encontra-se disponível em <http://noblato.globo.com/artigos/noticia/2016/03/o-sonho-esmorece-em-um-dia-triste.html>

outros governos populares latino-americanos. Pode-se afirmar, de forma geral, que abordam a atuação de grupos de centro-esquerda.

Nessas cartas, aponta-se que os governos petistas quebraram o país e são responsáveis pela crise econômica e política. Cita-se muito o excesso de gastos públicos, o fato de o governo gastar mais do que poderia, o aumento de impostos e o “roubo” das estatais, com destaque para a Petrobrás. A experiência dos governos do PT é vista como uma “aventura sem rumo”, sem responsabilidades ou compromissos com o país:

Surreal Dilma, Lula e demais políticos do PT dizerem que se sentem “indignados” com o pedido de abertura do processo de impeachment contra a presidente Dilma. Se este é o sentimento deles, qual seria, então, o do povo que está desempregado, tendo de conviver com uma inflação atingindo dois dígitos e assistindo a políticos, principalmente os do PT, enriquecendo com os roubos nas estatais? Será que eles ainda não perceberam que essa demagogia hoje só está convencendo 10% da população que ainda insistem em acreditar neste governo? – Marcos Coutinho, Rio de Janeiro (O GLOBO, 06/12/2015, p. 17).

O discurso do PT de que a crise econômica do país é em função da crise política é uma falácia. Que esta também atrapalha é óbvio, mas as crises econômica e política foram causadas pelo próprio governo que está aí. Sobre a política é só lembrar das alianças espúrias que o governo teve que fazer para se sustentar – vide o mensalão –, e com relação à econômica não precisa consultar um economista: basta perguntar a qualquer dona de casa. Se gastar mais do que recebe a conta não fecha. Chega de mentiras – Juca Serrado, Rio de Janeiro (O GLOBO, 20/12/2015, p. 19).

[...] Essa é mais uma performance negativa do país, juntamente com inflação, recessão econômica, estouro da dívida pública, desemprego, déficit público, forte queda da Bolsa de Valores, perda da confiança do empresariado etc. Resultado de 13 anos do lulopetismo, que conseguiu a proeza de fazer o país bater todos os recordes econômicos negativos – Fernando Varela, Petrópolis, Rio de Janeiro (O GLOBO, 10/01/2016, p. 13).

Ruína econômica, inflação alta, perda de renda das famílias, endividamento recorde das pessoas, desemprego alto, juros altos, corrupção em nível industrial, pilhagem da Petrobrás, fundos de pensão de estatais destruídos, saúde em estado lastimável, educação pública deplorável, criminalidade exacerbada, dengue em expansão, chicungunha, vírus zika e microcefalia. Esse é o legado petista deixado por Lula e Dilma Rousseff para os brasileiros, após 13 anos de desgoverno – Francisco Manoel Goulart de Paula (O GLOBO, 24/01/2016, p. 17).

É interessante perceber como muitas cartas dos leitores associam o “Lulopetismo” à falência da Petrobrás. Esse discurso midiático é interiorizado sem se questionar se o quadro da empresa seria mesmo de falência ou se estaria relacionado a

DISCURSOS CONTRA LULA E O PT:

possíveis intenções de privatização. Não foram encontradas cartas que apresentassem outra perspectiva em relação ao caso da Petrobrás. Esse aparente consenso entre os leitores de *O Globo* sobre temas que são conhecidos como foco de polarização do debate público revela a prioridade do jornal em selecionar conteúdos relacionados a uma única perspectiva, que é a de condenação do PT pela deterioração da empresa.

Como diria o macaco “eu só queria entender”. Segundo a mídia, a Petrobrás “vale” (pois todo dia cai um pouco) R\$70 bilhões e deve R\$ 550 bilhões (que todo dia aumenta). Quase oito vezes seu patrimônio. Se eu estivesse numa situação desta já teria pedido falência. Então, nem privatizá-la o governo conseguirá. Quem vai comprar uma dívida? Só um burro. Sugiro oferecê-la a quem votou no PT nas últimas eleições. Companheiro ajuda companheiro – Iria de Sá Dodde, Rio de Janeiro (O GLOBO, 24/01/2016, p. 17).

Especialistas cansaram de afirmar serem as petrolíferas o melhor negócio do mundo, quando bem administradas. O lulopetismo inovou, ao tornar um péssimo negócio uma petrolífera, quando colocaram a Petrobrás como o segundo maior caso mundial de corrupção, conforme julgamento internacional – Carlos Antonio Nogueira Filho, Rio de Janeiro (O GLOBO, 14/02/2016, p. 15).

Misericórdia pouca é bobagem. Além de arrasar com a Petrobrás e os fundos de pensão das estatais, a política de irresponsabilidade fiscal típica de governos socialistas arrombou também o FGTS. [...] – Joyce Coutinho, Rio de Janeiro (O GLOBO, 13/03/2016, p. 17).

Como se lê na última carta, o PT é vinculado a governos socialistas ou “pseudosocialistas” e a países como a China e a Venezuela, compreendidos pelos leitores de *O Globo* como ditaduras. Logo, há uma associação entre regimes considerados socialistas ou comunistas e regimes autoritários, categoria na qual supostamente o PT se enquadraria:

Ou o povo tira o PT e PMDB do governo através do voto, em 2018, ou corremos grave risco de virarmos uma colônia chinesa. E no final, esta turma que saqueou o Brasil vai gastar o que roubaram em outro país e ficaremos aqui, batendo continência para chineses – Jorge Gomes Pinheiro, Rio de Janeiro (O GLOBO, 03/01/2016, p. 13).

Na Venezuela, execrados líderes que outrora tentaram afundar o país na lama a corrupção em direção à ditadura, sendo representados por vistosos outdoors enfeitando as repartições públicas, hoje estão vendo suas representações arrastadas pelos corredores em direção aos porões da História, para serem esquecidos. No Brasil, líderes representados por bonecos inflados estão sendo carregados pelas ruas e praças pelo povo, para jamais serem esquecidos e repetidos – Elizio Nilo Caliman, Brasília (O GLOBO, 20/03/2016, p.17).

Por fim, as cartas dessa temática demonstram, mais uma vez, a associação inquestionável entre o PT e a corrupção. O partido é unilateralmente culpado pela descrença ou desmoralização política no país, como se a “reserva moral” tão propalada pela esquerda finalmente tivesse se esgotado. Assim como se verificou nas cartas especificamente sobre Dilma ou sobre Lula, o PT chega ao ponto de ser tratado como uma organização criminosa, formada de mafiosos e bandidos.

[...] O real é um crime de estelionato eleitoral. Há um paralelo com o argumento de que o caixa 2 do mensalão era para ajudar o PT e não para enriquecimento pessoal, algo desmontado pela Lava-Jato. Enfim, a linha de ética do PT é no mínimo tortuosa. A vergonha é o tributo que o pecado paga à virtude, e nisso o PT, faz tempo, é sonegador. O PT deixou o Brasil no osso – Marcelo Morgado, São Paulo (O GLOBO, 20/12/2015, p. 19).

[...] Isso é mais uma ofensa do lulopetismo ao povo brasileiro. A falta de vergonha da organização criminosa que habita o governo não tem limites. O país atravessa uma crise econômica gravíssima, e a única coisa que passa pela cabeça dos petistas é escapar das grades. Um governo apodrecido, sem rumo e desmoralizado pela corrupção tenta um último golpe para permanecer no poder. O povo deve reagir a mais esse acinte – Francisco Manoel Goulart de Paula, Rio de Janeiro (O GLOBO, 20/03/2016, p. 17).

Também são exibidas cartas supostamente de uma geração que acreditou no PT, mas se decepcionou com os rumos do partido. Poderiam ter sido jovens que viveram a reabertura política e deram seu primeiro voto a Lula, mas que hoje, inconformados com as denúncias de corrupção que envolvem governos petistas – e sem o cuidado de averiguar as fontes de informação dessas denúncias –, passam a apoiar a luta pela moralização do país, tendo em vista que “a esperança” na estrela vermelha fora derrotada pela “corrupção”.

Tudo o que está acontecendo é muito triste. O binômio Lula & PT desapontou toda uma geração que não teve “medo de ser feliz” e acreditou que era possível se fazer política com ética, sem a prática do “eu dou para receber depois”. Foi uma covardia sem tamanho feita com todos nós, que achávamos que Lula e o PT não se venderiam, nem se deixariam picar pela mosca azul do poder. São legítimas e absolutamente necessárias todas as averiguações em andamento da Lava-Jato, bem como os demais processos em curso. Em se provando crime, cadeia para todos. [...] – Antonio Augusto de Aquino e Castro, Rio de Janeiro (O GLOBO, 13/03/2016, p. 17).

Poucas pessoas têm a oportunidade de realizar na vida adulta sonhos da juventude. Fico estarecida quando vejo que as pessoas que hoje governam o Brasil são as mesmas que foram presas e torturadas porque lutavam para ter um país mais justo. Muitas delas estão presas ou indiciadas por

DISCURSOS CONTRA LULA E O PT:

envolvimento em algum escândalo de corrupção. Será que o poder corrompe tanto? Na solidão de uma cela, ou mesmo na leitura diária de um jornal, não bate remorso pensar que milhões desviados causaram tantas mortes por falta de hospitais, destruição de casas pela favelização das cidades etc? Talvez, quem sabe, uma reflexão dos governantes seria um belo caminho para a tão esperada e alardeada justiça social – Margarida C. Khauaja, Rio de Janeiro (O GLOBO, 14/04/2016, p. 17).

As cartas indicam a coroação do PT como o maior símbolo de envolvimento com a corrupção no país e insinuam uma relação entre o excesso de gastos públicos x governos socialistas e corrupção estatal x governos socialistas. Em tese, o PT teria adotado medidas de gastos excessivos no país, que teriam gerado a crise, além de participar dos maiores casos de corrupção da história.

UMA POSSÍVEL EXPLICAÇÃO PARA A GÊNESE DO ÓDIO: APOROFOBIA, LULISMO E ANTIPETISMO

Para compreender o ódio destinado ao ex-presidente Lula evidenciado nas cartas dos leitores, será abordado o conceito de aporofobia, que significa em linhas gerais, o medo dos pobres. Esse conceito pode ser uma das chaves explicativas para a construção do ódio à figura política de Lula, seja pela sua origem social, seja pela prioridade política e econômica que destinou ao segmento mais popular do país durante seus mandatos como presidente da República.

Segundo Navarro (2002), o termo aporofobia vem das palavras gregas *áporos*, que significa pobre, escasso de recursos, sem alternativas, e *fobia*, medo, e tem sido um conceito pouco estudado, mas que serve para nomear um sentimento ainda difuso de “rejeição ao pobre, ao desamparado, ao que precisa de alternativas, ao que carece de meios e recursos” (NAVARRO, 2002, p. 17, tradução nossa)⁵. Essa expressão foi cunhada por Adela Cortina, na década de 1990, para indicar a repugnância que pessoas com boas condições de vida têm em relação aos pobres.

Esse sentimento e atitude de medo e rejeição em relação aos mais necessitados são adquiridos socialmente a partir da difusão dos discursos que vinculam pessoas com poucos recursos financeiros à delinquência e a uma suposta ameaça à estabilidade e à ordem. Tendo em vista a situação de vulnerabilidade social pela qual passam, fica muito

⁵ “rechazo al pobre, al desamparado, al que carece de salidas, al que carece de medios o de recursos”.

difícil que as pessoas empobrecidas consigam defender-se da culpabilização que lhes é feita por estarem nessa condição. O mecanismo psicológico que alimenta a aporofobia, portanto, é a generalização apressada, isto é, o preconceito.

Navarro busca entender porque nas sociedades ocidentais a aporofobia é um sentimento que tem se alastrado tanto e uma de suas explicações é que a pobreza é uma situação de desamparo social de responsabilidade de todos os segmentos da sociedade. Essa percepção pode gerar reações ambivalentes, desde o engajamento social ou desprezo pelos pobres, como explica a seguir:

[...] enquanto algumas pessoas reagem positivamente, de forma proativa, comprometendo-se com atividades de reforma social para tornar o mundo cada vez mais justo, outras pessoas reagem de forma negativa, reativamente, desprezando e culpando os próprios pobres por sua situação de marginalização e colocando sobre eles todos os tipos de rótulos pejorativos (NAVARRO, 2002, p. 18, tradução nossa).⁶

O que alimenta a aporofobia é justamente a visão preconceituosa de que os pobres são culpados pela miséria que os atinge. Navarro explica que, embora possa haver, em alguns casos, alguma responsabilidade por parte do indivíduo para se chegar a uma situação de pobreza, na maioria das vezes, as causas são totalmente alheias à vontade dessas pessoas. O autor ainda reforça que, independente das causas, esse segmento social precisa de amparo para suprir suas necessidades e não ser abandonado à própria sorte. Ele assim concluiu:

Em suma, podemos dizer que parte do que cada pessoa consegue ou deixa de conseguir na vida é uma questão de oportunidades que surgem, enquanto outra parte é a responsabilidade (mérito ou demérito) de cada uma. Portanto, culpar as pessoas que estão em situação de pobreza ter chegado a essa situação é, sem dúvida, uma generalização injusta (NAVARRO, 2002, p.19, tradução nossa)⁷.

Outra questão relacionada à aporofobia é que, na sociedade capitalista, baseada nas relações de troca, os pobres não possuem disponibilidade financeira para consumir.

⁶ “mientras que algunas personas reaccionan positivamente, proactivamente, comprometiéndose en tareas de reforma social para hacer un mundo cada vez más justo, otras personas reaccionan negativamente, reactivamente, despreciando y culpando a los pobres mismos de su situación de marginación y colgando sobre ellos todo tipo de etiquetas peyorativas”.

⁷ “En síntesis podríamos decir que una parte de lo que cada cual consigue o deja de conseguir en la vida es cuestión de oportunidades que se le presenten, mientras que otra parte es responsabilidad (mérito o demérito) de cada uno. Por tanto, culpar a las personas que están en situaciones de pobreza de haber llegado a esa situación es, sin lugar a dudas, una injusta generalización”.

DISCURSOS CONTRA LULA E O PT:

Dessa forma, são excluídos, marginalizados e deixam de ter a consideração de que necessitam justamente porque estão fora da esfera das trocas comerciais. “Supostamente, aqueles que não têm nada de interessante para oferecer, merecem a exclusão e o desprezo que eventualmente recaem sobre eles” (NAVARRO, 2002, p. 20, tradução nossa)⁸. Soma-se à sua exclusão do mercado de consumo a sua anterior exclusão do mercado de trabalho por baixa qualificação. Assim, conforma-se, primeiramente, um “exército de reserva de mão de obra”, que garante a baixa remuneração da força de trabalho e a manutenção do estado de pobreza. Em um segundo momento, tal contingente de pessoas desempregadas ou subempregadas passam a ser vistas como uma ameaça à segurança daqueles que usufruem de uma melhor condição de vida.

Diante desses elementos, o autor afirma ser a aporofobia um componente importante para o surgimento de regimes totalitários e de ódio. Ele diz que não há empobrecimento maior a que se possa submeter alguém do que excluí-lo do mundo dos vivos e que a aporofobia mais perigosa é aquela que cogita eliminar do convívio social todos que são considerados um estorvo para os poderosos. Assim, “Os totalitarismos de todos os tipos são profundamente aporófobos. E as atitudes aporófobas são um ingrediente necessário aos totalitarismos” (NAVARRO, 2002, p. 20, tradução nossa)⁹.

Não é à toa que durante as manifestações a favor do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff muitos manifestantes colocavam-se, de modo muito enfático, contrários a diversos programas de inclusão social, entre eles, o Bolsa Família, por ser considerada uma forma de “sustentar vagabundos”. A relação entre a aporofobia e os programas de inclusão sociais executados durante os governos petistas no Brasil foi tratado por Andrade (2008). Ele afirma que esses programas de inclusão dos pobres, como o Fome Zero e o Bolsa Família, sempre foram recebidos com dúvidas e ironias pela mídia, empresários e até mesmo intelectuais. Diz ainda que os políticos de oposição trataram

⁸ “Supuestamente, quienes no tienen nada interesante que ofrecer, se merecen la exclusión y el desprecio que eventualmente se les venga encima”.

⁹ “los totalitarismos de todo signo son profundamente aporófobos. Y las actitudes aporófobas son un ingrediente necesario en los totalitarismos”.

essas iniciativas como “mera demagogia, populismo, assistencialismo, repetição ou equívoco” (ANDRADE, 2008, p. 135)¹⁰.

Em análise da Revista Veja, Andrade identificou que o periódico falava do Programa Fome Zero como uma esmola e que a população precisava de oferta de emprego e trabalho e não de caridade. Colunistas da revista escreviam insistentemente que “o governo é inerte, que os programas não funcionam, que geram dependência, alimentam uma casta parasitária entre os pobres e, além disso, não alcançam aqueles que realmente precisam disso” (ANDRADE, 2008, p. 136, tradução nossa)¹¹.

Evidencia-se, mais uma vez, a aporofobia em um país como o Brasil repleto de desigualdades sociais, em que é bastante comum a máxima de que os pobres são pobres porque não trabalham. Embora haja um senso comum de que os pobres mereçam oportunidades para sair de sua condição de pobreza, há também um sentimento bastante disseminado de que nem todos merecem auxílio, pois talvez a maioria seja mesmo preguiçosa e parasitária.

Dessa forma, o conceito de aporofobia é uma das chaves explicativas para compreender a construção do ódio aos governos petistas no que tange à implantação de programas de inclusão social. Detidamente, em relação à reiteração do ódio a Lula, uma primeira explicação, relacionada à aporofobia, é justamente o perfil do ex-presidente:

[...] deve-se lembrar de que o presidente Lula é o primeiro chefe de Estado no Brasil que não tem educação superior, talvez um dos poucos na história recente dos grandes países. Lula é filho da pobreza. Foi operário, sindicalista e depois deputado. Ele tentou chegar à presidência por 16 anos e só conseguiu na quarta tentativa depois de muitas mudanças em sua própria imagem, que agora é mais serena, conciliadora e não tão militante como antes. Sua trajetória é muito diferente da dos outros presidentes que o Brasil já teve (ANDRADE, 2008, p. 136, tradução nossa).¹²

O perfil do ex-presidente acirrou o ódio das velhas elites brasileiras, que por sua vez influenciaram amplos setores da classe média e até mesmo segmentos mais

¹⁰ “mera demagogia, populismo, asistencialismo, repetición o equívoco”.

¹¹ “el gobierno es inerte, que los programas no funcionan, que generan dependencias, que alimentan una casta parasitaria entre los pobres y, que además, no llegan a los que verdaderamente necesitan”.

¹² “hay que recordar que el presidente Lula es el primer jefe de Estado em Brasil que no tiene estudios superiores, quizás uno de los pocos en la historia reciente de los grandes países. Lula es hijo de la pobreza. Fue operario, sindicalista y después diputado. Ha intentado llegar a la presidencia durante 16 años y sólo ha logrado en la cuarta tentativa después de muchos cambios en su propia imagen, que ahora es más serena, conciliadora y no tan militante como antes. Su trayectoria es muy distinta a la de los otros presidentes que tuvo Brasil”.

DISCURSOS CONTRA LULA E O PT:

populares. Poderia-se pensar que sua trajetória de superação o elevaria à condição de um baluarte da meritocracia; mas, para os que alimentavam o ódio ao ex-presidente da república, seu êxito não era fruto de seu trabalho nem de seus talentos, mas de algo como “oportunismo”, numa condenação prévia a toda organização sindical. O fato de não ter a educação formal completa era mais um fato para as elites descredenciá-lo, o que foi acompanhado, muitas vezes, por membros da classe trabalhadora que confirmavam o discurso dos patrões.

Outra questão complexa que se coloca nesse debate consiste no que significou, historicamente, os governos de Lula no Brasil, ou ainda mais especificamente, o fenômeno caracterizado como lulismo. Evidentemente, este artigo não pretende aprofundar nessa temática, mas apenas indicar alguns elementos que ajudam a compreender a construção do ódio que transparece nas cartas dos leitores no período *pré-impeachment* de Dilma Rousseff e que se relacionam com a figura do ex-presidente Lula.

Na reflexão sobre esse assunto, será utilizada a análise de Perry Anderson (2011) para interpretar historicamente os governos de Lula. Ele apresenta três concepções distintas que aparecem no país para compreender o fenômeno do lulismo. Uma delas vem de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e seus seguidores, que ainda dominam a opinião midiática no país. Para esse segmento, Lula representa uma tradição política retrógrada do continente e “seu governo sendo apenas outra variante do populismo demagógico de um líder carismático, que despreza tanto a democracia quanto a civilidade, comprando o favor das massas com caridade e bajulação” (ANDERSON, 2011, p.32).

Essa vertente compara Lula a outros governos tidos como populistas, como o do ex-presidente do Brasil Getúlio Vargas, considerado “pai dos pobres”, ou ainda o de Juan Domingo Perón, ex-presidente da Argentina. O lulismo seria, na visão de Fernando Henrique Cardoso, uma espécie de subperonismo. Para Anderson (2011), essa conduta pode ser explicada pelo fato de o carisma popular de Lula ter ofuscado seu antecessor, FHC. O autor busca ainda apresentar diferenciações entre Lula e os presidentes citados:

A retórica de Vargas era paternalista e sentimental, a de Perón, exaltada e agressiva, e sua relação com as massas era bem distinta. Vargas construiu seu poder incorporando trabalhadores recém-urbanizados no sistema político, como beneficiários passivos de seus cuidados, com uma legislação

trabalhista protecionista e uma sindicalização castrada de cima para baixo. Perón os galvanizou como combatentes ativos contra o poder oligárquico, com uma mobilização das energias do proletariado em uma militância sindical que sobreviveu a ele (ANDERSON, 2011, p. 33).

Segundo o autor, os governos de Lula não envolveram questões como essas, pois sua ascensão está relacionada ao movimento sindical e a um partido político mais moderno e democrático do que havia na época de Vargas e Perón, ainda que no período de sua eleição o PT, de forma geral, já tivesse se reduzido a uma máquina eleitoral. Lula no poder não mobilizou nem aclamou seu eleitorado. Além disso, “tampouco as formas de clientelismo características do populismo clássico foram reproduzidas” (ANDERSON, 2011, p. 33). Segundo o autor, o Bolsa Família, por exemplo, foi projetado para ser administrado de forma de forma impessoal, livre dos sistemas de clientelismo.

A segunda vertente de análise do lulismo mencionada por Anderson é a do cientista político André Singer, que relacionou o protagonismo de Lula à psicologia dos pobres brasileiros, entendidos como um subproletariado que representa 48% da população. O autor afirma que esse segmento é movido por dois sentimentos principais: “a esperança de que o Estado possa moderar a desigualdade, e o medo de que os movimentos sociais possam gerar a desordem” (ANDERSON, 2011, p. 34). A instabilidade é muito temida pelas pobres, independentemente de sua forma, que pode ser a luta armada ou o aumento da inflação. Anderson afirma que a esquerda não compreendeu isso e a direita capturou muitos desses votos para o conservadorismo.

Em seu início de governo, em 2002, Lula entendeu que a população mais pobre, como ambulantes e moradores de favela, também precisava de garantias de que seu governo não seria radical. Esse público foi conquistado e, em 2006, a classe média o abandonou enquanto o subproletariado votou nele em massa. “Quando concorreu pela primeira vez ao cargo em 1989, Lula teve 51,7% do eleitorado na próspera região Sul do país, e 29,5% no Nordeste esfomeado; em 2006, ele perdeu no Sul com 46,5%, e arrebanhou o Nordeste com 77,1% dos votos” (ANDERSON, 2011, p. 34).

A ortodoxia econômica de Lula em seu primeiro mandato respondia mais às necessidades dos pobres do que a dos trabalhadores do setor formal, pois os primeiros tendem a ter mais dificuldades de sobreviver a períodos inflacionários e percebem as greves como uma ameaça à vida cotidiana. Por meio do projeto de estabilidade

DISCURSOS CONTRA LULA E O PT:

econômica e expansão do mercado interno, Lula demonstrou sensibilidade quanto ao temperamento das massas quanto à cultura política do país.

A mídia brasileira, porém, sempre atuou no sentido de criticar Lula em seus governos. Para Anderson (2011), sua popularidade significou uma perda de poder desse segmento, visto que tradicionalmente os donos da imprensa sempre tiveram papel determinante na escolha dos candidatos à presidência do país. “O relacionamento direto de Lula com as massas interrompeu esse ciclo, minando o papel da mídia na formação do cenário político. Pela primeira vez, um governante não dependia dos proprietários da mídia, daí o rancor da parte deles” (ANDERSON, 2011, p. 36-37).

Outro fator explicativo para o ódio direcionado contra Lula pelas classes médias tradicionais do país ligava-se à perda de *status* desta – mais do que de poder efetivo, o qual a classe média nunca teve. Anderson explica de forma muito clara a origem da construção desse ódio ao ex-presidente:

Não apenas o presidente era agora um ex-operário sem instrução, cuja gramática surrada já era lendária, mas sob seu governo empregadas domésticas, porteiros e trabalhadores braçais, de fato, praticamente toda extração da ralé, estavam agora adquirindo bens de consumo até então privilégio dos instruídos, e mesmo adquirindo orgulho em seu dia a dia. Para boa parte da classe média, tudo isso os irritava profundamente: a ascensão de sindicalistas e funcionários significava que eles estavam sendo rebaixados. O resultado tem sido um surto agudo de “demofobia”, como o colunista Élio Gaspari, um crítico enérgico dessa tendência, apelidou a reação. Juntos, a mistura de humilhação política entre os proprietários dos meios de comunicação e editores e o ressentimento social entre os leitores resultaram numa quase sempre bizarra ladainha acrimoniosa de antilulismo, estranha à qualquer senso objetivo de interesse de classe (ANDERSON, 2011, p. 37).

Na prática, o capital prosperou muito no governo Lula. A classe média se beneficiou com as altas taxas de juros para o rendimento da poupança e a concentração fundiária foi ampliada. Em torno de 25 milhões de pessoas passaram à categoria de classe média. Em contrapartida, gastos com o Bolsa Família representaram apenas 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Ainda assim, a perda de *status* da classe média diante dos chamados “emergentes” foi um forte fator para a criação da hostilidade em relação ao Lula.

A terceira e última vertente de análise do lulismo apresentada por Anderson parte do sociólogo Chico de Oliveira e se concentra na relação de Lula com a massa de seu eleitorado. Um parâmetro usado por ele na compreensão do lulismo foi o momento da

história mundial do capital em que ele chegou ao poder. Com a mais recente onda da revolução tecnológica, houve uma mudança da acumulação para o setor financeiro e para a extração de recursos naturais, beneficiando bancos e setores do agronegócio para exportação, o que ocasionou um desvio dos investimentos na produção e recolocou o Brasil de volta no ciclo de dependência da exportação de produtos do setor primário.

Outro parâmetro utilizado na análise foi a forma como o lulismo se adequou à nova dinâmica do capital, que consistiu na transformação das estruturas a partir das quais ele surgiu, ou seja, dos partidos e dos sindicatos:

Sindicalistas se tornaram os administradores de algumas das maiores concentrações de capital do país, cenário de lutas ferozes pelo controle ou expansão entre predadores concorrentes. Militantes se transformaram em funcionários desfrutando, ou abusando, das vantagens que seus cargos lhes ofereciam (ANDERSON, 2011, p 40).

Na visão de Chico de Oliveira, “no lulismo, os dominados haviam invertido a fórmula, obtendo o consentimento dos dominadores para sua liderança da sociedade, apenas para ratificarem as estruturas de sua própria exploração (ANDERSON, 2011, p. 40)”. Ainda que poucos intelectuais apontassem para o pacto com o capital – daí a disseminação da expressão “o silêncio dos intelectuais” - os críticos de esquerda mais radicais, como Chico de Oliveira, anteviam o “calcanhar de Aquiles” dos governos petistas.

No ensaio O Ornitorrinco (2003), o sociólogo trata do impasse civilizatório do “moderno”, cuja marca no século XXI é o fracasso do projeto de desenvolvimento da periferia. Oliveira compara o capitalismo que se desenvolveu no Brasil ao ornitorrinco, animal dotado de bico de pato, mas considerado ao mesmo tempo réptil, pássaro e mamífero, e utiliza essa metáfora para caracterizar o impasse evolutivo da nação, que convive com o arcaico e o moderno. Ele não acredita mais ser possível superar esses impasses por meio do modelo desenvolvimentista utilizado no passado e explorado pelos governos petistas.

O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido, e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas as “acumulações primitivas”, tal como as privatizações propiciaram: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, “acumulação”.

DISCURSOS CONTRA LULA E O PT:

O ornitorrinco está condenado a submeter tudo à voragem da financeirização, uma espécie de “buraco negro”: agora será a previdência social, mas isso o privará exatamente de redistribuir a renda e criar um novo mercado que sentaria as bases para a acumulação digital-molecular. O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão (OLIVEIRA, 2003, p. 150).

Em que pesem consideráveis diferenças nas três vertentes de análise acerca do lulismo, nota-se que em todas elas existe uma relação umbilical entre Lula e as camadas pobres do Brasil, elemento significativo para compreender o porquê de o ex-presidente ser um alvo tão forte do ódio das elites e camadas médias da população. Na visão de Ab’Sáber (2015), o ódio que se expressou nas ruas contra o PT resultou em parte da tentativa de anular essa relação até mesmo sentimental entre Lula e os pobres:

O ódio brutal que se expressa hoje nas ruas do país contra o PT é também a tentativa astuciosa e igualmente mágica, baseada em grandes emoções e na redução calculada da linguagem, de anular e esvaziar os motivos encantatórios daquele monumental amor dos brasileiros pelo ex-Presidente (AB’SÁBER, 2015, p. 11).

A fim de concluir a reflexão contida neste item, será feita uma breve consideração sobre o antipetismo bastante evidenciado no período *pré-impeachment* de Dilma Rousseff. Para realizar esses apontamentos, será retomada a análise de Ab’Sáber (2015), que busca fazer uma relação entre o antipetismo e o anticomunismo no Brasil contemporâneo. Em sua visão, com o realinhamento do grande capital contra o governo de Dilma Rousseff, setores médios conservadores, antipetistas por tradição e anticomunistas pela natureza retrógrada brasileira, deixaram de expressar no âmbito privado seus ressentimentos contra o relativo sucesso dos governos petistas e passaram a publicizá-los na medida em que as falhas da gestão petista ganhavam o conhecimento público. “Antipetistas indignados com a corrupção do outro, e anticomunistas do nada, tomaram as ruas para produzir o texto para os grandes conglomerados de mídia nacionais repercutiram, o que ocorreu, em tempo real” (AB’SÁBER, 2015, p. 36).

Esse autor afirma que a antiga ideia do “perigo comunista” estava vigente de uma forma importante no Brasil e, em parte, sequer imaginada com tanta força pelos setores progressistas, sendo pano de fundo das ações de rua dos setores médios e classes altas no país recentemente. Essa mesma justificativa do anticomunismo havia sido responsável pela instauração de duas ditaduras no país durante o século XX e várias em

países latino-americanos, sendo retomada quando algum governo no continente almejou a realização de medidas de benefício popular. Ab'Sáber (2015, p. 37) explica de maneira bem clara o uso do recurso discursivo anticomunista:

[...] o anticomunismo sobrevive magicamente no Brasil de hoje como uma espécie de imagem de desejo, para a grande simplificação interessada da política que ele de fato realiza. Ele mantém o discurso político em um polo muito tenso e extremo de negatividade à qualquer realização democrática ou popular de governo; ou melhor, ele é contra qualquer realização que desvie a posse imaginária do Estado de seus senhores, imaginários, de direito.

Sendo assim, o antipetismo seria um velho anticomunismo “disfarçado”. O ódio contra o PT remonta à velha tradição autoritária e oligárquica brasileira. O autor ainda reforça que durante todos os governos petistas a mídia fez questão de reproduzir ideias do senso comum, com linguagem agressiva, sobre um possível comunismo desses governos, ainda que a inserção das massas populares no mercado de consumo e de trabalho, um dos principais legados petistas, seja uma realização pró-mercado, capitalista. “O anticomunismo é estratégia extremada – ancorada no arcaico liberalismo conservador brasileiro, com fumos de fidalguia, as famosas raízes do Brasil, de origem ibérica e escravocrata” (AB’SÁBER, 2015, p. 37). Eis umas das razões para que o ódio seja evidenciado não apenas nas figuras de Dilma e de Lula, mas também do próprio PT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou evidenciar os discursos de ódio contra o ex-presidente Lula e o PT a partir das cartas dos leitores do jornal *O Globo*, bem como apresentar alguns apontamentos sobre a gênese dessa intolerância. Para entender o ódio direcionado ao ex-presidente Lula, optou-se por utilizar o conceito de aporofobia, o medo e rejeição aos pobres. As classes altas reproduzem esse sentimento pelo fato de acharem que os pobres são sinônimos de delinquência e ameaça à estabilidade. Não raro, culpabilizam-nos por sua condição de pobreza, pois é como se eles próprios fizessem por merecer a condição na qual se encontram, e não que sua situação seja fruto, na maioria das vezes, de condições socioeconômicas estruturais. Pelo fato de a origem social de Lula estar

DISCURSOS CONTRA LULA E O PT:

vinculada à pobreza, bem como por ele ter impulsionado um conjunto de programas sociais de inclusão desse segmento, há um direcionamento do ódio à sua pessoa.

O fenômeno do lulismo é entendido pelo vínculo, sem mediações, de Lula com os setores mais populares, ultrapassando as barreiras dos conglomerados midiáticos, numa relação quase inédita na história do Brasil, em que pesem algumas tentativas de comparação com o getulismo que, contudo, são bastante frágeis. Sua política de inserção dos setores populares no mercado de consumo despertou um grande incômodo dos setores conservadores do Brasil, tendo em vista que os setores médios se viram ameaçados pela perda de status. Por isso, o ódio a Lula, concluiu-se, é um ódio ao popular, seja por sua origem de classe, seja por suas medidas de governo em benefício desse segmento ou ainda pela forte liderança carismática exercida nesse setor.

No que se refere ao ódio ao PT, avaliou-se que ele estaria relacionado ao ódio às esquerdas e ao comunismo. O antipetismo retratado nas cartas está relacionado ao anticomunismo, já utilizado em momentos da história do Brasil para conter governos que adotaram algumas medidas populares. Como a ameaça comunista parece ser ainda muito viva na memória do país, ela se traveste de antipetismo na atualidade, o qual precisa também ser combatido e exterminado. Uma das formas de isso ser feito é, novamente, pela degradação moral desse partido, considerado, em outros momentos históricos, um reduto de ética da esquerda brasileira.

Evidencia-se, dessa forma, um ódio às esquerdas de maneira geral, seja pela articulação dos governos petistas a outros regimes considerados socialistas, como China, Venezuela e Cuba, seja pelo combate à ameaça comunista (petista) em virtude das medidas de cunho popular adotadas por esses governos. Esse ódio à esquerda em geral é fruto de sua associação unilateral a imagens de regimes totalitários, sendo que as conquistas trabalhistas, oriundas das lutas dos movimentos sociais e sindicais, não parecem conseguir se associar a esse campo político.

Soma-se a isso a perspectiva de Souza (2016), quando o mesmo fala das virtudes do mercado, formado por pessoas honestas, cujo único crivo é o mérito, o talento e o esforço. É como se o ódio às esquerdas e aos países considerados socialistas convivessem com o elogio ao modelo americano do *way of life*, visto como uma sociedade justa e isenta de crises e conflitos bélicos em todo o mundo. Apresenta-se o

desejo de viver em um paraíso moral no Brasil, sob uma ética do livre consumo. Dessa forma, apenas a possibilidade de qualquer tipo de regulação estatal – lembrando que o Estado é percebido como o reduto da corrupção – acirra os ânimos das elites e dos setores médios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Tales. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. **Novos estudos**, São Paulo, edição 91, v. 30, n. 3, p. 23-52, nov. 2011. Disponível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-91/>>. Acesso em: 27 set. 2017.

ANDRADE, Marcelo. ¿Qué es la “aporofobia”? Un análisis conceptual sobre prejuicios, estereotipos y discriminación hacia los pobres. **Agenda Social**, Campos dos Goytacazes, v. 2, n. 3, p.117-139, out./dez. 2008.

NAVARRO, Emilio Martínez. Aporofobia. In: Jesús Conill (Coord.). **Glosario para una sociedad intercultural**. Valencia, Bancaja, 2002, p. 17-23.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2016.

_____, 07 de fevereiro de 2016.

_____, 14 de fevereiro de 2016.

_____, 06 de março de 2016.

_____, 13 de março de 2016.

_____, 27 de março de 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

Recebido em 07/08/2018

Aprovado em 14/11/2018

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: O DIALOGA BRASIL E AS NOVAS POSSIBILIDADES DA CIBERDEMOCRACIA BRASILEIRA

Aline Tusset De Rocco *

DEMOCRACY AND POLITICAL PARTICIPATION: THE DIALOGA BRASIL AND THE NEW POSSIBILITIES OF THE BRAZILIAN CIBERDEMOCRACY

Resumo

O presente artigo traz uma discussão sobre a relação entre participação política, democracia e os novos meios de comunicação, mais precisamente a Internet. Dedicar-se especial atenção às possibilidades que a Internet oportuniza na participação no campo político. Primeiro, apresenta-se a suposta "crise" democrática e as possibilidades de transformação e aperfeiçoamento democrático iniciados no século XX. Em seguida, definem-se conceitos importantes como ciberdemocracia e governo eletrônico, de modo a melhor compreender a contribuição da Internet na esfera política e na democracia contemporânea. Por último, analisa-se brevemente o portal Dialoga Brasil como possibilidade de participação direta do indivíduo na formação de políticas públicas.

Participação política. Ciberdemocracia. Governo eletrônico.

Abstract

This article presents a discussion about the relationship between political participation, democracy and new media, more precisely the Internet. We will dedicate special attention to the possibilities that the Internet provides by participation in the political field. First, we present the supposed democratic "crisis" and the possibilities of democratic transformation and the improvement started in the twentieth century. Then, we will define important concepts as cyberdemocracy and e-government in order to better understand the contribution of the Internet in the political sphere and contemporary democracy. Finally, we analyze briefly the portal Dialoga Brasil as a possibility for direct participation of the individual in the shaping of public politics.

Political participation. Cyberdemocracy. E-government.

* Bacharela em Design pela Universidade Feevale e Mestra em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos com tema de pesquisa relacionada à raça, gênero e consumo, focou sua pesquisa na relação de mercadorias de consumo com a construção de identidades em meios digitais. Integrou o Grupo de Pesquisa "Gênero e Raça em Contextos Africanos e Latino Americanos", Diretório de Pesquisa do CNPq (2015/02). Atualmente integra o grupo de voluntários da TODXS no qual contribui como Analista de Pesquisa Aplicada no Núcleo, focando em pesquisas relacionadas à temática LGBTI+. E-mail: atussetderocco@gmail.com

INTRODUÇÃO

Durante o século XX a representação política nas democracias contemporâneas sofreu grandes transformações: partidos políticos de massa perderam sua centralidade como representantes das identidades do eleitorado e iniciou-se o fenômeno da personalização midiática da política sob a figura de lideranças plebiscitárias, instabilidade no mercado de trabalho, além das inovações institucionais. Desde então, a variante sobre a representatividade tem se constituído em torno de três expressões principais: Internet, esfera pública e democracia; buscando compreender as renovadas possibilidades para a política democrática proporcionada pelos novos meios de comunicação.

Ao final do século XX, importantes transições políticas ocorreram na América Latina concomitantemente as chamadas “revoluções de veludo” que aconteciam no Leste da Europa. Estes eventos trouxeram mudanças no *zeitgeist* relacionado ao valor da democracia, à teoria e às instituições democráticas. Lavallo e Vera (2011) apontam que por um lado o valor da democracia alcançou consensos sem precedentes, por outro as novas democracias e a ausência de “inimigos” externos propiciaram a indagação acerca da qualidade das velhas e novas democracias.

No Brasil, desde o fim do período autoritário, os diversos atores da sociedade civil tem reivindicado maior participação na formulação das políticas públicas. Assim, no país, a participação política tem sido marcada por dois fenômenos: a ampliação da presença da sociedade civil e o crescimento das chamadas instituições participativas (AVRITZER, 2007).

A “CRISE” NA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E AS NOVAS POSSIBILIDADES

Conforme Lavallo, Houtzager e Castello (2006), a representação é originária figura do direito privado. Durante o medievo, os representantes eram os mandatários, embaixadores ou agentes autorizados de interesses privados, agindo em nome de contratantes perante o Rei. Hoje em dia, semelhante lógica é aplicada na representação no direito civil moderno, de modo que os interesses do representado e as decisões do

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:

representante coincidem. Em contraste a representação no mundo privado, a representação política não garante a representatividade e correspondência com os interesses dos representados. A representação política supõe a dualidade entre representação e representatividade.

A categoria participação pode referir-se tanto a prática política de atores sociais, como também a teoria democrática com multidimensionalidade de sentidos práticos, teóricos e institucionais. Esta possibilidade de diversos sentidos faz com que seja mais difícil definir o valor e os efeitos da participação. Desta maneira, conforme Lavallo e Vera (2011) nos valores associados à participação têm-se dois princípios fundamentais: autodeterminação e igualdade política. A conexão entre estes princípios torna possível investir no valor da participação para a democracia firmando a afinidade entre esta e a soberania popular. Deste modo, a participação traz consigo uma carga democrática radical, uma conexão com a raiz da democracia.

Em relação à representação, Avritzer (2007) cita Hobbes (1991) que em seu livro *Leviatã* atenta à legitimidade dos acordos entre atores da representatividade. Na contemporaneidade, precisamos pensar para além, mas ainda assim levar em conta as pistas hobbesianas para pensar questões centrais como: mesmo que o ator se identifique com as ações, ainda assim teremos representação se este ator age também em nome de outros atores.

Segundo o autor, através de Held (1995), ao fim da era medieval, as instituições representativas tomavam decisões sobre aspectos da ordem política e tal decisão era aplicada a vários locais gerando uma superposição de formas de representação. Com o fortalecimento do Estado moderno, surgiu também o processo que transforma a representação como monopólio de deliberação (TILLY, 1986; 1993; WEBER, GERTH e MILLS, 1958 apud AVRITZER, 2007). Assim, na sua origem a representação política envolve a ideia de representação por afinidade e aos poucos foi sendo substituída pela ideia de monopólio de representação no interior do território.

Para Lavallo e Vera (2011), a participação e a representação política perderam suas posições reciprocamente polares, e desta maneira, a representação seria oposta à exclusão política ou talvez à abstenção, mas não à participação. Assim, se a representação for inclusão, esta lógica permite incorporar e multiplicar discursos.

O papel do representante é agir e defender os interesses do seu segmento, sem deixar de levar em conta as demandas dos demais segmentos. Assim, a representação requer equilíbrio entre o interesse dos representados e a necessidade de negociação. A representação dificilmente satisfaz todas as exigências de representatividade, pois há uma cisão entre representante e representado, e há também a autonomia política do representante que não pode ser anulada. Nesta perspectiva, as supostas “crises” da democracia constituem um processo de reconfiguração da representação, não comprometendo as instituições do governo representativo, mas permitindo sua continuidade plena. Portanto, a representação é uma relação de confiança, controle, prestação de contas e autonomia.

O argumento levantado por Lavalley e Vera (2011) para justificar a representação na teoria democrática seria de escala. Uma democracia direta apenas seria válida em uma sociedade de pequenas dimensões, assim, a representação seria uma fatalidade a qual se recorre em sociedades mais populosas onde uma democracia direta não seria uma opção.

Ainda para os autores, a atual pluralização de representação implica em mudanças no *locus*, funções e atores da representação. Esta mudança apresenta canais de representação extraparlamentar, ou seja, fora do *locus* por excelência de representação no governo representativo. Os canais de representação extraparlamentar destinam-se às funções diferentes das legislativas; às vezes à definição e fiscalização de políticas públicas; outras vezes à observação de informações sobre o poder público.

Além do já exposto, Lavalley e Vera (2011) ainda afirmam que é imprescindível pensar sobre a participação na teoria da democracia participativa com uma função pedagógica tanto relacionada à socialização e construção do homem público quanto aos efeitos psicológicos que dizem respeito à autoconfiança do senso de eficácia do indivíduo. Nesta linha de raciocínio, a participação geraria mais participação e incrementaria o senso de pertença do cidadão à sua sociedade contribuindo para a legitimação das instituições políticas.

Em seguida, podemos levar em conta as duas contribuições a este debate feitas por Urbinati (2006): primeira, que a eleição é apenas uma das dimensões de relação de representatividade entre sociedade e Estado; segunda, a autora tenta desvincular a ideia

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:

de soberania e representação. Desta forma, demonstra-se uma tentativa de mostrar que o problema da representação contemporânea está ligado à evolução de práticas políticas e da incapacidade de dar conta das relações entre a esfera civil e esfera pública. Ainda, é importante ressaltar que o voto nas democracias representativas é um mecanismo de controle da boa representação em relação aos representantes políticos.

Para alguns estudiosos a democracia estaria sofrendo uma “crise” em função da pouca participação política dos cidadãos e da separação cada vez maior entre a esfera civil e a esfera política. Entretanto, para os autores, a “crise” da democracia, da política e dos partidos constituem apenas transformações em curso dentre as quais a reconfiguração da representação política através da introdução da mídia. Logo, os meios de comunicação não se apresentam como substituição da política, mas como uma nova possibilidade de inclusão política.

Se a representação remete ao ato de tornar-se presente por intermédio de outrem, a participação, então, significa representar a si mesmo. Para Lavallo, Houtzager e Castello (2006) as mudanças na gestão pública têm permitido a abertura de novos canais não apenas de representação política a atores societários, mas também para a participação dos cidadãos. Enquanto internacionalmente aparece a crítica à democracia de flanco representação atrelada inicialmente a referentes empíricos experimentais, os estudos no Brasil debatem dentro de um campo de pesquisa empírica a respeito das novas modalidades de representação e incidência social sobre políticas públicas (LAVALLE; VERA, 2011). Esta agenda inovadora apresentada pelo país conectada a teoria democrática não corresponde a um paralelo no debate internacional. Destarte, o Brasil tem se mostrado referência no debate internacional acerca da reforma da democracia através de novas experiências participativas ou no desenho de suas políticas públicas.

Neste contexto, fica evidente a importância da discussão sobre a comunicação como uma ferramenta da sociedade civil para a condução dos negócios públicos e sua relação com a democracia e uma nova possibilidade de participação. A questão demonstra ser não apenas a deliberação entre cidadãos, mas como tornar o sistema e a cultura política mais porosos à esfera civil a ponto de considerar sua interferência na decisão política efetivamente.

Para Gomes (2006) a alternativa histórica à democracia representativa, e seus problemas de representatividade, é a democracia direta, esta vencida historicamente por ser inadequada à sociedade de massa e complexidade do Estado contemporâneo. Porém, com os avanços da Internet e dos meios de comunicação ressurgem as esperanças em um modelo de democracia deliberativa que se pautasse diretamente na decisão do cidadão sem a necessidade de representantes. Portanto, a democracia eletrônica ou ciberdemocracia seria a possibilidade de extensão democrática obtida através de avanços tecnológicos.

O autor apresenta, então, alguns efeitos positivos da Internet como via democrática. Primeiro, a Internet permitiria a resolução do problema de participação política contemporânea tornando a participação ágil, além de permitir acesso ao Estado para uma sociedade civil desorganizada e desmobilizada. Segundo, a relação sem intermediários entre esfera civil e esfera política bloquearia as influências econômicas que controlam a informação política. Terceiro, a Internet seria capaz de permitir um fluxo multidirecional da comunicação política. E por fim, a Internet possibilitaria que a sociedade produzisse a sua própria informação política para consumo e provimento da sua decisão.

Todavia, ainda não se sabe como uma transferência da decisão política para a esfera civil pela Internet seria produzida na constituição política atual, nem como poderia se conciliar esta nova possibilidade de democracia deliberativa com uma gestão estatal formada por representantes eleitos. De qualquer modo, a Internet pode ter papel relevante na democracia assegurando aos cidadãos a participação no jogo democrático através de informação política atualizada e possibilidade de interação. Posto que por um lado a Internet permite que eleitores deem retornos aos políticos acerca de questões que estes apresentam, por outro lado este mesmo retorno não é garantia de uma eventual influência na decisão política.

Pensando sobre a representação, parece-nos que esta combinação de formas representativas está cada vez mais ligada ao futuro das políticas públicas. No entanto, é preciso fazer uma ressalva, mesmo as formas de participação mais diretas implicam em delegação de soberania.

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:

DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E CIBERDEMOCRACIA

Conforme Bobbio (1984), democracia pode ser entendida por um conjunto de regras e procedimentos para a formação de decisões coletivas com a mais ampla participação possível dos interessados. Existem diferentes formas de democracia, entre elas a democracia direta/deliberativa e a indireta/representativa. A democracia direta se pauta em consultas populares que decidem diretamente sobre assuntos políticos da sua localidade sem intermediários. Já a democracia indireta, os cidadãos também participam, porém através do voto elegendo seus representantes que são os que tomam as decisões políticas em nome do povo.

Em relação ao deliberacionismo, este é um modelo de democracia que se apresenta centrado na questão discursiva, onde se materializa uma arena intermediária entre Estado e sociedade concretizando-se o pressuposto de que cidadãos devem ter a oportunidade de deliberar publicamente sobre decisões coletivas que os afetam (GOMES; MAIA, 2008). A Internet é vista como um facilitador direto entre cidadãos e classe política, possibilitando maior interação, e uma produção deliberativa mais plural da esfera civil. O conceito de participação é incluído na discussão política sobre a Internet a partir do potencial que a rede traz de revigorar a cidadania e a discussão política, corrigindo e reforçando determinados aspectos da democracia participativa.

A partir do que já foi exposto anteriormente sobre a “crise” democrática, a baixa participação popular e a inadequação às novas demandas sociais, a concepção de novas tecnologias e novas formas de participação democrática vem crescendo e tornando-se o que Lévy (2003) denomina de ciberdemocracia.

Para dar início a discussão acerca da participação política na era digital é preciso compreender alguns conceitos, como cibercultura, ciberdemocracia e governo eletrônico. Cibercultura, conforme Lemos (2004), é o conjunto tecnocultural emergente no final do século XX impulsionado pela tecnologia e sociabilidade pós-moderna transformando hábitos sociais, práticas de consumo cultural, ritmos de produção e distribuição da informação. No século XX, este conjunto tecnocultural dita o ritmo das transformações sociais, culturais e políticas. Assim, a cibercultura sempre está conectada ao pensamento

no futuro, ao desenvolvimento tecnológico e, muitas vezes, ao sonho de um mundo de comunicação livre.

Quanto à ciberdemocracia, Lemos e Lévy (2010) lembram que a palavra advém de ciberespaço que é um neologismo dos anos 1980 em referência à cibernética, corrente que consagrou as noções de informação e de comunicação no mundo científico. Cibernética, conforme os autores, designa uma “ciência do comando e do controle”, ou seja, a ciência do governo. Deste modo, para realizar uma ação é preciso estabelecer comunicação entre agente efetivo e ambiente a ser modificado.

Em grego, a palavra *kubernetes*, a qual Nobert Wiener se inspirou para construir “cibernética”, significa o piloto, aquele que tem o controle do governo. Não há governança possível sem circuito de comunicação, sem espaço de circulação de informação (LE MOS; LÉVY, 2010. p. 51).

Com efeito, a ciberdemocracia se tornou indissociável de uma nova forma de Estado capaz de oferecer uma governança adaptada à inteligência coletiva.

A ciberdemocracia é um espaço de aprofundamento da comunicação e cooperação, que promove o incremento da transparência do processo político, eleva o compromisso direto e participativo do cidadão e melhora a qualidade da informação da opinião pública, abrindo novos espaços de informação e deliberação (BERNARDES; MEZZARROBA; SANTOS, 2009).

Segundo Lemos e Lévy (2010) as mídias de massa surgem no século XVI com a formação de opinião e do público através da imprensa e depois pelo rádio e televisão. Com a era pós-industrial e a expansão da comunicação pós-massiva, surgem novas formas de produção midiática abertas ao público e interativas. Assim, se dá a liberação de palavras na mídia que permitem que qualquer pessoa consuma, produza e distribua informação em tempo real e de qualquer lugar do mundo. Este novo processo de comunicação além de retirar das mídias de massa o monopólio de informação e formação de opinião pública, também abre espaço para que novos agentes criem tensões políticas.

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:

Portanto, o que ocorre é uma reconfiguração do sistema infocomunicacional onde os dois sistemas (massivo e pós-massivo) se retroalimentam. Com o surgimento do ciberespaço, a função massiva está sendo tensionada pelas novas possibilidades da função pós-massiva. Logo, a liberação da palavra possibilita a circulação e conversação de novas produções. A emissão livre cria uma potência para a reconfiguração social e política, mas depende ainda da comunicação de massa para formar o público e dar um sentido de pertencimento e comunidade à esfera pública.

Então, para os autores, o surgimento e a evolução de diferentes formas de governo é como um processo metabiológico de mutação e seleção de tipos de Estado. No curso desta história, as formas de diminuição da potência de participação dos cidadãos não foram retiradas, os fracassos de regimes totalitários e sucessos científicos, tecnológicos e econômicos das democracias do final do século XX apontam para a construção de um Estado democrático, liberal, laico, e separado de partidos.

Quanto ao governo eletrônico, ou e-gov, podemos entendê-lo como um conjunto de ações modernizadoras ligadas à administração pública que se iniciam no final dos anos 1990. O governo eletrônico diz respeito, além dos serviços disponibilizados na Internet pelo governo, também à mudança como o governo atinge seus objetivos e cumpre seu papel de Estado.

Ademais, para Lemos e Lévy (2010) o governo deve centrar-se no cidadão, não apenas em teoria, mas no cotidiano da administração lutando contra burocracias falhas, filas, formulários de difícil compreensão, funcionários corruptos e falta de comunicação. Para os dois estudiosos, o maior desafio do governo eletrônico é transformar sua relação de autoridade com os sujeitos em uma relação de serviços aos cidadãos. Para além deste primeiro argumento, a nova esfera pública na Internet possibilita o aperfeiçoamento da democracia local, podendo renovar as formas de deliberação e do debate público, além, claro, do poder de tornar a administração pública mais transparente ao cidadão.

Ressalta-se, ainda, a influência positiva na avaliação de regimes democráticos exercida por novos mecanismos participativos. Marques (2010) afirma que esta influência acarreta numa maior profusão de movimentos e organizações sociais que passam a tomar parte na formulação e implementação de políticas públicas resultando em uma associação mais forte à ideia de democracia. Ainda, este diagnóstico também possibilita

maior preservação de direitos, liberdades e transparência pública. Por último, o autor comenta que as facilidades trazidas pelas novas tecnologias de comunicação tendem a corrigir um problema estrutural das democracias contemporâneas: a divisão entre as decisões tomadas na esfera dos representantes, e os plebiscitos destinados à esfera civil.

Em relação à participação política dos cidadãos, o argumento explorado por Marques (2010) é de que através da Internet os cidadãos perderiam o interesse em discutir temas em comum, ou então, que a rede abriria oportunidade para organização de grupos avessos ao debate e respeito às diferenças. Com efeito, partindo do pressuposto de que a Internet possibilitaria novos dispositivos de participação que aproximassem cidadãos e representantes, é preciso avaliar de que forma estes mecanismos têm sido empregados empiricamente e para que fim.

Em contraponto, o autor atenta para as falhas e problemas que podem ocorrer entre plataformas digitais e atividades políticas típicas do regime democrático. Alguns dos problemas levantados são: a desigualdade de acesso à tecnologia; a qualidade duvidosa da informação política disponível; o crescente teor comercial na rede; e as ameaças à privacidade e liberdade do usuário.

A Internet tem se mostrado uma realidade que interliga todos os países do planeta, proporcionando novas ferramentas e comunidades digitais abrindo espaço para novas maneiras de ativismo político e protestos que começam a surgir com as tecnologias como suporte. O mundo da cibercultura se mostra cada vez mais como uma aposta para o futuro da participação democrática. De acordo com Castells (2004), a Internet fornece um canal de comunicação horizontal, não controlado e relativamente barato. Apesar do uso deste canal por políticos ainda ser muito limitado, vemos uma crescente de jornalistas e ativistas fazendo uso da Internet para difundir informações e rumores políticos. Castells (2004) também atenta para a eficiência das novas instituições e a relativa estabilidade da Internet. Entretanto, a visão idealizada de uma comunidade global de autorrepresentação por meio de voto eletrônico deve ser temperada com a realidade, como por exemplo, a influência dos lobbis.

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:

Hoje, a *InternetWorldStats*¹ aponta que dos 7 bilhões de indivíduos no mundo, mais de 3 bilhões são usuários da Internet, sendo sua penetração maior em países mais desenvolvidos como na Europa e América do Norte. No Brasil, as iniciativas em governo eletrônico também têm crescido. Estas iniciativas estão interligadas ao portal Redegoverno que apresenta informações no nível federal, estadual e municipal. Conforme atentam Lemos e Lévy (2010), algumas experiências de governo eletrônico brasileiro são consideradas mundialmente de ponta, como a declaração do Imposto de Renda e o voto eletrônico. Há muitas outras propostas sendo implementadas e alguns serviços que têm muito a melhorar, mas de qualquer modo, o país vem apresentando avanços importantes para a ciberdemocracia.

Como observado até então, a Internet aliada ao desenvolvimento do e-gov está gerando transformação na democracia participativa que tem se adaptado à democracia eletrônica. Todavia, poucas são as produções brasileiras que abordam as inovações introduzidas pela Internet sobre as políticas públicas no Brasil. A literatura encontrada hoje concorda que a Internet não é uma atividade uniforme, podendo ou não produzir resultados passíveis de previsão. No tópico a seguir, abordaremos com mais detalhes as possibilidades de ciberdemocracia, destacando o voto eletrônico e a participação online dos cidadãos nos processos de formulação de políticas públicas.

GOVERNO ELETRÔNICO E O PORTAL DIALOGA BRASIL

Após os anos 1990, o Estado brasileiro passou a utilizar a Internet como meio de informar, prestar serviços e abrir canais de diálogo com os cidadãos. De acordo com Silva (2009), sites governamentais têm se generalizado no mundo e hoje fazem parte da estrutura e dinâmica das democracias modernas. Esta ocupação da Internet pelo Estado tem criado maiores possibilidades de diálogo com a esfera civil e maior transparência acerca das ações estatais.

Segundo o autor, pensando a partir da arquitetura dos portais governamentais, podemos perceber alguns portais buscando formas horizontais de informação, enquanto outros se apresentam como um meio de comunicação unidirecional, partindo do Estado

¹ Disponível em: www.internetworldstats.com

para a sociedade civil. Estas diferenças se dão a partir da configuração das ferramentas e conteúdo oferecido pelo agente governamental podendo ser influenciado na sua formulação como política pública por diferentes visões e ênfases. Portanto, cabe analisar cada portal para que se perceba seu diferente grau de envolvimento com a participação cidadã e também com metas e realizações.

Deste modo, propõe-se aqui uma breve análise do portal Dialoga Brasil. Como esta política pública ainda está em meio de seu processo de formulação, será possível apenas o levantamento de alguns dados preliminares sobre o portal. Diferente de muitos estudos, o intuito deste trabalho não é mensurar o potencial de deliberação do portal, visa-se aqui perceber a possibilidade de participação oportunizada pelo Dialoga Brasil e refletir sobre as novas possibilidades do governo eletrônico brasileiro.

Uma maneira de pensar sobre o portal Dialoga Brasil é refletindo sobre este como política pública, assim, podemos questionar: a que se propõe o portal? O desenho desta política pública foi pensado como uma proposta de participação direta do cidadão? Ou são instituições e organizações da sociedade civil que representam os cidadãos? Quem são os atores que se utilizam do portal para entrar em contato com o governo federal?

Para iniciar nossa breve análise é preciso levantar alguns dados sobre o portal Dialoga Brasil. Lançado em Julho de 2015, com 24.901 usuários cadastrados, 11.077 propostas e 276.147 votos (dados do próprio portal Dialoga Brasil²), a plataforma é um espaço criado pelo governo federal com intuito de aprofundar a participação digital dos cidadãos a cerca de programas sociais. No portal, pode-se sugerir melhorias, curtir propostas de outros participantes e conhecer as principais ações governamentais. Neste espaço, são apresentados 14 temas e 80 programas passíveis de ideias sobre políticas públicas nacionais. Assim, o Dialoga Brasil é um espaço digital de participação onde os cidadãos são convidados a propor melhorias em cada tema e programa do governo.

Em novembro deste mesmo ano começaram as análises para escolha das três propostas mais votadas em cada programa, de modo que em 2017 ainda espera-se a resposta do governo sobre as principais ideias dos cidadãos. Conforme entrevista

² Disponível em: www.dialogabrasil.gov.br

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:

publicada no portal da Secretaria de Governo³, em Novembro de 2015 pelo secretário especial da Secretaria de Governo da Presidência da República, Renato Simões, um dos objetivos da plataforma é trazer novos indivíduos, linguagens e formas de participação através da cultura digital, ampliando a participação social.

Voltando a ideia de compreender melhor o ciclo de formulação de políticas públicas, as etapas deste processo podem ser divididas em: formação de agenda, formulação de políticas públicas, tomada de decisão política, implementação, monitoramento e avaliação. A proposta do Dialoga Brasil é apresentar 14 temas para os cidadãos de modo que através da deliberação dos indivíduos o governo possa formar uma agenda e formular novas políticas públicas. Em artigo de autoria de Capella (2007) apresenta-se Baumgartner e Jones (1993) que em seu Modelo de Equilíbrio Pontuado atentam sobre o papel importante da mídia, neste caso um novo meio de comunicação, na formulação de problemas e soluções para as políticas públicas.

No caso analisado, o Dialoga Brasil se apresenta como uma maneira de compreender as demandas mais emergentes dos cidadãos buscando soluções vindas da esfera civil, e assim, possibilitando a formulação de políticas públicas mais assertivas. O portal tem como foco a tentativa de participação popular nas duas primeiras etapas, ou seja, na formação de agenda política e na formulação de políticas públicas. A ideia é que através das soluções apresentadas pelos indivíduos possa decidir-se por uma agenda política enfatizando as prioridades sociais. Ainda, dentro dos temas existe a possibilidade de idealizar soluções, estas sempre concebidas pelos cidadãos, para políticas públicas existentes.

Um destaque importante a ser feito quanto ao Dialoga Brasil é o fato do portal se apresentar como uma tentativa de democracia deliberativa, onde os indivíduos entram diretamente em contato com o governo federal para criar as políticas públicas. Neste processo não há representantes, apenas a participação popular e o Estado. Entretanto, apesar do portal em sua tentativa deliberativa ser válido, o governo federal não certifica a aplicação de qualquer uma das ideias apresentadas e escolhidas no site.

³ Disponível em: www.secretariageral.gov.br/noticias/2015/novembro/dialoga-brasil-e-plataformas-digitais-de-participacao-social-sao-apresentadas-no-sasf

Nas etapas seguintes, como na fase de tomada de decisão, o processo se torna menos transparente, pois não há nenhuma informação sobre como será feita a interpretação e avaliação das principais propostas, e nem o que será feito a partir delas. Quanto à implementação, também não há nada explícito no portal sobre como, quando, e se, esta ocorrerá. Não há data para uma resposta nem um procedimento padrão a ser seguido pelo governo nas etapas posteriores a deliberação popular. A única resposta presente no Dialoga Brasil sobre a utilização das ideias expostas no portal é de que o governo ouvirá as demandas populares, mas em nenhum momento é garantida a efetividade e implementação das propostas.

Por fim, podemos ainda pensar sobre o conceito desenvolvido pelos autores conhecido como *policy images* e sua relação com o que foi abordado até aqui. Define-se *policy images* como a forma que uma política é compreendida e discutida, também podendo ser considerado como as ideias que sustentam os arranjos institucionais e permitem que o entendimento da política seja simples e direto entre os membros de uma comunidade. As *policy images* são desenvolvidas a partir de dois componentes: informações empíricas e apelos emotivos, e são consideradas um componente estratégico na mobilização do macrossistema (no caso do Dialoga Brasil o macrossistema seria o governo federal) para uma questão, intervindo na transformação da mesma. Por conseguinte, a *policy image* é um conceito central para definir problemas e também para selecionar soluções, entretanto, o poder de decisão recai sobre as questões pertencentes às instituições. Podemos perceber, então, que além do potencial de deliberação do portal, este também pode ser importante influência nas *policy images* fazendo com que a opinião pública interfira diretamente na concepção de políticas públicas.

CONCLUSÃO

Atualmente é possível afirmar que o ambiente digital traz possibilidades de melhoria ao sistema democrático. Entretanto, isso não significa que a estrutura política foi modificada para um novo modelo de Estado, muito menos que a Internet seja a resolução de todos os problemas relacionados à representatividade. Também é possível dizer que as alterações sobre como o Estado produz e difunde informação sofreu transformações

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:

após a popularização da Internet, principalmente depois da implementação do governo eletrônico e dos portais compreendidos neste.

Ainda, é relevante atentar que a Internet pode enriquecer os processos deliberativos existentes e criar novas possibilidades de participação social podendo se apresentar como uma opção para a renovação da esfera pública. Diversos autores têm chamado atenção quanto à relação de aumento da informação política disponível na Internet e o aumento do nível de conhecimento dos cidadãos. Além disso, através das novas possibilidades difundidas na rede é possível que a agenda política não seja mais controlada apenas por atores políticos e mídia, estendendo-se a participação popular seja através da tentativa de deliberação oportunizada pelo site, seja pela influência das *policy images*.

Por fim, acredita-se que o portal Dialoga Brasil apresenta alguns problemas quanto à transparência e possível efetividade. O portal deixa dúvidas quanto à eficácia da participação popular na verdadeira formação e melhoria de políticas públicas. Ainda, levanta-se questões sobre a elitização desta participação popular, pois para que o indivíduo tenha acesso à participação é preciso que seja alfabetizado, tenha certo nível educacional para interpretação, e possua acesso a computadores com Internet. Assim, é possível que do mesmo modo que na política representativa tradicional, a tentativa de democracia deliberativa fique nas mãos de um mesmo grupo privilegiado.

Contudo, é indiscutível a relevância da tentativa de aproximar a esfera civil da esfera política. Conforme afirmado anteriormente, é possível que o Dialoga Brasil, mais do que oportunizar a participação direta, seja um meio de pressão que a sociedade civil desorganizada pode protagonizar em relação ao Estado fazendo com que suas demandas sejam ouvidas. Por fim, acredita-se que uma grande contribuição do portal, independente de como serão feitas as análises e implementações das propostas, é a possibilidade de que a oportunidade de participação direta dos indivíduos faça com que haja um aumento do conhecimento político e que a interação e aproximação entre sociedade e Estado seja fortificada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados**, v. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.

BAUMGARTNER, Frank R & JONES, Bryan D. **Agendas and instability, in American politics**. Chicago, University of Chicago Press, 1993.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de Políticas Públicas. In: Gilberto Hochman; Marta Arretche; Eduardo Marques. (Org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet**: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade. Zahar, 2004.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 7, n. 3, p. 214-222, 2005.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C.M. **Comunicação e democracia**: problemas & perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.

HELD, David. **Democracy and the Global Order**. Cambridge, Polity Press, 1995.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo, Abril Cultural, 1991.

LAVALLE, A.; HOUTZAGER, P., CASTELLO, G. 2006. "Democracia, Pluralização da Representação e Sociedade Civil". São Paulo, **Lua Nova**. Revista de Cultura e Política, v.67, 2006, p.49 – 103.

LAVALLE, Adrián; VERA, Ernesto Isunza. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. **Lua Nova**, v. 84, p. 353-364, 2011.

LEMOS, André. Cibercultura e Mobilidade: A era da conexão. In: Comunicaciones Móbiles. **Razón y Palabra**, n. 41. México, out/nov. 2004.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, p. 258, 2010.

LÉVY, Pierre. **Ciberdemocracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Internet, canais de participação e efeitos políticos: um estudo do Portal da Câmara. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 12, n. 2, p. 82-94, 2010.

SANTOS, Paloma Maria; BERNARDES, Mariele Berger; MEZZAROBBA, Orides. Democracia eletrônica: desafios e perspectivas. **Encontros Internacionais do PROCAD-Colóquio sobre a Sociedade da Informação: Democracia, Desenvolvimento e Inclusão Tecnológica**. Florianópolis:[sn], 2009.

DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:

SILVA, Sivaldo Pereira da. Democracia online: pressupostos teóricos e inovações estruturais na comunicação do Estado contemporâneo. In: **CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA**. 2009.

TILLY, Charles. **The Contentious French**. Cambridge, Harvard University Press, 1986.

TILLY, Charles. **Coercion, Capital and European States: AD 990-1992**. Oxford, Blackwell (Coleção Studies in Social Discontinuity), 1993.

URBINATI, Nadia. **Representative Democracy**. Chicago, The University of Chicago Press, 2006.

WEBER, Max, GERTH, Hans H. e MILLS, C.Wright. **From MaxWeber: Essays in Sociology**. Oxford, Oxford University Press, 1958.

Recebido em 28/08/2018

Aprovado em 14/11/2018

CABELO CRESPO E MULHER NEGRA: A RELAÇÃO ENTRE CABELO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Geisiane Cristina de Souza Freitas *

CRESPO HAIR AND BLACK WOMAN: THE RELATIONSHIP BETWEEN THE HAIR AND THE CONSTRUCTION OF BLACK IDENTITY

Resumo

Constituiu como principal objetivo desta pesquisa a verificação do impacto do racismo na construção da identidade da mulher negra no que diz respeito ao cabelo crespo. O objeto de estudo foram mulheres negras que são discentes da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) dos cursos de Ciências Sociais, História e Educação Física, a pesquisa foi abordada através do método qualitativo com o uso de entrevistas para investigar a relação do cabelo crespo com a construção da identidade negra. O objetivo geral deste estudo foi entender como o processo de usar o cabelo crespo natural se relaciona com a afirmação da identidade negra da mulher. Os objetivos específicos foram: identificar o momento de ruptura com o alisamento capilar e analisar como o processo de transição capilar recompõe a afirmação da identidade da mulher negra. A partir dos apontamentos feitos por elas foram discutidos os conceitos de raça, racismo, identidade, estética e estética negra e como este hiato impacta na subjetividade e na percepção delas sobre suas respectivas identidades. Após reflexões baseadas nos dados teóricos levantados e na pesquisa feita com as participantes desta produção chegou-se ao entendimento que no caso desta obra a estrutura influenciou a construção identitária do indivíduo.

Cabelo Crespo. Identidade. Mulher Negra. Racismo.

Abstract

The main goal of this research is to verify the impact of racism over the identity construction of the black woman with respect to curly hair. The study object were the black woman students of the Rural Federal University of Pernambuco on the courses of social sciences, history and physical education. The research approach was carried out through a qualitative methodology with special use of interviews. With this study, as a general goal, we aim to understand how the process of using the curly hair in it's natural state is related to the establishment of the identity of the black woman. The derivative goals were: to identify the moment of rupture that is characterized by the hair straightening and to analyze how the process of the hair tipe transition recomposes the identity affirmation of the black woman. From the notes made by them the concepts of race, racism, identity, aesthetics and black aesthetics were discussed complemented by how this hiatus impacts on their subjectivity and perception of their respective identities. After thought reflection based on the theoretical data collected and the research done with the participants of this production came the understanding that, in the case of this work, the structure influenced the identity construction of the individual.

Curly Hair. Identity. Black woman. Racism.

* Pesquisadora na área de Sociologia atuando principalmente nos seguintes temas: raça, gênero e feminismo interseccional. Ademais, vivência em equipe técnica social no projeto PAC Beberibe, e em campo com pesquisas atreladas à disciplina de Etnografia da UFRPE. E-mail: geisianecristina93@gmail.com

INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão verificou o impacto do racismo na construção da identidade da mulher negra tomando como base o cabelo crespo. A proposição para ponto de partida desta discussão é a concepção da formação do povo brasileiro. Encontramos diversas produções acadêmicas que dão conta da miscigenação. Em algumas destas, a miscigenação é exaltada como uma característica enriquecedora por conta da pluralidade cultural, em outras, ela é apontada como o problema que dá origem aos atrasos no desenvolvimento de nosso país¹.

A diversidade, sem dúvidas, nos legou um grande arcabouço cultural, e mesmo nas produções intelectuais que exaltam a diversidade populacional de nosso país, encontramos um grande problema: a omissão da relação de poder existente entre as raças que compõem o povo brasileiro.

Esta relação desigual entre as raças implica em uma estrutura social racista onde o branco europeu é posto no topo da cadeia em detrimento do negro e do indígena. A origem do racismo em nosso país pode ser considerada a partir do momento da colonização europeia, onde os portugueses desembarcaram no Brasil e impuseram seus hábitos culturais, religiosos, sociais, políticos, entre outros (RIBEIRO, 1995).

A estética é uma das instâncias em que o racismo também opera, uma vez que está vinculada ao padrão eurocêntrico². Levando tudo o que se diferencia deste padrão à margem, a estética marginalizada passa a ser vista como pejorativa e os indivíduos atrelados a ela são lidos como seres de aparência subalterna em relação aos sujeitos que estão dentro da estética padronizada.

As mulheres negras compõem um dos grupos que tem sua estética

¹ Intelectuais como Nina Rodrigues (1932) e Sílvio Romero (1888) argumentavam que a multiplicidade de raças, ou seja, a miscigenação era elemento responsável pelo atraso do desenvolvimento da sociedade brasileira. Ademais, teorias eugenistas foram fundamentais para a criação de políticas de branqueamento que eram pautas na imigração europeia com o objetivo de miscigenar a população com genes brancos e, assim, construir uma sociedade brasileira superior, uma vez que a população negra, a qual era atribuída inferioridade e negatividade seriam eliminadas.

² Termo que diz respeito à influência política, econômica, cultural, social etc. da Europa, que seria o centro da sociedade moderna, sobre as regiões colonizadas por países como Portugal e Espanha. Com autores como Edward Said, as correntes pós-coloniais criticam esta visão e tecem argumentos que questionam esta perspectiva europeia da história.

estigmatizada. São constantes as associações de seus cabelos crespos a termos depreciativos, como “cabelo duro”, “cabelo ruim”, “cabelo de fuá”, “cabelo de bicho” etc. Diante deste cenário, as mulheres negras enfrentam a discriminação estética usando o cabelo como objeto político, indo contra a lógica hegemônica a partir do momento em que decidem utilizar o cabelo crespo de forma natural, isto é, sem alisamentos.

Mito da Democracia Racial

A partir literatura levantada, observamos que de acordo com Gilberto Freyre (1933) o êxito do desenvolvimento do Brasil viria através da convivência entre os povos, isto é, a multirracialidade, a morenidade do povo brasileiro seria os elementos comprobatórios da relação fraternal entre as raças. Ademais, esta multirracialidade, para Freyre, seria a melhor contribuição para a sociedade brasileira.

Este mesmo autor possuía uma visão positiva acerca da miscigenação, no entanto, a crítica tecida à sua obra diz respeito à contribuição para o surgimento do mito da democracia racial, uma vez que sua obra ignora as turbulências na convivência entre as raças, e relata esta convivência com formas pacíficas e fraternais entre branco europeu, índios, negros e mestiços.

Para Florestan Fernandes³ (1965), o discurso de que não existe a relação de poder nas interações entre os indivíduos de raças e etnias diferentes do Brasil, trazem situações discriminatórias de cunho racial desde o período colonial. Florestan argumenta que as antigas formas de dominações patrimonialistas afetaram a formação da democracia no que diz respeito à ordem social e racial e, até a contemporaneidade, há resquícios daquela antiga relação.

Sobre esse fenômeno, tal autor o intitula como mito da democracia racial, o qual tem a função de desarticular a comunidade negra uma vez que contribui para que as reivindicações feitas pelos negros não sejam vistas como legítimas. Conforme Pinho e

³ A partir da perspectiva pós-colonial temos teorias que dissertam que Florestan Fernandes ao encarar a questão da desigualdade racial atribuindo a ela resquícios da organização social e à divisão social do trabalho anterior, ignora o racismo, mesmo que sem intenção, pois o trata de maneira ilusória uma vez que ele se utiliza de uma visão marxista e usa o conceito de classes para justificar as diferenças sociais raciais. Ou seja, o critério para a desigualdade seria a classe, não a raça. Neste contexto a raça seria um resquício, nas palavras de Florestan, “das antigas formas de dominação patrimonialista”.

CABELO CRESPO E MULHER NEGRA:

Sansone (2008) explicam, a democracia racial é apenas o discurso de dominação política e algo simbólico, o que é posto em prática é a discriminação racial sistemática dos negros.

Afinal de Contas, o que é Raça?

Durante um bom tempo, a ciência de modo geral contribuiu de maneira negativa para os estudos de raça quando, no passado, colaborou com a perpetuação do entendimento de que os seres humanos possuíam características genéticas superiores e inferiores em relação uns aos outros. (RODRIGUES, 1932).

O desenvolvimento do conceito de raça teve início na metade do século XIX, quando o botânico Augustin Pyrame de Candolle passou a utilizar o termo em suas Leis de Nomenclatura. De acordo com a ótica da ciência biológica, a definição de raça consiste em um grupo endogâmico, incluindo subgrupos taxonômicos como as subespécies, taxonomicamente subordinando às espécies e superordenado a uma sub-raça, marcado por um perfil pré-determinado de fatores latentes de traços hereditários.

Ainda no século XIX, a corrente do Evolucionismo Cultural surge como um expoente da antropologia. Tal corrente difundia a existência de uma unidade psíquica do ser humano, sendo assim, todos os seres humanos passariam por estágios de desenvolvimentos unilineares, isto é, todos os povos passariam por estágios de desenvolvimento sociocultural semelhantes, do mais primitivo modo de vida ao mais complexo (TYLOR, 2009).

Ademais, o Evolucionismo Cultural considerava que as sociedades seriam sujeitas às mesmas leis que regiam organismos dos corpos vivos, e que evoluíam do estado mais simples para estágios evolutivos mais complexos através da cultura que era tomada a partir de “princípios gerais”. Desta forma, as sociedades e, por extensão, as raças, estariam em diferentes estágios de progresso. Sendo assim, as diferenças adviriam do resultado do maior ou menor progresso dos povos. Desse modo, seria possível conhecer o passado da humanidade bastando investigar os povos mais “primitivos” (TYLOR, 2009).

Um dos grandes nomes desta corrente foi o antropólogo Lewis Morgan (1877), que apresentou uma teoria que dissertava que os seres humanos eram divididos em três estágios: a selvageria, o barbarismo e a civilização. Como consequência, foi difundido que existiam superioridades e inferioridades entre as raças, isto é, descrevendo hierarquias entre as raças.

De acordo com Munanga (1990), a classificação do ser humano em raças vem da necessidade de explicar cientificamente a variabilidade humana, além de servir para a operacionalização do pensamento. O problema, para ele, é que esta operacionalização do pensamento implicou na hierarquização das raças, pavimentando o caminho para o racismo.

A fim de evitar conclusões ambíguas ou pouco elucidativas, o estudo acerca do termo raça deve ser abordado através do conceito analítico que consiste em ter o sentido no mundo prático, isto é, o contexto é que dá significado e relevância para o tema estudado. As raças são construções sociais, fazem parte da cultura simbólica, sendo assim, as hierarquizações delas são executadas nas relações praticadas pelos indivíduos e devem ser investigadas na perspectiva prática (PINHO & SANSONE, 2008).

Racismo

Há inúmeros debates acerca da existência ou não do racismo e à respeito de seu impacto sobre os sujeitos. Mas afinal de contas, o que é racismo? De acordo com Munanga (2003), é um sistema de hierarquização que discrimina o indivíduo a partir de suas características raciais e étnicas, é a forma de valoração de determinados indivíduos a partir dessas características. Em termos biológicos, o racismo pode se apresentar como genótipo ou fenótipo. Nas palavras dele:

“Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça

CABELO CRESPO E MULHER NEGRA:

na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence". (MUNANGA, 2003, p. 08)

Para Guimarães (1995), racismo é um sistema em que o negro é posto em caráter de subalternidade diante do branco, seja em termos econômicos, sociais, culturais, estéticos, entre outros. Um dos aspectos que contribui para o estabelecimento do racismo é a reverberação da ideia de que ele é inexistente, pois isso o banaliza e dificulta seu enfrentamento. Na experiência brasileira, o racismo é pautado na questão do fenótipo, ou seja, de acordo com as características físicas do sujeito, isto é, cabelo, traços faciais, formas corporais e cor da pele.

De acordo com o Painel de Indicadores do SUS (2016), o racismo pode ser dividido em duas categorias: a primeira é o racismo interpessoal, a outra categoria é o racismo institucional. A primeira diz respeito aos comportamentos do âmbito das relações pessoais, quando indivíduos discriminam outros por os considerarem de raças subalternas. Dessa forma, diz respeito a comportamentos discriminatórios, ou seja, comportamentos hostis, desrespeitosos e excludentes, que ocorrem entre as relações dos indivíduos. Além disso, diz respeito, também, a julgar competências e habilidades de acordo com a raça que o indivíduo pertence.

A segunda categoria, a Institucional, refere-se ao tratamento que o Estado, representado pelas instituições, oferece às pessoas de raças estigmatizadas. Quando este tratamento deixa lacunas, demonstra o fracasso das instituições e organizações em prover serviços profissionais e adequados aos indivíduos de raças, culturas e religiões estigmatizadas. Este tipo de racismo se manifesta em comportamentos, práticas e normas discriminatórias adotadas em ambientes de trabalho, por exemplo, e são motivados por crenças em estereótipos racistas.

A nossa estrutura social, desde os primórdios, é alicerçada em concepções eurocêntricas acerca das raças. O impacto desse histórico é visto até os dias atuais através das influências racistas em diversos âmbitos de nossa sociedade. Como veremos mais adiante nesta produção, a construção da subjetividade também está sujeita ao poder do racismo.

Identidade

Partindo da ótica de que a estrutura determina o indivíduo⁴, uma estrutura com alicerces racistas constrói sujeitos que constituem suas subjetividades baseadas em racismo. Para Boaventura (1994), a identidade é plural e existem hierarquias entre as diferenças que estas identidades possuem. Esta hierarquização leva ao questionamento do indivíduo em relação a sua identidade e, de certa forma, ao fazer esta indagação, o indivíduo se coloca no lugar de subordinação em relação a outro, que dentro da hierarquia, possui uma posição tida como superior. Por isso, ele afirma que a identidade é semi-fictícia e semi-necessária.

Ademais, o autor disserta sobre a relação entre identidade, mercado e Estado liberal. Para Boaventura, o espaço conquistado pela subjetividade individual possui relação direta com o princípio de Locke e Adams, de propriedade privada e de mercado. Isto é, com a ascensão da ideia de individualidade proposta pelos conceitos liberais de Estado e mercado, o sujeito tem a sua identidade moldada de acordo com as vontades do sistema econômico e político. Sendo assim, o indivíduo que não corresponder a esse esquema de identidade pautado no mercado e Estado liberal será colocado à margem dessa estrutura “porque o seu comportamento se desvia abissalmente das normas da fé e do mercado”.

Para Stuart Hall (2005), a identidade passa pelo conceito de “crise de identidade”. Esta é o reflexo das mudanças estruturais na construção de identidades. Ou seja, as identidades que por longos tempos se apresentavam de determinada forma, estão sofrendo mudanças por conta das modificações nas estruturas sociais, essas mutações levam a fragmentação das identidades que antes eram entendidas como algo unificado.

⁴ O autor Pierre Bourdieu (1930 – 2002) defende que existe uma relação dúbia entre o indivíduo e a sociedade, para explicar melhor isto, Bourdieu (2011) cunha o termo *habitus*, que nas palavras dele é “um sistema de disposições socialmente construídas que enquanto estruturas estruturantes constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e ideologias características de um grupo de agentes”. Isto é, a forma de agir do ator social é socialmente constituída, a sociedade é o agente responsável por dar as condições para que determinadas situações ocorram. Estruturas estruturantes quer dizer que são estruturas sociais que cercam o indivíduo (Estado, Igreja, Polícia) e que são introjetadas pelo indivíduo ao passo que o indivíduo estrutura o exterior, ou seja, as estruturas sociais.

CABELO CRESPO E MULHER NEGRA:

Além da questão da “crise de identidade”, Hall argumenta na forma como a identidade é construída e como a estrutura social impacta nessa construção. O autor chama esse processo de “modelo sociológico interativo”, o que consiste na forma como o mundo exterior é internalizado pelo indivíduo e como o mundo interior do indivíduo é apresentado ao mundo exterior, isto é, a relação entre sociedade e indivíduo é uma via de mão dupla.

A partir do levantamento bibliográfico entende-se que, durante o processo de construção da subjetividade da mulher negra, a identidade deste indivíduo sofre com interferências negativas, uma vez que a estrutura racista direciona à estética de pessoas negras termos depreciativos. O efeito do racismo nas identidades é tão perverso e danoso que, mesmo sujeitos que não se reconhecem enquanto pessoas negras, sofrem as consequências de estarem à margem de uma cultura hegemônica uma vez que o sistema estrutural os lê como o desvio da norma padrão.

O padrão Estético e a Estética Negra

O conceito do termo belo é mutável de acordo com a sociedade em que está inserido. Além disso, interfere diretamente no que uma determinada estrutura social dita como padrão estético, que por sua vez também possui o elemento da mutação. A partir do século XX a estética e o belo passam a ter a padronização de uma maneira mais global e menos espaçada, as tendências do que é belo passam a ter vigência por décadas, não mais por séculos, como aconteciam às civilizações egípcias, gregas e romanas, por exemplo. (KURY; HANGREAVES; VALENÇA, 2000).

Nas sociedades contemporâneas, os corpos perdem o significado de templos, e ganham significado de objetos de mercado. Com a expansão da industrialização e a globalização, além do processo de aculturação entre as sociedades, onde as culturas se difundem e se permutam, a indústria fez do corpo um nicho de mercado. Aos corpos femininos foram atribuídos a estética da magreza, cabelos longos e lisos, peles claras etc. (MATARAZZO, 1998).

Todos os indivíduos são submetidos, desde antes da idade média, à estética vigente e à padronização do contexto das sociedades em que vivem. No entanto, as

mulheres são imensamente mais atingidas pelos padrões estéticos, isto porque sofrem com a relação de poder existente das relações homem X mulher, pelo patriarcado, machismo e sexismo que existem nas estruturas sociais.

Dentro do nicho mulher, as mulheres negras são mais penalizadas com a imposição de determinada beleza que na experiência da sociedade brasileira as excluem por não apresentarem os elementos que compõem o padrão. Nas palavras de Gomes:

“O corpo humano e seu fenótipo forneceram os dados a partir dos quais foram formuladas teorias que escalonaram os seres humanos. Delegaram às chamadas raças brancas o lugar de paradigma de beleza, o ápice da pirâmide estética e relegou às raças não brancas, especialmente a negra, a base da sua hierarquização — pode-se citar outras esferas da hierarquização como as das qualidades morais e intelectuais. Neste sentido, percebemos que características físicas são lastro, substrato material de qualquer processo de construção identitária, especialmente num jogo imbricado onde raça, cor e estigmas misturam-se e colocam os negros em severas desvantagens representacionais” (GOMES, 2015, p. 08).

A estética negra vem em contraponto à padronização, pautada na beleza europeia. Ela enaltece os traços negros e tudo que diz respeito à beleza negra, como tranças longas, tranças nagôs, turbantes, cabelos crespos, peles escuras, corpos voluptuosos, traços faciais negros etc. Valorizar as características negras, mostrar que também existe beleza nela e fortalecer os indivíduos negros se tornam o foco da estética negra enquanto movimento social. De acordo com os apontamentos de Nilma:

“O cabelo e o corpo são pensados pela cultura. Nesse sentido, o cabelo crespo o corpo negro podem ser considerados expressões e suportes simbólicos da identidade negra no Brasil. Juntos, eles possibilitam a construção social, cultural, política e ideológica de uma expressão criada no seio da comunidade negra: a beleza negra. Por isso não podem ser considerados simplesmente como dados biológicos”. (GOMES, 2012, p. 02)

A resistência, então, é um dos objetivos da estética negra, pois ela se apresenta contra a lógica hegemônica. Através de seus corpos e seus cabelos, os negros cultuam suas belezas com penteados, roupas, acessórios, entre outras coisas.

A construção da Negritude

A população negra incorporou elementos da branquitude em sua cultura na tentativa de ser aceita e reconhecida enquanto cidadã pertencente à sociedade. No entanto, não foi aceita pela elite branca a inserção da população negra no que diz

CABELO CRESPO E MULHER NEGRA:

respeito à estrutura social como um todo. (MUNANGA, 1988).

Toda esta situação de inferiorização da cultura negra articulada pela elite brasileira não foi aceita de maneira pacífica. A população negra, conscientizada da importância de seu papel na construção deste país e do reconhecimento enquanto cidadãos com deveres e, principalmente, direitos, tomaram a rédea de sua história, cultura, religião e identidade. Assim vemos o fenômeno social da negritude acontecer. Sobre este fato Munanga disserta:

“Esta recusa de integração que se traduz na manutenção da desigualdade por parte do dominador branco, provoca a revolta do negro e, finalmente, a ruptura com o sistema escravocrata e colonial. O negro se dá conta de que a sua salvação não está na busca da assimilação do branco, mas sim na retomada de si, isto é, na sua afirmação cultural. moral, física e intelectual, na crença de que ele é sujeito de uma história e de uma civilização que lhe foram negadas e que precisava recuperar. A essa retomada, a essa afirmação dos valores da civilização do mundo negro deu-se o nome de "negritude".” (MUNANGA, 1988, p.111)

A negritude se apresenta, portanto, como a expressão da valoração da cultura e identidade negra. Seu berço é estadunidense, logo após passou pela Europa, onde chegou à França e ganhou consistência como movimento, depois chegou à África e Américas, chegando no Brasil.

O afro-americano Du Bois (1868-1963) foi um dos primeiros a adotar o discurso de orgulho racial negro, logo seu discurso ganhou notoriedade e assim, foi considerado patrono do pan-africanismo. A origem do termo negritude é francesa, e no início do século XX tinha uma conotação pejorativa. O objetivo do movimento era justamente ressignificar e tornar o termo negritude sinônimo de orgulho a tudo que dissesse respeito à cultura e identidade negra.

“Até essa época considerava-se positivo apenas, os modelos culturais brancos que vinham da Europa. Para rejeitar esse processo de alienação, os protagonistas da ideologia da negritude passaram a resgatar e a enaltecer os valores e símbolos culturais de matriz africana” (DOMINGUES, 2005, p. 05).

A população negra e sua cultura seriam agora, mais do que anteriormente, apesar de sempre haver resistência negra, enaltcida e vista a partir do viés positivo, a autoimagem seria construída a partir de alicerces que contavam a importância do negro nas sociedades. Abandonando assim a imagem depreciativa que os negros carregaram

graças ao imaginário social difundia pelos europeus.

Segundo Abdias Nascimento:

“Cabe mais uma vez insistir: não nos interessa a proposta de uma adaptação aos moldes da sociedade capitalista e de classes. Esta não é a solução que devemos aceitar como se fora mandamento inelutável. Confiamos na idoneidade mental do negro e acreditamos na reinvenção de nós mesmos e de nossa história. Reinvenção de um caminho afro-brasileiro de vida, fundado em sua experiência histórica, na utilização do conhecimento crítico e inventivo de suas instituições golpeadas pelo colonialismo e pelo racismo. Enfim reconstruir no presente uma sociedade dirigida ao futuro, mas levando em conta o que ainda for útil e positivo no acervo do passado” (apud DOMINGUES, 2005 p. 01).

O movimento de negritude de uma forma geral foi difundido pelos intelectuais negros, portanto, eram compostos por escritores, intelectuais, músicos, artistas etc. Por ter sido idealizado e difundido por pessoas mais próximas das elites, o movimento de negritude foi alvo de críticas que teciam argumentos que diziam que o movimento não atingia as massas africanas que, por sua vez, permaneciam reproduzindo a lógica de branqueamento imposta pelos colonizadores.

Em nosso país, a negritude teve como precursor Luís Gama, advogado e abolicionista, porém, as ideias da negritude foram difundidas na década de 1940 pelo TEN, Teatro Experimental do Negro, em um período em que os pensamentos da negritude estavam borbulhando.

Dentro da experiência brasileira, também, houveram críticas a negritude, isto porque os intelectuais que faziam parte do movimento nunca apresentaram medidas efetivas para a subalternação que era imposta à população negra, apesar do movimento ter cunho político, filosófico e cultural.

Cabelo como Objeto de Resistência nos EUA

O cabelo como objeto de resistência contra a lógica hegemônica do padrão de beleza eurocêntrico é algo antigo nos movimentos negros. O movimento “Black Power” tem início na década de 1920 ele continha propostas políticas, sociais e culturais envolta do universo da população negra, Marcus Garvey, um comunicador, empresário e ativista jamaicano surge como precursor do movimento. A beleza negra é exaltada, cabelos

CABELO CRESPO E MULHER NEGRA:

crespos ganham força neste contexto.

Na década de 1960 nos Estados Unidos da América, o “Black Power” ganha notoriedade na luta dos direitos civis, assim como no Brasil, os EUA possui um passado de economia pautada na mão de obra escrava. Ao término do período da escravidão, como no Brasil, os negros não possuíam direitos garantidos, muito menos políticas públicas voltadas para a reparação dos danos causados à população negra pelo período escravocrata.

Em 1964 surgiram os direitos civis que além de não garantir nenhum direito ao indivíduo negro americano, o diferenciava do branco. Neste cenário surge uma guerra civil americana, pois os negros não aceitaram pacificamente esta situação e passaram a lutar por seus direitos. Ainda neste mesmo ano, após discursos e articulações do movimento negro estadunidense, passou-se a considerar negros e brancos cidadãos iguais perante a lei.

A mudança de pensamento racista, no entanto, não foi alcançada tão rapidamente e com tanta eficácia, o comportamento da sociedade americana continuava o mesmo em relação aos negros, isto é, a população negra continuava fadada ao papel de subalternidade. Em 1966, surge na cidade de Oakland, Califórnia, o Partido dos Panteras Negras, uma organização política extraparlamentar socialista norte-americana e com ligação ao nacionalismo negro, fundado por Huey Newton e Bobby Seale, os panteras negras se mantiveram ativos até 1982.

O partido tinha como objetivo patrulhar os guetos americanos para proteger a população negra da brutalidade policial, posteriormente, o partido cresceu e ganhou novas finalidades, tornando-se um grupo revolucionário marxista.

Dentro deste contexto de lutas por direitos civis, ações violentas contra força policial bruta e reivindicações de reconhecimento histórico e importância da atuação da população negra na construção da sociedade americana, o cabelo, também, é um objeto de luta. A população negra utilizava os cabelos naturais como forma de enaltecer a beleza negra e mostrar que o que é negro também é belo.

Em um contexto em que ser negro é sinônimo de ser marginalizado pelos seus traços, corpo, cabelo, cultura, religião, forma de se vestir e de se expressar, o cabelo ganha notoriedade na luta como forma de resistência.

Cabelo como Objeto de Resistência no Brasil

No Brasil, não foi diferente, a população negra também se articulou e lutou contra as injustiças herdadas do período escravocrata. Apesar de não termos um partido a exemplo do que foi o Partido das Panteras Negras nos EUA, o Movimento Negro Unificado sempre esteve presente na luta nas demandas da população negra.

A formação da identidade brasileira tem, obviamente, contribuição importante da população africana, uma vez que os negros africanos foram trazidos para o Brasil para servir de mão de obra escrava e, apesar de não serem incluídos nos processos que dizem respeito à cidadania brasileira, os negros sempre estiveram presente no processo de construção da sociedade brasileira.

(...) estruturas hierárquicas, administrativas, jurídicas e classificações sociais. Os avanços tecnológicos alcançados no continente africano, como as plantações com tecnologias avançadas para época, a criação de gado, a metalurgia, o comércio, a escrita, as formas de manifestação artísticas e o urbanismo utilizado nos centros urbanos forneceram mão de obra especializada para aqueles que compravam mão de obra escrava. Além das formas de organização política, as distribuições territoriais e as diferentes formas de elaboração intelectual constituem heranças importantes no processo de incorporação da população africanizada escravizada à população do Estado em formação (SANTOS, 2006, p. 07)

A identidade brasileira, no entanto, é elitista, sendo assim, não reconhece e reluta até os dias atuais para reconhecer a importância do negro para a sociedade como um todo. Na construção da identidade brasileira o negro sempre surge no papel de escravo e são ignorados todos os símbolos de sua cultura que foram incorporados à cultura brasileira.

Na luta contra a marginalização a população negra, ex-escravos, libertos e seus descendentes, criou grêmios, clubes ou associações com o intuito assistencialista, recreativo e/ou cultural. Essas organizações possuíam um número considerável de negros associados. Havia também as associações compostas estritamente por mulheres negras.

CABELO CRESPO E MULHER NEGRA:

Concomitante a essas associações surgiram também a denominada imprensa negra, que se tratava de jornais elaborados e produzidos por negros que tinha pretensão de atender a esta população passando a informação de forma que atendessem aos negros.

“Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de “segregação racial” que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas” (DOMINGUES & SILVA apud. DOMINGUES, 2007, p. 26).

Apesar de haver bastante movimentação por parte dos negros, o movimento negro unificado ainda não possuía um discurso político consistente e que abarcasse as reivindicações e demandas dos negros e negras brasileiros/as.

Este cenário teve mudança com a fundação da Frente Negra Brasileira em São Paulo em 1931, que possuía um discurso mais deliberado em relação às reivindicações políticas, além disso, a FNB era considerada a sucessora do Centro Cívico Palmares. Outro aspecto a ser ressaltado é que a FNB foi a organização negra com maior notoriedade, conseguindo transformar o Movimento Negro Brasileiro em movimento de massa, além de atingir a marca de mais de 20 mil associados. De acordo com Domingues:

“A entidade desenvolveu um considerável nível de organização, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como publicar um jornal, o A Voz da Raça”. (DOMINGUES, 2006, p. 106).

Com o surgimento do Estado Novo, a repressão contra qualquer tipo de movimento social estava muito incisiva, e com isto, a FNB foi extinta. Depois do período do Estado Novo, surgiram outros movimentos que também possuíam pautas de demandas da população negra, tal como o Movimento Negro Unificado.

Em todas estas articulações políticas negras ao longo da história do Brasil, sempre esteve presente às mulheres negras, que também possuíam suas associações,

grêmios, movimentos etc., que buscavam lutar pelos seus direitos, enquanto não somente negra, mas também, como mulher.

Em todos estes períodos de movimentos, a estética negra era ressignificada pelos negros, e, portanto, cabelos, hábitos, culturas, estética, roupas, religiões, entre outros, eram motivos de orgulho. Por estarem inseridas em uma sociedade que é, não somente racista, mas, também, machista e sexista, as mulheres negras sofrem com o alçoz do padrão estético, principalmente, no que diz respeito aos seus cabelos crespos.

Sobre influência do movimento americano “Black is Beautiful” que levantava a bandeira da beleza negra, chegava ao Brasil, inicialmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, e posteriormente se expandindo por todo o país, uma onda de enaltecimento da estética negra.

“Os negros que trabalhavam neste movimento, visando criticar, desafiar e alterar o racismo, sinalizavam a obsessão dos negros com o cabelo liso com reflexo da mentalidade colonizada. A população saiu às ruas, com os cabelos Black Powers, trançados, ao natural, mostrando o orgulho de ser negro. Essa estética é um reflexo às origens diaspóricas como um dos principais movimentos de resistência à exclusão da população negra”. (CLEMENTE, 2010, p. 8).

Notamos a importância do cabelo na construção da estética negra na assimilação da população negra entre seus cabelos e sua autoestima, além de se mostrar para a sociedade com o orgulho de serem negros e negras, orgulha de suas histórias.

Rompendo as Correntes do Padrão Estético

A fim de fugir desta discriminação, diversas mulheres negras se submetem aos métodos cosméticos, como o alisamento capilar, com o objetivo de se aproximar dessa estética branca, entretanto, mesmo após esses alisamentos capilares algumas mulheres permanecem insatisfeitas com sua aparência.

Como resposta ao fenômeno do alisamento e ao baixo grau de satisfação com sua aparência, algumas mulheres negras estão indo contra a lógica racista e se apoderando de seu cabelo no sentido de assumi-lo e, conseqüentemente, transformam essa ação em ato político. O ato político exercido através da ação de assumir o cabelo crespo/cacheado pelas mulheres negras tem relevância dentro da nossa estrutura,

CABELO CRESPO E MULHER NEGRA:

porque vai contra o que é imposto para essas mulheres. Nilma Gomes disserta:

“O cabelo do negro na sociedade brasileira expressa o conflito racial vivido por negros e brancos em nosso país. É um conflito coletivo do qual todos participamos. Considerando a construção histórica do racismo brasileiro, no caso dos negros o que difere é que a esse segmento étnico/racial foi relegado estar no pólo daquele que sofre o processo de dominação política, econômica e cultural e ao branco estar no pólo dominante. Essa separação rígida não é aceita passivamente pelos negros. Por isso, práticas políticas são construídas, práticas culturais são reinventadas. O cabelo do negro, visto como “ruim”, é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como “ruim” e do branco como “bom” expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou a introjeção deste” (GOMES, 2002, p. 03).

Não é raro encontrar mulheres negras relatando o encontro consigo mesma a partir da ação de aderir o cabelo crespo/cacheado, o cabelo natural. Segundo a autora Nilma Gomes:

“Estamos, portanto, em uma zona de tensão. É dela que emerge um padrão de beleza corporal real e um ideal. No Brasil, esse padrão ideal é branco, mas o real é negro e mestiço. O tratamento dado ao cabelo pode ser considerado uma das maneiras de expressar essa tensão. A consciência ou o encobrimento desse conflito, vivido na estética do corpo negro, marca a vida e a trajetória dos sujeitos. Por isso, para o negro, a intervenção no cabelo e no corpo é mais do que uma questão de vaidade ou de tratamento estético. É identitária” (GOMES, 2002, p. 03).

Ao processo de rompimento com a lógica de branqueamento da estética e o período em que se espera que a química de alisamento ou efeitos de alisamentos causados por instrumentos que alisam os cabelos saiam dos fios é dado o nome de transição capilar. Este momento é o início de uma reconstrução da identidade, pois, anteriormente, o significado do cabelo crespo para essas mulheres possuía sentido pejorativo. A partir deste momento de transição, ocorre a mudança de sentido do cabelo para as mulheres ganhando conotação positiva.

O Big Chop (BC) é o momento logo após a transição capilar. Big Chop tem origem no inglês americano e significa “grande corte”. O grande corte se trata do momento em que a mulher negra após a transição capilar corta toda a parte do cabelo que está alisado. Este é o momento que representa a mudança que acontece internamente na concepção das mulheres sobre o que representa seu cabelo e sua estética negra.

Resultados da Pesquisa: Ouvindo as Mulheres Negras da UFRPE

Os relatos que foram ouvidos ao longo das entrevistas mostraram que as alunas foram influenciadas pelo padrão estético europeu desde muito novas. A primeira socialização delas foi com teor pejorativo em relação aos seus cabelos e sua imagem, isto é, a estética delas era carregada por uma conotação negativa que vinha da família delas. Como já vimos anteriormente nesta produção, a construção a identidade é também composta por fatores externos que são internalizados e influenciam a subjetividade do indivíduo, sendo assim, essas meninas já eram incentivadas ao branqueamento, desfocando de sua estética negra.

Juliana relatou:

“Não gostava (do cabelo), tenho uma memória de 6 ou 7 anos, pra mim meu cabelo era feio, o termo cabelo ruim era muito usado, né?! E o meu cabelo era classificado como ruim na escola, as pessoas me diziam isso de uma forma muito pejorativa, e eu não entendia porque que ele era ruim, mas eu atrelava o nome ruim ao feio, lógico né?! A própria palavra ruim significa algo negativo, então eu queria ter o bom, eu não queria ter o meu que era ruim. E em casa era muito aquela ideia de “você não pode soltar o cabelo”, “o seu cabelo não dá para a gente soltar”, então eu tenho uma recordação assim que ele era grande, um pouquinho abaixo do ombro e eu penteava ele para tentar tirar os cachinhos, tentar deixar ele bem liso e ele ficava armado, claro que ele ficava armado é o natural dele, e eu lamentava muito porque ele não ficava com o volume das outras meninas que tinham o cabelo bom, e eu não podia soltá-lo”.

Na infância já começaram o processo de alisamento químico capilar. O sentimento descrito por elas é de que, quando estavam com o cabelo natural, se sentiam feias, excluídas, não aceitas pelo seu círculo social, o passaporte para a aceitação era o alisamento dos cabelos. Este fato se torna mais curioso no caso de Karolina, pois a família dela era composta por diversas cabeleireiras, mãe e tias, nos mostrando que o esmagamento do padrão é tão eficaz que a única beleza enxergada, até mesmo por profissionais da área, é a beleza europeia.

Outro aspecto importante notado nas reflexões sobre as entrevistas é que as meninas não se consideravam negras. Sabiam que não eram brancas, que eram pardas ou morenas, mas a identidade negra ainda não era pertencida a elas. Outro ponto que chamou atenção é o sentimento de insegurança que pairava sobre elas, mesmo após o

CABELO CRESPO E MULHER NEGRA:

alisamento feito, mostrando que a química em busca da aceitação não as completava, não as deixavam se auto-afirmarem, mesmo estando mais próxima do padrão estético imposto.

Os reflexos na autoimagem e autoestima delas eram negativos e estes construíram indivíduos que tinham sentimentos de tristezas e insatisfações. Estes sentimentos negativos foram as fagulhas para o início dos questionamentos contra a lógica hegemônica. A partir deles, surgiram indagações do que era bonito, de como o conceito de bonito é construído e o porquê os cabelos delas eram considerados ausentes de beleza.

No ápice do incômodo gerado por estes sentimentos, as mulheres que aqui foram ouvidas resolveram romper com a lógica da imposição do padrão estético, a princípio de maneira menos cientes de como esta transformação capilar perpassaria as questões externas, e as questões da forma de como se apresentar à sociedade.

Após tomar a iniciativa de não alisar mais os cabelos, as mulheres negras passam pelo segundo processo desta nova etapa com o seu cabelo, o Big Chop (BC). O BC é relatado sempre com muita emoção, pois ele simboliza o momento de liberdade, o momento em que ficou para trás o sofrimento dos alisamentos, a baixa autoestima, a insegurança, a tristeza de não de se sentir aceita e bonita. Mostra o ato político de manter o cabelo natural, usando o cabelo como símbolo de luta contra a lógica racista da estética imposta. Karoline descreveu que:

“Eu lembro que foi na ocupação (da UFRPE), eu conversei com Keroline daqui aí eu conversei com ela, eu disse “olha eu quero tirar a maior parte da química do meu cabelo” (...) mas assim foi aquilo... quando eu olhei para trás e vi meu cabelo cacheando sem o creme... eu fui tomar banho e ele enrolou e não tinha creme nenhum! Porque antes eu forçava para ele enrolar todinho. Foi uma alegria tão grande! Aí eu lembro que a gente saiu foi lá na frente, teve um festival aqui, então eu me senti linda, a pessoa mais bonita do mundo! Eu botei um vestido, sandália rasteira mesmo, não tinha trazido maquiagem porque foi nos primeiros dias de ocupação botei um rímel emprestado, mas eu me sentia a pessoa mais linda do mundo (...) me senti muito linda, foi muito incrível!”.

O momento do BC finaliza o processo de transição capilar, a partir dele a mulher negra passa a lidar com a textura de seu cabelo natural, e a enfrentar, agora através da estética, o racismo. O cabelo ganha a forma de ato político, pois externamente a mulher

passa a se apresentar contra a lógica hegemônica. Sobre a relação da construção da identidade negra com a transição capilar, Karoline pontuou:

Com certeza, porque foi a partir... Cabelo é externo, né? Foi uma coisa tão simples que me fez perceber o que eu sou internamente, que eu não me reconhecia, foi o mudar de eu parar de relaxar meu cabelo que fez eu me reconhecer que eu sou negra, o cabelo é só a cereja do bolo, como tem esse ditado, né? É só o externo que a gente só bota no externo aquilo que a gente se sente bem internamente. Não adiantava eu deixar de usar (alisamentos), passar pela transição, fazer o grande corte, cachear meu cabelo, maquiagens, essas coisas para pele negra e eu não me identificar enquanto negra, enquanto meu interno não me ver que realmente eu sou negra, é assim que eu nasci, então a minha identidade é ser mulher negra.

A negritude ganha força política também através da estética dos indivíduos, a partir do ato político de manter o cabelo crespo natural e não seguir a lógica de branqueamento elas reconheceram a identidade negra, que sempre foi creditada a elas, não por elas, mas pela estrutura social. Se, em princípio, internalizada de maneira negativa, com o processo de transição capilar e BC, esta negritude além de ter sido incorporada a identidade delas, foi ressignificada, agora, a beleza negra passou a ser enaltecida por elas e motivo de orgulho.

Todas as entrevistadas relataram que o processo de transição capilar foi um agente fundamental para o despertar das questões da negritude delas e para a construção da identidade negra delas, antes desta transformação capilar elas não se reconheciam como mulheres negras, além disso, elas disseram que o cabelo mostra uma mudança interna de pensamentos, posicionamentos, sentimentos etc. Ademais, após a transição capilar e o BC, elas passaram a refletir sobre as imposições feitas pelo sistema opressor a elas que diz respeito a outras opressões, por exemplo, o machismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da teoria apresentada no decorrer desta obra, chegou-se ao entendimento que a sociedade influencia a construção da subjetividade dos indivíduos que a compõem. Sendo assim, uma sociedade forjada em concepções de cunho racistas e excludentes gera grupos de indivíduos marginalizados, pois estes não se enquadram nas imposições da sociedade.

CABELO CRESPO E MULHER NEGRA:

As mulheres negras compõem um grupo da sociedade brasileira que é posto à margem, pois além de sofrerem com o racismo por serem negras, sofrem com o machismo que dita um padrão estético, que por sua vez, é fundamentado em características europeias que são tidas como superiores em relação às características das mulheres negras. Os corpos das mulheres negras tiveram a conotação de coisa, isto é, foi “coisificado” tornando-se um objeto submetido a diversas atrocidades desde o período da escravidão mantidas até os dias atuais.

Como o corpo do negro (a) é considerado como coisa, acontece uma desvalorização da posição do negro na sociedade como um todo. Neste cenário de opressão, subalternação, e inferiorização das características das mulheres negras, elas dão significados de conotação negativa e, ao passarem pelo processo de transição capilar, ressignificam suas características e reconhecem-se como pertencentes à identidade negra.

O cabelo da mulher negra tem um significado e uma relevância que vai desde a discussão de como a estética vigente na sociedade brasileira está fundamenta até à discussão de como a ditadura do cabelo liso pode interferir na subjetividade e no reconhecimento da identidade negra das mulheres. Portanto, na experiência brasileira, o tratamento dado ao cabelo da população negra exprime a tensão entre raças que existe na sociedade, o reconhecimento desta tensão ou o encobrimento dela marca a vida e as trajetórias dos sujeitos, por conta disto intervenções no corpo ou nos cabelos da população negra são mais do que simplesmente estéticas, são parte do processo identitário,

Conclui-se que o processo de transição capilar que foi vivido por estas mulheres negras fez parte do “tornar-se negro” em meio a uma estrutura que estigmatiza a população negra. A partir do momento em que as mulheres decidiram se questionar e romper com a lógica hegemônica, foi demonstrado o início da construção da identidade negra, a origem do tornar-se negro.

Ao interpretarem o uso do cabelo crespo como libertação que ultrapassa as barreiras do racismo, as mulheres negras recriam a identidade delas, pois retiram do

cabelo crespo o papel de estrito de contestação, símbolo e mecanismo político, este processo as levam para além da libertação de estigmas sobre seus corpos e cabelos, fazendo com que o entendimento de seus cabelos, corpos e subjetividade sejam ampliados.

O caminho para combater o racismo estrutural e outras opressões é longo e árduo, no entanto, existe uma parcela da população que desperta para estas questões políticas e enfrenta situações de exclusões mesmo que com mínimos atos. As mulheres apresentadas nesta obra demonstram isto, que a mudança da percepção de sua subjetividade é o pontapé inicial para mudanças mais amplas na estrutura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. Encore le Corps. Paris. **Critique**, n. 423-424, p. 645-654, 1982.

BOURDIEU, Pierre. CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Trad. João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRAGA, Ângela Márcia da Silva. SILVA, Paula Camilla Soares. **Transição Capilar: O cabelo como instrumento de política e libertação através da identidade e suas influências**. Uberlândia, Minas Gerais, 2015.

CHIES, Jane. **Estética: as questões principais da estética, desde a antiguidade até hoje**. 2008.

CLEMENTE, Aline Ferraz. **Trança Afro: A Cultura do Cabelo Subalterno**. USP, São Paulo, 2010.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da Negritude: Uma Breve Reconstrução Histórica. Londrina, **Revista de Ciências Sociais**, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: Alguns Apontamentos Históricos**. 2007.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 1ª edição FFCL/USP, São Paulo, 1964.

GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou resignificação cultural?** Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Educação, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Sem Perder a Raiz: Corpo e Cabelo como Símbolos da Identidade Negra**. Minas Gerais, 2006.

CABELO CRESPO E MULHER NEGRA:

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e Anti-Racismo no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP** Nº43, Novembro, p. 26-44, 2011.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

KEESING, Felix M. **Antropologia Cultural**: a ciência dos costumes. Vol. 1. Trad. José Veiga. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

KURY, Lorelai; HANGREAVES, Loudes; VALENÇA, Máslova T. **Ritos do Corpo**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2000.

MATARAZZO, Cláudia. **Beleza 10**: um guia de cuidados para todas as mulheres. São Paulo: SENAC, 1998.

MUNANGA, Kabengele. Negritude Afro-Brasileira: Perspectivas e Dificuldades. **Revista de Antropologia** – Nº 33, São Paulo, 1990.

NACKED, Rafaela Capelossa. **Identidades em Diáspora**: O Movimento Black no Brasil. Teresina, Piauí, 2012.

PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio. **Raça**: Novas Perspectivas Antropológicas. Salvador, 2008

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: A Formação e o Sentido do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os Africanos no Brasil**. Rio de Janeiro, 1932.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira**. São Paulo, Tempo Social, 1994.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O negro no espelho**: imagens e discursos nos salões de beleza étnico. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

SILVA, Lucas Trindade da. Colonialidade do poder como meio de conhecimento: em torno de seus limites e potencialidades explicativas. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.22.2, p.204-221, 2015.

TYLOR, Edward B. A ciência da cultura. In: **Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Trad. Maria Lúcia de Oliveira. – 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009. P. 67-99.

VAUGHAN, Patrícia Anne. A imagem Americana de Beleza Física e as Mudanças Provocadas pelo “Black Power” na Década de 60. **Rev. de Letras** – Nº 22 - Vol. 1/2 - jan/dez. P. 59 – 62. 2000.

Recebido em 03/09/2018

Aprovado em 25/09/2018

DOM VITAL: A QUESTÃO RELIGIOSA, A CRISE POLÍTICO-SOCIAL NA PROVÍNCIA PERNAMBUCANA E SUAS CONSEQUÊNCIAS DURANTE O SEGUNDO REINADO

Rodrigo Dantas de Medeiros *

Carlos Henrique Gileno **

DOM VITAL: A RELIGIOUS QUESTION, A POLITICAL-SOCIAL CRISIS IN THE PERNAMBUCO PROVINCE AND ITS QUALITIES DURING THE SECOND REIGN

Resumo

O presente artigo visa analisar a trajetória intelectual e política do pernambucano Vital Maria Gonçalves de Oliveira (Dom Vital), cujo nome de batismo era Antônio Gonçalves de Oliveira Júnior (1844-1878). Após assumir a Diocese de Olinda, Dom Vital foi um dos principais atores políticos envolvidos na Questão Religiosa (1872-1876). Aquele movimento envolveu a Igreja Católica, a Monarquia brasileira e a Maçonaria, sendo mais intenso no território da Província de Pernambuco. A Questão Religiosa contribuiu para a crise política do Império, onde a tríade de atores políticos (Dom Pedro II, Visconde do Rio Branco e Dom Vital) produziu grande agitação que se estendeu aos mais distantes rincões do país: de um lado, o Estado imperial e a Maçonaria, personificados nas figuras de Dom Pedro II e do Visconde de Rio Branco, e de outro, a Religião, representada pelo prestigiado bispo olindense.

Dom Vital. Questão Religiosa. Igreja Católica. Império. Maçonaria.

Abstract

This article aims to analyze the intellectual and political trajectory of the Pernambuco Antônio Gonçalves de Oliveira Júnior (1844-1878). After assuming a Diocese of Olinda, Dom Vital was one of the main actors involved in the Religious Question (1872-1876). That social movement is a Catholic Church, a Brazilian Monarchy and a Freemasonry, where it is felt most intensely in the territory of the Province of Pernambuco. The Religious Question contributed to the political crisis of the Empire, where a strategy of political rights (Dom Pedro II, Visconde do Rio Branco and Dom Vital) produced a great action that extended to the most distinct corners of the country: on the one hand, the State imperial and Freemasonry, personified in the figures of Dom Pedro II and the Viscount of Rio Branco, and on the other, a Religion, represented by the prestigious Bishop of Olinda.

Dom Vital. Religious Issues. Catholic church. Empire. Masonry.

* Graduado em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (1018). Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2018). E-mail: rodrigo.de.medeiros@hotmail.com

** Professor Assistente Doutor do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Universidade Estadual Paulista (FCL - Campus de Araraquara). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (FCL - Campus de Araraquara). E-mail: : cgileno@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Não é possível entender a Questão Religiosa sem antes observar a formação intelectual de Dom Vital, a qual se desenvolveu fundamentalmente na França. Naquele país, o bispo pernambucano estabeleceu profundos contatos com o ultramontanismo¹ e com o pensamento tradicional do catolicismo francês, que estava se reerguendo do choque provocado pela Revolução Francesa e, em consequência, lutava para separar as ideias que não estavam associadas com a Tradição da Igreja Católica.

Dom Vital observou igualmente *in loco* o grande confronto que havia entre a Igreja e a Maçonaria na França e no continente europeu, não perdendo de vista a igreja galicana que era uma espécie de igreja estatal francesa. Naquela igreja, os bispos juravam perante o Estado e eram escolhidos por este e não mais por Roma, fato que provocou divisão da Igreja Católica na França.

Os ultramontanos defendiam a primazia da autoridade espiritual sobre o poder político, a primazia da fé sobre a ciência, bem como a incompatibilidade da Igreja com a sociedade moderna laicizada. No Brasil o movimento do ultramontanismo foram D. Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará, e D. Vital de Oliveira, bispo de Pernambuco, fiéis cumpridores das orientações pontifícias mesmo entrando em choque contra a autoridade do governo imperial. (AZZI, 1994, p. 8).

Retornando ao Brasil e nomeado bispo da diocese de Olinda, Dom Vital encontrou cenário nada diferente daquele que tinha observado em solo francês: maçonaria atuante e a Igreja sob os mandos do governo central com tendências liberais, onde os membros eclesiásticos eram funcionários públicos do Estado. A Maçonaria, antes de ocorrerem os acontecimentos que a levou ao combate contra os bispos, não tinha grandes problemas com a Igreja no Brasil, tanto que muitas confrarias e comunidades eram formadas por maçons que se diziam católicos.

De fato, a efervescência de ideias durante os anos 70 do século XIX brasileiro,

¹ Do latim *ultramontanus*. O termo designa um importante papel ao Sumo Pontífice, na direção da fé e do comportamento do homem. O termo era utilizado quando elegia-se um papa não italiano ("além dos montes"). O nome ultramontano era utilizado pelos franceses, que pretendiam manter uma igreja separada do poder de Roma e aplicavam o termo aos partidários daqueles que queriam manter a centralidade da Igreja no Papa.

No início do século XIX, com os constantes conflitos entre a Igreja e o Estado por todo o mundo, foram chamados de ultramontanos aqueles que defendiam a liberdade da Igreja e sua independência perante o poder estatal. Foi marcado assim como uma reação ao mundo moderno e como a orientação política de alguns católicos, tendo sua base na centralidade vaticana e no Papa.

DOM VITAL:

contribuiu para aumentar a crise política e institucional que começava a assolar o Império. Se no início a Questão Religiosa era regional, logo se espalhou amparada pela voz tonitruante do bispo do Pará, Dom Antônio de Macedo Costa, que também seria preso, juntamente com Dom Vital. Vale ressaltar, ainda, os ferrenhos embates na imprensa entre os jornais católicos e maçons, centrados em Recife, e que repercutiram até o Rio de Janeiro.

Dom Vital: Suas origens

Mas quem foi o Dom Vital? Gilberto Freyre define com clareza, em prefácio à obra do professor Nilo Pereira, como construía a figura de Dom Vital:

Quem menos demagogo que o desassombrado Dom Vital Maria de Oliveira? Define-o o Professor Nilo Pereira: “digno, simples, sóbrio, até, mas imponente na sua majestade de Bispo”. Além do que, ecologicamente recifense: “criou-se, então, magro e anguloso, como o próprio Recife é magro e anguloso, a figura do herói...” Caracterização em que não há exagero: nunca, em todo o passado brasileiro, foi alguém mais heroico em sua resistência a poderosos avassaladores do que esse capuchinho nascido “amarelo de Goiana”. Amarelinho do mito. Amarelinho intransigente na defesa da sua fé que era – e é – a da grande maioria dos brasileiros”. (FREYRE, in prefácio, PEREIRA, 1966).

O jovem Antônio nasceu na cidade de Pedras de Fogo, em 27 de novembro de 1844. Aos nove anos foi matriculado no Colégio do Benfica em Recife. Foi um aluno exemplar, chegando a receber o título de Imperador, ou seja, aquele que mais se destacava entre os alunos. Foi na cidade de Recife que Antônio teve os primeiros contatos com a Ordem Capuchinha, chegando a realizar longas conversas com Frei Caetano de Messina, onde expunha os seus desejos e pedia conselhos ao Frei capuchinho.

Nesse cenário, o jovem e decidido Antônio ingressara no Seminário de Olinda, considerado um dos melhores do Brasil à época. Ficou no seminário por três anos; logo no seu primeiro ano, confessou ao Bispo o seu desejo de usar a batina, episódio que se efetivou em cerimônia de 16 de dezembro de 1860. Terminado o curso de filosofia, pois, o jovem seguia aquilo que era sua intenção inicial, e partia para o Seminário de São Sulpício em Paris, na França, embarcando em 1 de outubro de 1862, chegando à capital francesa em 21 de outubro, contando 18 anos. Já no ano de 1863, vestia o hábito religioso na França, trocando seu nome, de Antônio, pelo do chefe dos filhos de São

Francisco que foram mártires no Marrocos, passando a se chamar a partir desse momento, Frei Vital Maria de Pernambuco.

Terminado o curso de Teologia Dogmática, passou ao Convento de Tolosa, para iniciar o estudo da Moral e se preparar para exercer o Sacerdócio. No dia 2 de agosto de 1868, na Igreja da Imaculada Conceição de Matabieau, foi conferido o presbiterato ao jovem, e logo foi enviado pelos seus superiores para São Paulo, onde deveria ensinar no Seminário. Passou os anos de 1869-70 em Itú, interior de São Paulo, vindo a se destacar como professor e pregador. Neste momento da biografia do Frei Vital, ocorreu evento que mudaria completamente a sua vida.

Em São Paulo passou Fr. Vital os três anos mais tranquilos de sua vida. Pelos fins de maio de 1871, recebeu uma carta Do Ministro do Império, anunciando-lhe tê-lo designado para ocupar o bispado de Olinda. Imaginai a surpresa do jovem frade. Quem teria lembrado ao Imperador o seu nome? Talvez o Ministro que era amigo particular da família do humilde capuchinho. Além disso, querendo o Imperador testemunhar a sua gratidão para a Ordem Capuchinha, pelos relevantíssimos serviços prestados ao Brasil, aproveitou o ensejo de nela achar um padre brasileiro para elevá-lo à dignidade episcopal. (OLIVOLA, 1963, p.46)

Dom Frei Vital, o novo Bispo de Olinda não completara 28 anos quando foi elevado à dignidade episcopal.

A Questão Religiosa

No Brasil, a inércia, a rotina e o profundo conformismo marcavam a Igreja no Império. O processo rotineiro eclesial era amarrado por uma estrutura que mal funcionava, e padecia de vícios que seriam até mais graves que a burocracia estatal da época. Essa grande fragilidade da infraestrutura imperial proporcionava grande dificuldade de comunicação, ocasionando o isolamento das paróquias e destas com os seus bispados. Junto a tais problemas, cabia ao regime confessional depender da burocracia oficial do Estado: “nomeação de prelados e de vigários, criação de dioceses, desmembramentos de paróquias, construções de igrejas, manutenção de culto, salário do clero, etc”. (MONTENEGRO, 1972, p.127). Esse fato criou uma Igreja sem autonomia e unidade estrutural, pouco atuante e dependente do poder estatal, já que os seus membros eram meros funcionários públicos. De fato, o que estava para ocorrer no Brasil diferia daquilo que acontecia na Europa: tendo em vista igualmente as características da Maçonaria no Brasil, diferente da europeia, não se tratava de embates entre católicos e

DOM VITAL:

ateus, ou católicos e protestantes. Ao contrário, em sua essência, era um conflito de católicos contra maçons que se diziam católicos, escolásticos e ortodoxos.

João Cruz Costa, ao escrever em seu livro sobre “Um bando de ideias novas” (1956) traz o pensamento de Silvio Romero sobre a situação brasileira da época:

O decênio que vai de 1868 até 1878 é o mais notável de quantos no século XIX constituíram a nossa vida espiritual. [...]. Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas o menor ataque sério por qualquer classe do povo; [...] De repente, por um movimento subterrâneo, que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do Império apareceu em toda sua nudez. (ROMERO, apud COSTA, 1956, p.112)

O início dos problemas

O grande litígio que envolveria Dom Vital estava se aproximando. Importante, pois, frisar o fato que desencadeou a Questão Religiosa. No dia 2 de março de 1872, foi organizada festa em homenagem ao senhor José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco. Recentemente, Rio Branco havia sido eleito presidente do Conselho e Ministro da Fazenda do Império, e também obtido o grau supremo de Grão-mestre do Grande Oriente do Vale do Lavradio no Rio de Janeiro. Aquela festa da maçonaria contou com a presença do padre José Luís de Almeida Martins, que pronunciou um discurso no melhor estilo maçônico (MACEDO, 1977). O citado padre foi repreendido pelo bispo do Rio de Janeiro, Dom Pedro Maria de Lacerda, insistindo para que se afastasse da maçonaria como exigiam as normas da Igreja, mas que não haviam recebido o beneplácito imperial. Indiferente ao apelo do bispo, o padre Luís de Almeida fez questão de publicar em jornais por todo o Brasil o seu discurso na loja maçônica. O bispo novamente admoestou o sacerdote, exortando-o para que deixasse a maçonaria e reparasse aquilo que estava se tornando um escândalo. O padre Almeida Martins se obstinou no ato, e por isso o bispo suspendeu as suas ordens sagradas (VACCARIA, 1952).

Com essa atitude do bispo do Rio de Janeiro, as lojas maçônicas se sentiram ofendidas; principalmente o próprio Visconde do Rio Branco. Assim, a 16 de abril de

1872², realizaram uma Sessão Extraordinária, onde foi decretada intensa campanha da imprensa contra o episcopado e a Igreja a ser feita em todo o Brasil, unindo os dois grandes orientes da Maçonaria, o Vale dos Beneditinos e o Lavradio. Não obstante, a questão tomou tamanha proporção que transbordou os limites da Corte, invadindo os cantos mais longínquos do país. Ao chegar ao nordeste, àquela questão foi de encontro ao recém-nomeado bispo de Olinda, Dom Frei Vital Maria, que ainda se encontrava na província de São Paulo, local em que acabara de receber a unção episcopal. As armas estavam preparadas, e o jovem bispo era considerado um perigoso ultramontano, e que por isso as pessoas de Pernambuco deveriam ser precavidas daquilo que as esperava (GUERRA, 1952).

A Maçonaria presente no Brasil se diferenciava, até então, em suas ações, da europeia, pois em terras brasileiras ela se adaptou aos credos, às instituições e às poesias religiosas, assim como à tradição liberal que havia penetrado na consciência brasileira, fazendo com que certo cientificismo político entusiasmasse as pessoas. Porém, a reação, principalmente desencadeada pelo recém nomeado bispo pernambucano, era totalmente inesperada pela maçonaria, que havia se acostumado à passividade dos bispos, como fora no Rio de Janeiro, onde o bispo local pouco reagiu às agressões. Jamais um membro do episcopado teve tal reação aberta e direta. Assim, aumentaram-se os ataques, fazendo com que o bispo de Olinda ficasse cada vez mais irritado. Dom Vital, que despira o hábito religioso da passividade e da bondade que faziam parte do seu temperamento, vestiu a armadura de combate político. Não mais suportou os vexames a que estavam expostos o clero, e deixaria de usar termos e atitudes pacíficas. A guerra agora seria aberta: “Absurdo contra absurdo; revide contra perseguição; justiça contra a má fé; decisão contra a violência; vanglória contra intolerância...” (GUERRA, 1952, p. 66). Com respeito aos padres, Dom Vital atuou pronta e diretamente, afastando-os de compromissos e da convivência com a Maçonaria, restando, pois, resolver o caso dos civis. As repercussões pelos acontecimentos na diocese de Olinda não tardariam a chegar à capital do Império.

² Segundo a ata de reunião do Grande Oriente, em Sessão Extraordinária, n°. 686, de 16 de abril de 1872, sob a presidência do Visconde do Rio Branco. Disponível do site da Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 20 de agosto de 2018. < http://memoria.bn.br/pdf/709441/per709441_1872_00006.pdf >

As notícias chegam ao Rio de Janeiro

Não seria estranho pensar na parcialidade do Primeiro Ministro, Visconde do Rio Branco - à época exercia a função de Grão-Mestre da Maçonaria no Brasil - que atraiu a inteira responsabilidade dos acontecimentos para o gabinete do Império, fato que poderia deixar de lado a responsabilidade do Imperador sobre os acontecimentos. Por sua vez, se a maioria no parlamento e mesmo a magistratura do Império tivessem agido de forma diversa, o Imperador poderia ter outra atitude política.

Deveras, a posição de Dom Pedro II não será a mesma de toda a família imperial. Por exemplo, a herdeira do trono, Princesa Isabel, agiria com muita prudência perante os atos de seu pai junto às partes envolvidas; porém ao interceder pelos bispos que seriam presos, a Princesa sofreria, posteriormente, os efeitos da grande campanha contra a “beata” que nunca deveria assumir o trono. D. Pedro II era figura singular, e realmente não era ligado à religiosidade da Igreja. Aproximava-se do liberalismo presente na Maçonaria de então; era reformista, liberal na esfera da cultura e não estava ativamente ligado ao catolicismo às enunciações místicas da religiosidade que estavam implantadas na massa popular. Contudo, não podemos considerar o Imperador como ateu, mas católico por sua tradição e ancestralidade familiar.

A questão que se colocava era o levante da Igreja contra o Estado através do direito dos bispos de exercerem a administração das irmandades religiosas. Tal direito cabia ao poder espiritual ou temporal? Para os regalistas³, não era assunto dos bispos. Para a Igreja, não era assunto para o poder temporal.

A imprensa de Recife

A imprensa recifense teve papel marcante nos embates de ideias que ocorreram durante a década de 1870.

Entre 1870 e 1876 o Recife é teatro dum intenso debate filosófico-religioso, que se reflete na imprensa sob a forma de polêmicas e discussões, muito ao gosto do tempo. É precisamente nessa fonte que devemos procurar a gênese da chamada Questão Religiosa, dessa luta entre a maçonaria e os Bispos de Olinda e do Pará, ou melhor, entre o Estado e a Igreja. Na imprensa do Recife – a imprensa católica e a imprensa maçônica – travou-se um longo debate, que não somente mostra uma fase do jornalismo pernambucano, mas o ardor do combate. (PEREIRA, 1966, p.19).

³ Doutrina que defende a intervenção do chefe de estado em assuntos internos da Igreja Católica.

O que estava ocorrendo na imprensa de Recife transformou Pernambuco “no centro principal de irradiação anti-clericalista [sic] e a presença ali do bispo Dom Frei Vital, de ações decididas e corajosas, atraía para o Recife as atenções de todo o Brasil”. (GUERRA, 1952, p. 82). O turbilhão que se formava na intelectualidade pernambucana é bem relatado por Wilson Martins:

[...] uma parte do clero e dos fiéis, simpática às tendências liberais, tomou posição contra os bispos; ao contrário, o segmento conservador dos políticos, publicistas, intelectuais, jornalistas, professores, batalhou em favor dos seus pontos de vista, contra a ‘opressão’ e a ‘violência’ do poder público. Entre estes últimos, merece destaque o jurista recifense José Soriano de Sousa, filósofo e publicista ultramontano [...]; era diretor do jornal católico *A União*, único periódico que assumiu a defesa de D. Vital. Havia então no Recife, segundo enumerava o próprio Bispo de Olinda, dois jornais maçônicos, *A Família Universal* e *A Verdade*; [...] (MARTINS, 1996, p.387)

Também nessa época são feitos abaixo-assinados que são levados ao povo para solicitar ao Imperador punições severas aos ultramontanos, o que levou o jornal católico *A União* a publicar que várias pessoas se diziam coagidas a assinarem as petições contra sua vontade.

Perturbações públicas em Pernambuco

Em verdade, a população - ao ser privada da totalidade dos sagrados ofícios religiosos, que haviam sido suspensos - começou a engendrar conflitos. Boa parte dos fiéis ainda se mantinha firme e piedosa junto aos seus vigários, porém outra parte revoltou-se e fez coro com a maçonaria. A ordem pública já estava se perturbando, o que provocou a reação do poder imperial, onde o Ministério da Justiça oficiou o presidente da Província, Comendador Henrique Pereira de Lucena sobre onde chegariam essas perturbações da ordem, comunicando o envio de tropas, munições, equipamentos, para conter problemas futuros.

Dom Frei Vital, ao chegar à sede do episcopado de Olinda, soube preparar cuidadosamente um corpo de combate de religiosos dedicados, colocando-os nas principais paróquias da Diocese. Ao soarem as trombetas dos litígios, o clero da Diocese manteve-se fiel ao seu bispo, que já afastara aqueles que eram suspeitos de alguma forma. No Recife, os motins eram corriqueiros, e o ambiente na cidade era de pura desordem. Por exemplo, na missa de Natal a 24 de dezembro de 1872, quiseram obrigar

DOM VITAL:

o pároco, Simão d'Azevedo Campos, a celebrar a cerimônia na porta externa da Matriz, sem prévia licença do bispo, como era a norma. E, ante a recusa do padre, alguns elementos exaltados quiseram linchá-lo, apedrejando toda a casa onde ele havia se refugiado (GUERRA, 1952).

Em decorrência dos conflitos que surgiam, qualquer entendimento possível estava cada vez mais distante. As ofensas vinham de ambos os lados e se intensificavam casos de irmandades religiosas que proibiram a entrada de padres em suas próprias igrejas. Porém, o maior incidente ainda estava para acontecer: o deão do Cabido de Olinda, Reverendo Joaquim Francisco de Faria, bem estimado na Maçonaria, mas desobediente aos princípios religiosos, fora advertido por Dom Vital. Reincidente, acabou por ser suspenso pelo prelado.

Foi este um motivo para graves perturbações da ordem pública. Na tarde de 14 de maio teve lugar uma manifestação de solidariedade ao deão Faria, partida de vários exaltados, seguindo-se uma passeata de protesto que se dirigiu ao colégio dos Jesuítas, localizado no Recife, em cuja capela, repleta de fiéis, estava sendo rezado o mês Mariano. A turba encolerizada invadiu a igreja quebrando os púlpitos, confessionários, painéis, quadros e até imagens, enquanto os padres que reagiam eram espancados, vindo um deles, o padre Virgili, que na ocasião já se encontrava doente, a falecer vítima da violência da agressão. Da capela seguiu para as tipografias do jornalzinho "O Católico" e do jornal "A União", empastelando-os e destruindo tudo: tipos, livros, coleções, máquinas, biblioteca, etc. Não satisfeita ainda rumou para os colégios das Irmãs de Santa Doroteia e para o próprio palácio do bispo, onde chegaram até a arrombar o portão principal, com fins inconfessáveis, é obvio...Nesta ocasião Dom Frei Vital, depois de mandar iluminar todos os aposentos, apresentou-se pontificalmente revestido, da sacada do palácio, ante a multidão alucinada, que, estremeceu de respeito, parando nos seus ataques. Foi então que a polícia se apresentou, dispersando, sem dificuldade, o povo. As autoridades provinciais limitaram-se a mandar ligeiros informes para a Corte, enquanto a imprensa silenciava lamentavelmente. O único protesto levantado foi a circular de 19 do mesmo mês, dirigida por Dom Frei Vital aos fiéis do Recife [...] (GUERRA, 1952, p.89-90).

Segue, pois, os trechos dessa circular de Dom Vital, posterior ao grave acidente ocorrido:

Depois dos nefastos acontecimentos, que há dias, surpreenderam tão desagradavelmente a nossa pacífica população, levando a consternação e o assombro ao seio das famílias, e desafiando a justa indignação até mesmo dos indiferentes, sentimos a imperiosa necessidade de fazer-vos ouvir a nossa voz de Pastor.[...] Com espanto e amargura deparemos por toda a parte com destroços, estragos e sinais de devastação vandálica. Vimos, compungidos, as pacientes vítimas contusas e feridas; mas, resignadas e com o sorriso da inocência nos lábios. Contemplamos, com respeito e veneração desvios ao mártir, uma delas sobre quem desfecharam golpes

sacrílegos, no próprio leito da dor, no qual, a dias, jazia enferma. Parece incrível nem sequer ao mísero doente pouparam! Vimos e tocamos as suas feridas. Vimos, com pasmo e dor indizível, as lajes e as paredes tintas do seu sangue sacerdotal.

Oh! Pernambuco! Pátria sempre amada! Pátria muito querida! Consentiste que dentro em teus muros fosse derramado o sangue inocente! Deixaste que alguns dos teus filhos pusessem mão violenta sobre o ungido do senhor! (VITAL apud GUERRA, 1952, p. 90-92).

Apesar de tudo, Dom Frei Vital não transigia em seu combate a Maçonaria, e continuava com os interditos contra as irmandades e confrarias religiosas, chegando ao ponto de praticamente paralisar o culto religioso em algumas cidades da Diocese. É de fundamental importância assinalar que Dom Frei Vital adquiriu a sua formação intelectual em uma Europa saturada de ódio recíproco entre o clericalismo e o anticlericalismo maçônico. Ao ser escolhido bispo, Dom Frei Vital observava a deficiência vivenciada pelo clero no Brasil: os prelados se mostravam incapazes, por sua baixa formação clerical decorrente da redução do noviciado imposto pelo governo Imperial.

A prisão de Dom Vital

Eis que a Questão Religiosa começava a tomar as suas conclusões. Dom Vital era irredutível em não reconhecer a competência do Supremo Tribunal da Justiça em matéria espiritual. Contrariado, o Supremo Tribunal de Justiça decretou a prisão do Bispo. O mandado de prisão datava de 22 de dezembro de 1873, e declarava que a autoridade judiciária e a Polícia deveriam prender o referido bispo e enviá-lo imediatamente à cidade Rio de Janeiro, para defender-se e assistir ao julgamento (REIS, 1940). No ato da prisão, Dom Vital ouviu as interpelações do juiz, negando-se a obedecê-las ao evocar imunidades eclesiásticas que lhe garantiam a liberdade de expressão. O juiz, embaraçado, requereu auxílio ao chefe de Polícia, de dois oficiais e demais agentes. Enquanto esperava, o bispo foi aos seus aposentos, regressando assim que chegou a força policial.

[...] apresentou-se em paramentos pontificais com mitra e báculo. Leu sua carta de protesto contra o decreto de prisão que violava as imunidades eclesiásticas. Depois disto encaminhava-se, assim paramentado, disposto a ir a pé até a prisão. Mas o juiz, receando um tumulto popular, pôs a mão sobre os ombros de D. Vital, declarando-o preso. Fê-lo em seguida entrar num carro qualquer, e o levou, sem mais, para o Arsenal da Marinha. Este ato provocou a indignação de parte do povo, que já antes da prisão bradava em Recife: Queremos livre o nosso Bispo, não deixaremos que o levem daqui; lutaremos com todas as forças! (VACARIA, 1957, p.58).

DOM VITAL:

A violência do ato chocou o espírito público. Mesmo a imprensa se conteve, pois se tratava de um espetáculo inédito: um bispo retirado à força de sua Diocese, remetido à Justiça civil para ser preso. O Brasil não era uma nação com maioria protestante, mas católica, onde a Constituição definia que ninguém poderia ser perseguido por motivos religiosos. Era, todavia, castigado exemplarmente, como um funcionário público desobediente.

Decidiu-se por levar rapidamente o prisioneiro para o Rio de Janeiro. Na noite de 5 para 6 de janeiro, o navio de guerra “Recife” saía do porto pernambucano em direção à capital do Império. No dia 8 de janeiro, ao desembarcar em Salvador, Dom Vital foi alvo de manifestações por parte dos católicos baianos, principalmente do Primaz do Brasil - Dom Manuel Joaquim de Silveira - que severamente se pronunciou na ocasião contra a violência e a injustiça praticada contra Dom Vital pelo Governo Imperial (VACARIA, 1957). Para desviar a atenção dos protestos que estavam se formando, transferiram Dom Vital para o navio de guerra “Bonifácio”. Dom Vital aportou no seu destino final no dia 13 de janeiro e foi rapidamente conduzido em sigilo para o Arsenal da Marinha. Porém, a notícia de sua chegada começava a se espalhar. No primeiro instante, o bispo do Rio de Janeiro, Dom Lacerda, foi visitá-lo e para testemunhar sua admiração e total apoio aos seus atos, retirou sua cruz peitoral e a entregou ao bispo pernambucano, oferecendo toda a jurisdição de sua Diocese (VACARIA, 1957).

Julgamento e condenação

De fato, após um julgamento em que Dom Vital permaneceu calado por não reconhecer a competência do Supremo Tribunal de Justiça (VACARIA, 1957), o bispo olindense foi condenado “a quatro anos de prisão com trabalhos e custas”. Dom Vital foi o primeiro Bispo da história do Brasil a ser levado a um Tribunal, o 2º funcionário público da história condenado, e o primeiro a quem foi imposta uma pena. A prisão dos bispos Dom Vital e Dom Macedo Costa, apenas aparentemente encerrou a Questão Religiosa. O francês Jacques-Melchior Villefranche, biógrafo do Papa Pio IX, dedicou algumas páginas na biografia do Sumo Pontífice ao Bispo de Olinda, e comenta na ocasião a referida prisão.

A maior parte dos bispos do Brasil telegrafaram a felicitar monsenhor

Oliveira; todavia, somente um teve a coragem de se lhe associar, imitando-o. Foi este o bispo do Pará, o qual também não tardou a passar do seu palácio episcopal para uma prisão. (VILLAFRANCHE, 1877, p.515).

O poder estatal se sentia vitorioso, mas a consciência nacional ficava incomodada ao ver bispos presos em um país que o catolicismo era a religião oficial do Estado. O Imperador pensava que com a punição dos prelados, o caso estaria encerrado. Todavia, o Episcopado brasileiro começou a demonstrar grande solidariedade aos bispos presos, inclusive com a solidariedade de bispos do exterior:

Os Exmos. Arcebispo Primaz e Bispos de Mariana, São Paulo, Diamantina, Goiás, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro; e entre os estrangeiros os bispos de Guarda, Braga e Angra (Portugal), Chartres na França, Lerino (Nápoles), o Arcebispo de Santiago, os Bispos de Concepción, Himerio com Clero e fiéis, de La Serena (Chile), Arcebispos de Haiti e de Buenos Aires. Professores e alunos do Colégio Pio Latino-Americano, Associação das Obras Pontifícias da Bélgica, Associação Católica da Grã-Bretanha e de Portugal. (OLIVOLA, 1937, p.186).

Em maio de 1874, o Papa Pio IX escrevia ao Bispo do Pará e posteriormente ao Bispo de Olinda, onde aprovava inteiramente a maneira com que haviam se comportado, aconselhando-os que não esmorecessem na luta. Tais cartas foram publicadas em todo o Brasil a contragosto da Maçonaria, o que incentivava a reação do movimento católico no país. (VACARIA, 1957). Nesse momento, surgiram assinaturas de todas as partes do Brasil pedindo a libertação dos bispos e denunciando aqueles que condenaram os prelados.

Em muitas cidades e freguesias assinaram-se petições ao parlamento, e a S. M. o Imperador, para a libertação dos Bispos [...]. O lugar de honra pertence a Minas Gerais que apresentou 51.129 assinaturas; depois o Ceará com 31.325, o Pará com 6.000, e Pernambuco com 12.680, S. João d'El Rei com 226, Campanha 360, Mercês de Mar de Espanha 260, Constituição (S. Paulo)110, Ceará-Mirim 34, Caçapava 23, Lençóes 2.324, Pinheiros 63, Bagagem 302, Uberaba, etc. [...] Do Ceará veio outra petição de 5.134 assinaturas apresentando denúncia contra os Ministros Visconde do Rio Branco, Dr. J. Alfredo Correia de Oliveira, e Visconde de Caravelas, incurso no crime de maquiagem contra a Religião do estado e crime conexo de suborno. [...] No Rio de Janeiro havia Missa marcada nas diversas igrejas às 8 horas todos os dias; da mesma forma se orava em todo o Brasil. (OLIVOLA, 1937, p.186-187).

No dia 9 de fevereiro de 1875, o Sumo Pontífice escreveu súplica ao Imperador: “Liberte os Bispos e ponha termo a essa dolorosa história!” (VACARI, 1957, p.72). As reclamações e pedidos de libertação cresciam constantemente, e começaram a

DOM VITAL:

influenciar os deputados católicos. O Gabinete de Rio Branco não era popular perante a opinião pública. “Uma análise desse Gabinete mostrará que, diante dos problemas mais graves como a Questão Religiosa e o Quebra-Quilos, sua reação era meramente punitiva” (PEREIRA, 1966, p.107).

Constantes acusações recaíram sobre o Visconde do Rio Branco e o Visconde de Caravelas, os quais eram considerados instrumentos da Maçonaria. Começava assim, o declínio do gabinete Rio Branco. No dia 22 de junho de 1875:

[...] a câmara dos deputados, cansada com esta história sem saída e inquieta ao mesmo tempo com o número sempre crescente de petições a favor dos Bispos, negou-lhe a Rio Branco o voto de confiança. Findava-se assim [...] o seu Ministério. (VACARIA, 1957, p.73).

O Jornal *A União* de 3 de julho de 1875 publicou notícia do novo Gabinete. Escolhido por Dom Pedro II, a intenção do novo Chefe de Gabinete, Duque de Caxias, era resolver o caso dos bispos (PEREIRA, 1966). Neste sentido, “[...] as novas pugnas eleitorais elevaram afinal ao poder homens mais respeitosos pela independência das funções episcopais, e a perseguição brasileira chegou a seu termo” (VILLAFRANCHE, 1877, p.515).

Contudo, Duque de Caxias não agiu pelo impulso do momento ao procurar encontrar os meios para vencer a resistência do Imperador sobre os bispos, defendendo atitude moderada: “Fala-se também duma intervenção direta do Senhor Conde D’Eu e da princesa imperial Dona Isabel, a Redentora, junto do Imperador para a libertação dos Bispos” (VACARIA, 1957, p.73). As ações da Princesa Isabel, visitando Dom Vital na prisão ou intercedendo por sua libertação perante seu pai, iriam futuramente trazer consequências sobre a sua sucessão ao Trono. Eis, que, enfim, fora publicado o Decreto de Anistia n.º 5.933 de 17 de setembro de 1875, onde expressamente anistiava os “Eclesiásticos das Dioceses de Olinda e do Pará, que se acham envolvidos nos conflitos suscitados em consequência dos interditos postos a algumas irmandades das referidas Dioceses[...]” (REIS, 1940, p.319).

Com a libertação dos Bispos, chegava ao fim a Questão Religiosa. Dom Vital tratou de escrever prontamente carta ao Papa Pio IX anunciando sua libertação e uma visita *ad Limina Apostolorum*, mesmo antes de retornar à sua Diocese, para fornecer pessoalmente um relatório exato do que havia acontecido. Posteriormente, escreveria carta pastoral à sua Diocese comunicando a notícia. Porém, as consequências da

Questão Religiosa não terminariam com essa anistia.

Dom Vital embarcou para a Itália no dia 4 de outubro de 1875, e foi recebido pelo Papa Pio IX. Naquela ocasião, narrou acontecimentos em mais de uma audiência e, posteriormente, o papa lhe entregou a Encíclica *Exortae*, onde aprovaria por completo o modo de agir de Dom Vital e de seu companheiro, Dom Antônio de Macedo Costa (VACARIA, 1957). Tal Encíclica foi prontamente enviada ao Brasil por Dom Vital e amplamente publicada e lida em todas as Igrejas do Império.

Finalmente, aos 19 de setembro de 1876, Dom Vital retornava à sua Diocese pernambucana a 6 de outubro, sendo recebido em triunfo por imensa multidão que se aglomerava no porto, seguindo-o em procissão pelas ruas tomadas até a Igreja de São Pedro, onde pronunciou contundente discurso. (VACARIA, 1957). Seis dias apenas de sua chegada da Europa, Dom Vital foi ao Rio de Janeiro para apresentar o seu relatório da viagem ao governo imperial e prestar-lhe homenagens e obediência, demonstrando assim que não era um rebelde (VACARIA, 1957). Porém, o estado da sua saúde se agravara. Em 1 de maio de 1877, retornou à França em busca de tratamento. Durante a viagem, decidiu renunciar ao bispado, porém o Sumo Pontífice estimulou a sua coragem ao não admitir a sua renúncia. (VACARIA, 1957). Em 26 de janeiro de 1878, acometeu-lhe grande mal. Por conselho dos médicos, saiu de Roma em direção à França. Desembarcou em Paris no dia 13 de março, falecendo no dia 4 de julho de 1878. De acordo com a observação do Padre Provincial que o acompanhava, Dom Vital perdoou os seus inimigos. Tinha 33 anos de vida, 14 de profissão religiosa e 6 anos de episcopado.

Consequências

Efetivamente, a Anistia dos bispos encerrou a Questão Religiosa, mas não as suas consequências que provocaram reverberações políticas e crises institucionais por todo o país até a derrubada do Império. Ponto marcante, a rebelião do Quebra-Quilos atingiu quatro províncias do Nordeste (Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte), que teve como fator principal a rejeição ao sistema métrico decimal que havia entrado em vigor. O povo estava acostumado às antigas medidas, como côvados, braças, libras etc, e agora trabalhavam com quilos, litros, metros. A desconfiança popular

DOM VITAL:

era imensa. Com isso, ocorreu o aumento do preço dos alimentos, a subida dos tributos, do desemprego e o alistamento militar obrigatório, que havia sido instituído em 26 de setembro de 1874. (MONTEIRO, 1997)

O governo, por intermédio do Visconde do Rio Branco, acusou a Igreja do Nordeste pela rebelião popular e os ultramontanos por serem líderes do movimento, indicando que alguns padres estavam pregando a revolta. Na mesma época, a Questão Religiosa agitava o país; e Dom Vital, preso, afirmava em 1874. “Também isso contribuiu para a revolta do povo, ajudando a compor o quadro de insurreição espontânea e generalizada que marca o Quebra-Quilos”. (MONTEIRO, 1997, p.5). Como exemplo, na cidade de Areia, na Paraíba:

[...] os revoltosos quiseram demolir o teatro, por considerá-lo uma casa maçônica; como não conseguiram, passaram a destruir todos os móveis e objetos. Chegaram a esfaquear um retrato de Dom Pedro II, acusando o imperador de maçom. Seguiram depois para o cemitério da cidade, onde tentaram desenterrar o cadáver do juiz de direito, Francisco de Araújo Barros, por considerar que não devia permanecer enterrado em “campo santo”, pois tinha sido maçom. (MONTEIRO, 1997, p.6)

Com os questionamentos surgidos com a Questão Religiosa, a separação entre Religião e Estado passou a fazer parte de debates relacionados a temas e problemas fundamentais para a formação do Brasil.

Os campos entre a Igreja e a Maçonaria estavam perfeitamente delimitados. Dom Vital mostrou que havia uma doutrina e que essa doutrina, emanada de Roma e dos Papas, não podia ser torcida nem acomodada aos interesses dum Gabinete presidido pelo Visconde do Rio Branco. [...] Não faltaram provocações mesmo depois da Questão Religiosa, quando tudo parecia encerrado, menos uma coisa: o drama que representava a anistia para os ressentidos e vencidos. E mais: as lutas entre a Igreja e a Maçonaria. Não faltaria também quem considerasse a Questão Religiosa – que tanto aturdiu certos espíritos – um erro do Bispo, uma imprudência, um capricho. (PEREIRA, 1966, p.193).

Para João Camilo de Oliveira Torres, é comum alinhar a Questão Religiosa entre as causas que levaram à República, expondo que a prisão dos bispos tirara do trono as simpatias da população. (TORRES, 1968). A figura da Princesa Isabel, sucessora de Dom Pedro II ao trono, foi alvo de protestos mais numerosos aos endereçados ao Imperador.

A campanha republicana não se dirigia propriamente contra D. Pedro II, mas contra D. Isabel. A “beata”, eis o tema de tantos discursos e panfletos, alguns de baixo estofo moral e intelectual.

Como sabemos, os temas da propaganda republicana, em geral eram os da incompatibilidade da Princesa – e para o povo, o que valia, era que o Imperador seria um francês, que não conseguira evitar o sotaque parisiense, antipático, “pão duro”, ainda por cima. Sagazmente, a propaganda não procurava tirar, do povo, seus sentimentos de carinho para com o velho Imperador que todos amavam, preferia criar um clima de animosidade para com o “francês”. (TORRES, 1968, p.156).

Dona Isabel era católica praticante e a campanha contra ela se concentrou em seu suposto “fanatismo religioso”. Um futuro governo de Dona Isabel seria o apogeu do ultramontanismo, contrapondo o reinado liberal de Dom Pedro II, daí a comparação da Princesa Isabel com a Rainha Dona Maria I, o que a levou a responder com ironia tipicamente brasileira: “Mas minha tataravó era maluca...” (TORRES, 1968, p. 157).

Sobre a importância da participação da Princesa Imperial nos assuntos que envolveram a Questão Religiosa, e naquilo que dependeria o futuro da Coroa no Brasil, comenta Hermes Vieira alguns bastidores:

[...] procurou Isabel trabalhar pela libertação incontinenti dos dois bispos. O soberano, levando a insistência da filha à conta de seu fervor religioso, não acolheu devidamente a argumentação que ela lhe pregara para convence-lo. A Princesa, porém, não se dava por vencida. De uma feita, foi ter com Rio Branco, que ainda permanecia à frente do governo e já se tinha afeiçoado a ela. Pediu-lhe para pôr termo à questão[...]. Homem de fibra e de critério, embora a questão se iniciasse com o seu Gabinete e fosse Grão-Mestre da Maçonaria brasileira, mal terminou a conferência com a Princesa, buscou avistar-se com o Imperador, a quem propôs a intervenção da anistia aos bispos. Dom Pedro estranhou a atitude de Rio Branco. Ele se explica: as manifestações públicas eram cada dia mais fortes, em favor dos prelados, e isso impopularizava o seu Gabinete...[...] Dom Pedro, arguto e experimentado, compreendeu facilmente o porquê da resolução de Rio Branco. E não cedeu[...] eis que um dia, ao chegarem os Imperadores ao Paço, teve a Princesa a satisfação de ouvir do Soberano a notícia de que pretendia visitar de novo o Velho Mundo, logo após o nascimento do menino que ela esperava, alegando que a precariedade de saúde de Dona Teresa Cristina assim o exigia. A Princesa valeu-se do ensejo e declarou ao pai que só aceitaria a Regência com satisfação, se ele anistiasse os defensores das doutrinas e conselhos do “*Syllabus*”. O Imperador enrugou o cenho, não respondeu. Ela tornou, decidida, ao assunto. “- Pois o papai fique certo de que, se até eu assumir a Regência o caso permanecer como está, eu anistiarei os bispos. Será o meu primeiro ato!” (VIEIRA apud GUERRA, 1952, p. 242-243).

Por sua vez, expõe Torres sobre a influência da Princesa Isabel nessa década de 1870 e a sua participação na Questão Religiosa:

D. Isabel tivera influência na anistia aos bispos [...] E graças a ela, admite-se, começou a haver um verdadeiro renascimento religioso na década de 80, com a vinda de ordens religiosas, com o fim de certas restrições antigas. [...] De qualquer modo, a primavera religiosa do fim do reinado de D. Pedro II e

DOM VITAL:

que se prolongaria depois, nasceu da influência da Princesa na vida brasileira. (TORRES, 1968, p.157)

D. Isabel não fez nenhuma defesa pública para que os bispos fossem anistiados, mas mesmo o seu desejo velado pela liberação dos prelados não seria impune.

O desafio da Igreja irritou e a anistia ultrajou os maçons e seus simpatizantes, entre os quais figuravam o que hoje denominaríamos os segmentos “progressistas” da sociedade brasileira. A concessão da anistia foi amplamente atribuída à influência de D. Isabel. O *Mequetrefe*, uma revista semanal, chegou a publicar uma charge intitulada “A anistia”, na qual o perfil da princesa eclipsava o Sol, no qual estava escrito “Liberdade”. [...] A mentalidade prevalecente, que considerava a falta de racionalidade, a incapacidade nos negócios públicos e a instabilidade emocional características inatas da mulher, fez da princesa um alvo fácil de satanizar. Ela se tornou a encarnação e a gente das forças da reação que obstruíam o caminho do Brasil rumo ao progresso. (BARMAN, 2005, p.185-186)

Roderick J. Barman afirma que pela sua condição de mulher, as capacidades de D. Isabel para exercer os atributos de governante estavam sendo questionadas. A questão Religiosa explicitou a mentalidade da época contra o protagonismo das mulheres, principalmente vinda dos meios liberais e “progressistas”. Talvez, um desses indícios pode ser constatado no fato de que não foi o Imperador alvo dos detratores da anistia dos bispos, mas sim a própria Princesa. Dona Isabel receberia das mãos do papa Leão XIII a Rosa de Ouro pela sua participação na Abolição da Escravatura. Isso para muitos demonstrava a sua vassalagem a Roma. Outra visão, na opinião de Oliveira Torres, uma identificação dos objetivos políticos da Redentora com os ideais do “Papa dos operários” que viria a redigir a Encíclica *Rerum Novarum* referente à doutrina social da Igreja.

A Questão Religiosa, assim teria influído na propaganda republicana: criando um clima de hostilidade à possibilidade de um reinado social-cristão com D. Isabel, a Católica. E o que parecia o festivo raiar do III Reinado foi a grande festa final do Império: a 28 de setembro de 1888 a Princesa Imperial recebia a Rosa de Ouro. O orador, D. Antônio de Macedo Costa, o companheiro de D. Vital pronuncia famoso discurso, no qual se destaca esse trecho, verdadeiro programa para o novo reinado da união amiga entre o Trono e o Altar: “Abolimos o cativeiro material. Foi muito; mas isto foi apenas o começo; removemos um estorvo e nada mais. Cumpre agora abolir o cativeiro moral: é necessário resgatar as almas de tudo o que é baixo, vergonhoso, degradante. Restaurar moral e religiosamente o Brasil. Esta é a obra das obras; a obra essencial, a obra fundamental sobre que repousa a estabilidade do trono e o futuro da nossa nacionalidade”. (TORRES, 1968, p.158).

A Maçonaria e alguns representantes do Estado imperial, não se contentaram com

os resultados do que havia ocorrido e a libertação dos bispos. A influência da Princesa Isabel durante o litígio dos bispos conduziu críticas à sua religiosidade possivelmente adepta do pensamento tradicionalista e ultramontano. O seu marido, conde D'Eu era um religioso católico francês, o que abria discussões sobre a conveniência do esposo da futura Imperatriz ter outra nacionalidade. Um golpe militar, imbuído com um pensamento positivista, derrubou o Trono na calada da noite e a República surgia sem o clamor popular, separando a Religião do estado. Contudo, o Altar se via livre das amarras estatais, para poder atuar livremente no território nacional.

CONCLUSÃO

A década de 1870 foi de crucial importância para compreender os últimos anos do Império brasileiro. Em consequência, a figura marcante do pernambucano Dom Vital se fez presente como uma parte primordial desse momento. O jovem de saúde frágil a descobrir a sua vocação religiosa, formou-se e foi ordenado na França. Naquele país, estabeleceu contato com o pensamento ultramontano, tradicionalista e mesmo antimoderno⁴ francês, que se opunha à correnteza da Revolução Francesa, tendo um de seus expoentes Joseph de Maistre, do qual Dom Vital teve contato com suas obras e que é citado nos escritos do bispo olindense, particularmente, ao escrever as *Relações entre a Igreja e o Estado*⁵.

Dom Vital recebeu toda essa formação intelectual na França, além de observar todo o litígio histórico entre a Maçonaria e a Igreja Católica na Europa, a perseguição contra a Igreja, seja na Alemanha de Bismark ou mesmo na Itália, e sua unificação, acabando com os Estados Pontifícios, relegando o Papa aos muros do Vaticano.

Esse mesmo Dom Vital posteriormente é escolhido por Dom Pedro II (que era chefe do Padroado e responsável pelas indicações dos bispos), para tomar posse da Diocese de Olinda. Dom Vital assim chegou ao Brasil no exato momento em que a Igreja e a Maçonaria iriam iniciar os seus embates, principiando tudo no Rio de Janeiro, em

⁴ Sobre o pensamento antimoderno, principalmente entre os intelectuais do final do século XVIII, início do século XIX, conferir: COMPAGNON, Antoine. Os antimodernos. De Joseph de Maistre a Ronald Barthes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

⁵ Presente em: "O Bispo de Olinda e os Seus Acusadores no Tribunal do Bom Senso ou Exame de aviso de 27 de setembro e da denúncia de 10 de outubro, e reflexões acerca das Relações entre a Igreja e o Estado, pelo mesmo Bispo. Recife, 1873. Nessa obra consta as próprias defesas de Dom Vital contra as acusações contra ele, e seu pensamento sobre a relação entre a Igreja e o Estado.

DOM VITAL:

1872. Mas, o “homem de espanto” como era tratado por sua mãe, mesmo sendo muito jovem, não iria compartilhar da passividade com que eram acometidos historicamente o episcopado brasileiro. Chegando à Pernambuco, não se calou frente aos ataques da Maçonaria que estavam ocorrendo em todo o país contra os clérigos.

O bispo olindense não abria mão de cuidar dos assuntos espirituais, e por isso seguiu as encíclicas e bulas papais, mesmo não sendo placitadas pelo Imperador. Deveras, sua experiência era a Europa, e ele não queria que ocorresse no Brasil o que havia presenciado no velho continente. Por isso lutava com todas as forças pela prevalência de seus direitos como Bispo e a proteção dos direitos e da Tradição da Igreja. Tinha obediência ao Imperador, mas desde que este não se intrometesse em assuntos que cabiam exclusivamente aos bispos. Dom Vital defendia o Estado ter uma religião oficial. Mas, para alguns, segundo o mesmo bispo, somente era interessante ter a Igreja como a religião do Estado para controlá-la, e assim ter sob suas asas todo o poder eclesiástico, pouco ligando para as questões espirituais.

A Questão Religiosa está inseparavelmente ligada à vida de Dom Vital, pois faleceu logo em seguida à sua anistia, com 33 anos de idade. Foi 2º funcionário público a ser condenado, e o 1º a ser imposta uma pena. O clamor público contra a condenação e prisão dos bispos, como observamos, cresciam a cada momento, o que fez com que a Princesa Isabel agisse, não publicamente, mas nos bastidores, para que anistassem os bispos. Com a ajuda de Duque de Caxias, que havia assumido o Gabinete de Ministros, Dom Pedro II, mesmo a contragosto, concede a anistia. Mas como vimos às consequências da Questão Religiosa e os acontecimentos na Província de Pernambuco não terminaram na liberação dos bispos. Saldanha Marinho, que era Grão-Mestre da Maçonaria, continuaria incansavelmente seu combate contra a Igreja. A Maçonaria não ficara satisfeita com o resultado da Questão Religiosa. A atuação da Princesa Isabel na questão dos bispos, sua grande religiosidade, e sua aproximação com o Papa Leão XIII, demonstrava para os liberais, positivistas e progressistas que sua subida ao trono poderia trazer uma pauta ultramontana nos caminhos do governo, assim, sua coroação deveria ser evitada. Colocava em dúvida, inclusive, sua capacidade, simplesmente por ser mulher. A relação entre o Trono e o Altar não era mais vista como viável para o pensamento liberal e positivista que se apresentava.

As ações de Dom Vital, no mínimo, trouxeram uma dúvida sobre a conveniência dessa íntima relação entre a Igreja e o Estado. A separação entre as duas forças passou a ser discutida. De fato, as consequências da Questão Religiosa não foram as únicas que provocaram a queda da Coroa, mas contribuíram com as demais, em uma somatória de fatos que influiu os republicanos a proclamarem a República. No mais, essa figura tão fisicamente frágil de Dom Frei Vital, mas de uma personalidade descomunal, colocou definitivamente suas digitais na história brasileira, provocando também uma reação católica entre os intelectuais, que iria resultar na criação do Centro Dom Vital em 1922, inspirado nos atos e na obra intelectual do bispo de Olinda, onde despontaram personalidades como Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e Gustavo Corção.

Pode-se até discutir se o bispo olindense teve razão ou não em suas posições, se deveria ser mais enérgico ou mais moderado, porém, um fato inegável é que, inicialmente sozinho, o jovem bispo se colocou contra os mandos do Império e a prestigiada Maçonaria; fez sua própria defesa perante a justiça; levantou e deu coragem ao episcopado brasileiro, e seguindo fielmente somente aquilo em que acreditava, não entrou em contradição com a sua biografia, manteve a personalidade forte e a coragem que o acompanhava desde a sua infância, lutando por suas convicções, e até a sua morte, não deixou de ser o mesmo “homem de espanto”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Marcio Moreira. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

AZZI, Riolando. **A Cristandade Colonial. Um projeto Autoritário**. São Paulo: Paulinas, 1979.

_____. **O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano**. São Paulo: Editora Paulus, 1994.

BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil. Gênero e Poder no século XIX**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do Pensamento Político Brasileiro**. São Paulo: Aderaldo e Rothschild Editores, 2007.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DOM VITAL:

CANDIDO, Antônio. **O Método de Silvio Romero**. São Paulo: USP, 1963.

CONVENTO DA PENHA. **Dom Vital In Memoriam – 1878-1978**. Recife, 1979.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das Ideias no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1956.

DANIEL-ROPS, Henri. **V. A Igreja da Renascença e da Reforma 2. A Reforma Católica**. São Paulo: Editora Quadrante, 1999.

_____. **VIII. A Igreja das Revoluções 1. Diante de novos destinos**. São Paulo: Editora Quadrante, 2003.

GUERRA, Flávio. **A Questão Religiosa do Segundo Império Brasileiro – Fundamentos Históricos**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1952.

MACEDO, Ubiratan Borges. **A Liberdade no Império. O pensamento sobre a liberdade no império brasileiro**. São Paulo. Ed. Convívio, 1977.

MAIOR, Armando Souto. **Quebra-Quilos. Lutas sociais no outono do Império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

MATOS, Henrique Cristiano Jose. **Nossa História: 500 Anos de Presença da Igreja Católica no Brasil**. Tomo 2. São Paulo: Paulinas, 2002.

MONTENEGRO, João Alfredo. **Evolução do catolicismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1972.

MONTEIRO, Hamilton Mattos. **Revolta do Quebra-Quilos**. São Paulo: Editora ática, 1997.

OLIVOLA, Frei Felix de O. F. M. Cap. **Um Grande Brasileiro**. Recife: Imprensa Industrial, 1937.

OLIVOLA, Frei Felix de O. F. M. Cap. **Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, dos PP. Capuchinhos. Bispo de Olinda**. Recife, Escola Gráfica Editora, 1963.

PEREIRA, Nilo. **Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil**. Recife: Editora Massangana, 1982.

_____. **Dom Vital e a Questão Religiosa no Brasil**. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

REIS, Manuel Antônio dos. **O Bispo de Olinda Perante A História**. Recife: Imprensa Industrial, 1940.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **Histórias das Ideias Religiosas no Brasil**. São Paulo:

Editora Grijaldo Ltda. 1968.

VACARIA, Frei Artur de. **Dom Vital**. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 1957

VILLAÇA, Antonio Carlos. **O Pensamento Católico no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

VILLEFRANCHE, Jacques Melchior. **PIO IX – Sua vida, sua história e seu século**. Lisboa: Livraria e Editora de Mattos Moreira e Cia., 1877.

VITAL, Dom Frei Maria. **O Bispo de Olinda e seus acusadores no Tribunal do Bom Senso**. RECIFE, 1873.

Recebido em 30/08/2018
Aprovado em 10/11/2018

IDEOLOGIA E CLASSES SOCIAIS NA ONTOLOGIA DE GYÖRGY LUKÁCS

Rafael de Almeida Andrade *

Renan Araújo Kell **

IDEOLOGY AND SOCIAL CLASSES IN THE ONTHOLOGY OF GYÖRGY LUKÁCS

Resumo

O presente artigo tem como objetivo compreender os complexos sociais de ideologia e classes sociais, partindo do arcabouço onto-metodológico marxiano-lukácsiano, seguindo duas categorias centrais: a de “totalidade” e de “mediação”, daquilo que já estava contido em Marx como “síntese de muitas determinações”. A partir da tradição lukacsiana, principalmente, através de seus estudos localizados em seu livro Para uma ontologia do ser social II, buscamos traçar substancialmente como se dão as constituições ideológicas, e quais são as funções que desempenham os aspectos da ideologia no seio da sociedade de classes. Bem como Lukács entende o complexo das classes sociais e o problema da consciência de classe, isso é, a problemática da classe “em-si” e sua superação “para-si”. A pesquisa tem um caráter bibliográfico, orientada para apropriação imanente do arcabouço categorial da obra de maturidade do filósofo húngaro György Lukács.

Lukács. Ontologia. Ideologia. Classes Sociais.

Abstract

The present article has the goal of understand de social complexes of ideology and social classes, starting from the marxian-lukacsian onto-methodological framework, following two central categories: the “totality” one and the “mediation” one that came from what was already established in Marx theory as a “synthesis of many determinations”. From the lukacsian tradition, mainly, through his studies located in his book For an ontology of the social being II, we seek to draw substantially how the ideological constitutions occur, and which are the functions that paly the aspects of the ideology in the heart of the society of classes. As well as Lukacs understands the complex of social classes and the problem of class consciousness, in case, the problematic of the “in-itself” class and it’s overcoming “for-itself”. The research has, in general lines, a bibliographic character, oriented to immanent appropriation of the categorial framework of the maturity work of the hungarian philosopher György Lukács.

Lukács. Onthology. Ideology. Social Classes.

* Estudante de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP-Marília). Atualmente é Mestrando em Ciências Sociais pela mesma instituição e participa Do Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana NEOM/UNESP-Marília. E-mail: rafinha_fut9@hotmail.com

** Estudante de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP-Marília). E-mail: renan.kell@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O capitalismo é um sistema social, econômico, ideológico, cultural, político etc., responsável pela forma de sociabilidade que permeia a vida cotidiana dos indivíduos, o que dessa forma gera relações sociais permeadas pela forma do capital. A sociedade burguesa marca o surgimento de uma nova forma de relação entre os homens, isto é, no modo de produção capitalista as relações sociais são antes de tudo um instrumento de enriquecimento privado, essa é a essência do individualismo burguês, ou seja, é inerente a sociabilidade permeada pelo capital (LESSA e TONET, 2011; DOTI, 2016).

A forma individualista, privada, e de acumulação de riqueza, que caracteriza o capitalismo, faz com que esse pleno desenvolvimento seja apenas aproveitado pelas classes dominantes e negado aos trabalhadores. Essa sociabilidade gera uma permanente contradição, pois o desenvolvimento das forças produtivas significaria objetivamente, que por consequência, os homens trabalhariam menos e produziriam mais. Se analisarmos de maneira lógica, isso acarretaria em maior tempo livre para os indivíduos, pois a produção aumentaria e o tempo necessário de produção cairia decorrente do salto tecnológico, mas sabemos que isso não acontece, pelo contrário, o que ocorre é uma maior exploração do trabalhador, pois o que interessa para a burguesia é a riqueza pessoal, privada, e o aumento de lucro (*Ibidem*, 2011).

Os resultados do desenvolvimento das forças produtivas, a introdução de tecnologias avançadas, geraram resultados cada vez mais perversos para classe trabalhadora, como por exemplo: a crescente taxa de desemprego e consequentemente o aumento do “exército industrial de reserva” que amplia a concorrência e a pressão entre os próprios trabalhadores. Outro exemplo desse processo foi o aumento da jornada de trabalho em ritmos cada vez mais frenéticos, bem como a redução real dos salários impulsionados pela própria concorrência entre os trabalhadores. Assim as contradições entre a produção social da riqueza em uma escala crescente de produtividade e a apropriação privada dela é a essência de uma sociedade burguesa madura e consolidada. (*Ibidem*, 2011)

Para tanto, a tradição das análises dos complexos reais pela escola marxista limitou-se em sua grande maioria a uma análise meramente economicista da realidade.

IDEOLOGIA E CLASSES SOCIAIS

Os fundamentos sociais, compreendidos em sua totalidade real e concreta, perpassam por uma vasta área além da própria constituição do plano meramente econômico. O caráter estrutural do todo social, não pode ser compreendido se tomarmos como secundário as características da superestrutura, ou seja, os aspectos ideológicos de determinado processo histórico que está ligado umbilicalmente aos fatores econômicos de determinada sociedade.

A CONSTITUIÇÃO DO SER SOCIAL E O EMBRIÃO DA CATEGORIA DE IDEOLOGIA

A constituição do ser social perpassa necessariamente a categoria trabalho, pois a objetivação das ações humanas alienadas, e a natureza mediada pelo trabalho, reconfigura o plano real proporcionalmente a própria reconfiguração humana. O nascimento do plano ontológico do ser social vincula-se a prévia ideação das ações humanas no ato de transformação da natureza, ou seja, o que Lukács define por pôr teleológico primário nada mais é que a dimensão da totalidade da ação humana objetivada na natureza, nas palavras de Carli:

A única posição teleológica primária é o *trabalho*. O trabalho é a forma de práxis privilegiada do ser social, pela qual o gênero humano se apropria da natureza para produção de seus meios de subsistência. É a condição eterna da vida social. Trata-se de uma forma primária de posição teleológica porque é aquela que garante a subsistência humana; o caráter “primário” atribuído por Lukács diz respeito a uma determinação ontológica e não cronológica (RANIERI, 2013, p.64, *grifos do autor*).

O por teleológico primário é o que caracteriza o homem em quanto ser social, e o homem nas palavras do autor, é um ser que dá respostas. Através das causalidades abre-se o leque de alternativas que os homens através de suas ações se objetivam, e essas decisões se constituem como um momento ideal, pois é através deste momento ideal que se conclui estágios e abrem novas perguntas ainda sem respostas (LUKÁCS, 2013). Com o desenvolvimento das forças produtivas e o afastamento cada vez mais constante do homem com a natureza¹, seja através da técnica, seja através da perda da pré-ideação geral da transformação da natureza, cria-se uma dimensão que legitima e está ligado umbilicalmente aos pores teleológicos primário, o que se caracteriza por

¹ Aqui é fundamental compreender que o afastamento do homem com a natureza jamais alcançara uma autonomia sobre esta, pois a existência humana depende necessariamente do intercâmbio ineliminável entre homem e natureza.

ideologia, mais precisamente o por teleológico secundário, sobre a “elevação” do por primário ao secundário, Vaisman nos apresenta que:

a diferença básica entre os dois tipos de posições teleológicas é, pois, que, enquanto a primeira desencadeia cadeias causais, a segunda tem por objetivo o comportamento dos outros homens, isto é, provocar a mudança para uma nova posição teleológica (VAISMAN, 2010, p. 48).

Com uma complexidade constante das relações sociais, formam-se áreas que procuram dar respostas a problemas que antes não existiam no seio constitutivo do ser social, tais como as áreas jurídicas, políticas, artísticas, filosóficas, religiosas etc., onde os homens passam a ter a dimensão da realidade através dessas áreas procurando solucioná-las.

Cairíamos no plano gnosiológico se afirmássemos que a constituição da ideologia desvinculasse necessariamente do plano real, material, pois se a ideologia se caracterizasse como um ente a parte do plano concreto “a posição teleológica, formulada na consciência (momento ideal), preceda a realização material, não leva, portanto, do ponto de vista ontológico, à existência de dois atos autônomos: um material e outro ideal” (VAISMAN, 2010, p. 47). As funções das ideologias não teriam importância na apreensão do real, muito menos em sua transformação. Sobre este ponto é de extrema importância ter a dimensão da diferenciação do plano ideal e do plano ideológico, e sobre esta problemática que iniciaremos o próximo ponto, pois “O sentido concreto de ideologia, portanto, é mais amplo do que o do conceito estrito de ideologia” (LUKÁCS, 2013, p. 468).

IDEIA E IDEOLOGIA

A distinção da categoria de ideologia e ideia é fundamental, pois nem toda ideologia dominante é uma ideia e nenhuma ideia é ideologia, ou seja, a ideia tomada em seu aspecto generalizante seja por um indivíduo singular, seja por uma disseminação social, sendo esta ideia valorativa no âmbito moral, satisfatoriamente ou depreciativa, não se caracteriza por ideologia, mas podem vir tornar a ser. Um complexo de ideias, só ganhará caráter ideológico se este ao longo do seu momento ideal, mais precisamente em seu momento predominante, ou seja, a partir do momento que desempenha uma

função social, a partir do ponto que cria ferramentas sensíveis e inteligíveis na resolução de problemas cotidianos e conflitos sociais podendo vir a se constituir como ideologia.

A constituição de uma determinada ideologia em seu plano sensível e inteligível perpassa a exteriorização das ideias em caráter social, pois a constituição da ideologia é a potencialidade de transformação do plano real em dimensão histórico-social. Podemos caracterizar a constituição e consolidação da ideologia burguesa através das revoluções burguesas vinculadas e respaldadas necessariamente aos ditames da ideologia burguesa. Lukács exemplifica que a constituição de uma ideia como a seleção natural das espécies de Darwin pode vir tornar a ser uma ideologia, como se caracterizou por eugenia, supremacia branca ou “darwinismo social”, pois “a passagem de uma ideia para o plano ideológico pode dar-se no trajeto percorrido através de múltiplas mediações, inclusive de tal maneira que só no processo de mediação essa transformação se torne fato” (LUKÁCS, 2013, p. 468).

É fundamental uma caracterização da ideologia se valendo da contradição interna de seu movimento, pois a concepção de ideologia já foi caracterizada como falseamento da realidade, realidade invertida, espelhamento invertido da realidade, falsa consciência, uma consciência invertida da realidade, uma forma desfocada e transfigurada do plano concreto, ou seja, uma inverdade das relações sociais - confundindo-se em grande medida com o que entendemos como estranhamento² e ou alienação³, e mesmo as concepções de estranhamento e alienação não se caracterizam como um ente a parte do plano concreto, onde o sujeito-objeto destoa do idêntico. A contraposição da falsa consciência esta respaldada pela verdade científica (erroneamente), onde possui o caráter de valoração do que é verdadeiro e do que é falso. Onde a verdade é a ciência e a falsa acepção do real é a ideologia, é possível compreender os traços claros do

² Sobre estranhamento compreendem-se as contradições veladas e escamoteadas da realidade, um exemplo bastante claro são as religiões, porém não se limita apenas no plano religioso e perpassa as várias formas de sociabilidade humana, tais como a economia, a própria constituição do ser social – o trabalho etc.

³ Não entraremos na longa discussão tautológica conceitual da existência de alienação positiva ou negativa. Entendemos muito sistematicamente e introdutoriamente por falta de espaço que a alienação ou mais precisamente a exteriorização como o movimento de dispêndio da força vital tanto física quanto psíquica na produção e reprodução da vida.

positivismo nessas afirmações, onde a determinação do real perpassa a “verdade” pura e neutra científica.

Através das críticas dos movimentos gnosiológicos, metafísicos, positivistas, lógicos-idealistas, Lukács (2013), abre caminho para o estudo da ideologia em um patamar no plano ontológico, ou seja, a centralidade da ideologia não perpassa à abstrações infundadas, mas no próprio movimento contraditório da realidade, e toma uma posição no plano ontológico-prático. A função da ideologia está ligada diretamente na resolução de problemas reais, cotidianos no plano social. A ideologia só se faz ideologia se está à conscientizar os indivíduos no plano prático, na resolução de problemáticas cotidianas, aqui encontramos um dos aspectos ontológicos do ser social, tal qual “não poderia se desdobrar no interior da esfera da natureza (a inorgânica e a biológica), pois a sua processualidade requer a presença de um órgão e de um médium apenas existente no ser social: a consciência (LESSA, 1997, p. 14).

Dando seguimento ao debate Lukács nos apresenta,

Logo, a existência social da ideologia parece pressupor os conflitos sociais, que precisam ser travados, em última instância, em sua forma primordial, isto é, socioeconômica, mas que desenvolvem formas específicas em cada sociedade concreta: justamente as formas concretas da respectiva ideologia. Naturalmente, os portadores ontológicos imediatos de toda atividade social e, portanto, também dos conflitos, são os homens singulares. Por isso mesmo, no plano imediato, todos os conflitos também se manifestam como embates de interesses entre homens singulares ou então entre estes e grupos humanos ou entre dois grupos desse tipo (LUKÁCS, 2013, p. 471)

Podemos afirmar que os homens singulares imbuídos de consciência, utilizam-se da mediação ideológica para a resolução de problemas reais e concretos, ou seja, a ideologia tem sua gênese no auxílio de problemas cotidianos e complexos imediatos, pois a imediatividade das relações humanas é apreendida em sua forma mais fenomênica, mais imediata. As validades das afirmações até aqui expostas podem ser encontradas em formas específicas da ideologia, como é o caso do plano jurídico, político e educacional. Iremos nos temas seguintes expor o movimento que unidade contraditória da ideologia perpassa nas complexidades do plano imediato vinculadas necessariamente as lutas de classes.

IDEOLOGIA E CLASSES SOCIAIS

É fundamental expor que a ideologia está no âmbito do extra-econômico, porém em última instância suas motivações e funcionalidades estão ligadas diretamente aos ditames do movimento econômico. Podemos compreender esse movimento quando olhamos na perspectiva histórica, pois cada nova formatação da sociabilidade dos homens como, por exemplo, a transformação das forças produtivas e relações de produção criam necessariamente uma determinada ideologia, esta é a função da ideologia. Pois, “aquilo que chamamos de ontologia da vida cotidiana deve desempenhar um papel decisivo como mediação entre a condição econômica e a ideologia dela decorrente” (LUKÁCS, 2013, p. 481). A visão e a legitimidade ideológica esta vinculada necessariamente a um determinado estrato social, mais precisamente a uma classe social. Mesmo as sociedades mais primitivas⁴ possuindo um grau de desenvolvimento ainda rudimentar, eram possuidores de mitos e superstições mágicas que auxiliavam nas várias problemáticas do cotidiano. Pois,

Tudo que a cultura humana criou até hoje nasceu não de misteriosas motivações internas espirituais (ou coisa que o valha), mas do fato de que, desde o começo, os homens se esforçaram por resolver questões emergentes da existência social. É à série de respostas formuladas para tais questões que damos o nome de cultura humana (ABENDROTH; HOLZ; KOFLER, 1969, pp. 170-171).

Fica evidente que as variadas transformações sociais tiveram sua própria ideologia, sua própria cultura. Por exemplo, o mundo grego e sua mitologia legitimando suas relações de produções escravistas, o sistema feudal e sua ideologia cristã legitimando suas relações de produção servil, o sistema capitalista em seu germe tendo o protestantismo como forma legitimadora do lucro e do trabalho assalariado. Como afirma Lukács:

A história mostra que, na medida em que essa ontologia é carregada por tendências fundamentais da sociedade, muitas vezes ocorre que verdades científicas que a contradizem ricocheteiam impotentes e inefetivas nesse muro da ideologia, mas em outros casos, quando encontramos nela algum apoio, de repente adquirem um ímpeto que arrasa os preconceitos e passam a ocupar o centro da ontologia cotidiana do seu período. (LUKÁCS, 2013, p 476)

⁴ Importante frisar que o primitivo esta ligado diretamente ao modo de produção, onde as forças produtivas estão em um estágio menos desenvolvidos.

Imprescindível compreender as transformações sociais não de uma forma mecânica, onde cada forma de produção e as relações de produção tivessem apenas uma forma ideológica de legitimidade de determinado sistema, pois as formas ideológicas podem se intercalar, de acordo com as múltiplas determinações do real, ou seja, para cada nova problemática ou questão cotidiana uma determinada forma ideológica pode ganhar centralidade que antes aparecia como secundária.

ASPECTOS UNIVERSAIS E PARTICULARES DA IDEOLOGIA

Lukács se valendo das apreensões marxistas, do método de análise da realidade: a dialética, a universalidade, particularidade, fenômeno e essência, a totalidade. Compreende como fundamentais para estabelecer o movimento interno da ideologia. Procuraremos simplificar uma temática complexa dos estudos de Lukács, com a preocupação de não deturpar e generalizar o movimento do próprio conceito. Para tal é fundamental nos valermos de suas próprias palavras onde:

Na perspectiva ontologia, essência e fenômeno constituem, também no âmbito do ser social, um complexo unitário, mas que consiste de complexos reais, que se modificam e se preservam em sua interação. Essa dialética – algumas de suas determinações mais importantes foram identificadas por Hegel – mostra, por um lado, que a essência é um determinado tipo, um determinado estágio do próprio ser, que, em sua separação, em sua autonomização – relativa – do ser, ganha expressão, em sua universalidade, um movimento do próprio ser; mostra, por outro lado, que a vinculação de essência e fenômeno é necessária; a produção de fenômenos faz parte da essência da essência. (LUKÁCS, 2013, p 490).

Lukács (2013) busca analisar as contradições internas da própria ideologia, e em que medida o universal e o particular se concatenam. Pois as respostas as problemáticas cotidianas são funções particulares, de indivíduos singulares, mas que carregam em sua dimensão a totalidade da universalidade. Indivíduos singulares mesmo sem a compreensão dos fundamentos das respostas dadas a diversificados problemas são imbuídos por coerções ideológicas mesmo sem a dimensão de que as possuem. Pois a ideologia como função social, atravessa e se metamorfoseia nas relações singulares, recria-se em seu interior se valendo de respostas passadas e se transmutando de acordo com o movimento do real. A acepção do movimento da ideologia é fundamental para compreender a própria gênese ideológica, e o que sustenta uma ideologia enquanto função (LUKÁCS, 2013).

IDEOLOGIA E CLASSES SOCIAIS

A universalidade ideológica está ligada a sua particularidade, porém quando analisada em seus complexos singulares pode necessariamente possuir características diversas à universalidade, é o que Lukács (2013) define como relações causais de essência e fenômeno. As ações humanas, imbuídas de pores teleológicos, almejam e se valem de prévias ideações para dar respostas. Mas não necessariamente a finalidade corresponde com os pressupostos, com isso as causalidades entre atos singulares criam novas formas e novas respostas a problemas de novo tipo, o que “significa que a convergência e a divergência de socialidade e generidade propõe tarefas permanente novas a serem cumpridas pela atividade material e ideológica dos homens”. (LUKÁCS, 2013, p 491). Com isso fica evidente que as ações econômicas não necessariamente geram ideologias e respostas idênticas do plano econômico. Pois as relações econômicas operam independente de vontades singulares no que concerne a totalidade das relações sociais.

É possível compreender a universalidade no processo econômico global, e as problemáticas singulares de complexos particulares na sociabilidade humana. Peguemos um exemplo real como sanções econômicas e bloqueios comerciais internacionais, e a modificação da sociabilidade entre os indivíduos dos países afetados por determinados bloqueios. Ou em casos extremos de enfrentamentos bélicos entre países como E.U.A e Vietnã, e o nascimento de ideologias como o movimento beatnik. Valem-nos de alguns exemplos para demonstrar como os movimentos da universalidade e da singularidade se concatenam e sobre este ponto é fundamental sua compreensão no seio da luta de classes, e como se dá o poder da ideologia na legitimidade e ou na conservação da hegemonia de classes. É sobre esse prisma que iniciaremos o próximo ponto.

O PODER DA IDEOLOGIA E A IDEOLOGIA DO PODER

Através das análises lukacsiana de ideologia, é imprescindível nos valermos da concepção da luta de classes marxiana, para compreender os fundamentos e a coerção que o plano ideológico desempenha nas relações e nas atividades do homem. Para tal é substancial os ensinamentos de Marx sobre o assunto:

A história da natureza, a assim chamada ciência natural, não nos diz respeito aqui; mas, quanto à história dos homens, será preciso examiná-la, pois quase

toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história ou a uma abstração total dela. A ideologia, ela mesma, é apenas um dos lados dessa história. (MARX, 2007, p.86).

Os ensinamentos de Marx clareiam o entendimento da concepção de ideologia, onde afirma que as “ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante” (MARX, 2007, p. 47, *grifos do autor*). A força espiritual desempenha a função primordial no que diz respeito às mudanças sociais ou a conservação de suas próprias funções. A ideologia é o mecanismo utilizado pelas classes sociais para aglutinar a força espiritual ora para conservar ora para transformar a sociedade. Sobre a ideologia dominante Mészáros nos apresenta importantes contribuições para o entendimento, onde afirma:

a ideologia dominante tem uma grande vantagem na determinação do que pode ser considerado um critério legítimo de avaliação do conflito, já que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade. Pode usar e abusar abertamente da linguagem, pois o risco de ser publicamente desmascarada é pequeno, tanto por causa da relação de forças existente quanto ao sistema de dois pesos e duas medidas aplicado às questões debatidas pelos defensores da ordem estabelecida (MÉSZÁROS, 2004, p. 59).

A classe dominante detentora tanto dos meios de produção como dos meios de produção das faculdades espirituais de toda sociedade, busca a todo instante legitimar seu modelo e seus moldes de sociabilidade humana, no plano das artes, no gênero literário, no plano educacional, nos espaços de comunhão social, no plano jurídico, etc. Nada passa despercebido quando a luta pela hegemonia ideológica se acirra. Até mesmo o controle dos sentimentos humanos perpassa o plano unitário ideológico de determinada classe. É sobre esse ponto e essa problemática que daremos continuidade em nosso estudo.

O COMPLEXO DAS CLASSES SOCIAIS

Nesse sentido, o trabalho é um ato de pôr consciente, como já vimos. No que diz respeito ao dever-ser no trabalho, determina não só o seu comportamento no trabalho, mas seu comportamento em relação a si mesmo, enquanto sujeito do processo de trabalho. Este, no entanto, é um processo entre homem e natureza, seu caráter ontológico essencial. Na esfera societal os indivíduos também podem agir sobre as

causalidades postas em movimento que se relacionam socialmente a partir do fim postos anteriormente. Dessa forma, como assegura Lukács, a constituição de um fim posto do objeto e dos meios, também determina a essência do comportamento subjetivo, o que promove certas qualidades dos homens, e que mais tarde serão de grande importância para formas de *práxis* mais desenvolvidas (LUKÁCS, 2013).

Porém, quando falamos de pores teleológicos, com fim de induzir outros homens a pores teleológicos, que eles mesmos deverão realizar, a subjetividade de quem põem adquire um papel fundamentalmente diferente, pois o desenvolvimento das relações sociais entre os homens vai implicar também que autotransformação do sujeito torna-se um objeto imediato de pores teleológicos, cujo caráter é um dever-ser. Claro que esses pores em si têm uma complexidade muito maior, mas exatamente porque também se distinguem qualitativamente das formas do dever-ser do processo de trabalho. Portanto: “o fato fundamental comum de que se trata, em todos os casos, de relações do dever-ser, de atos nos quais não é o passado, na sua espontânea causalidade, que determina o presente”, pelo contrário “é a tarefa do futuro, teleologicamente posta o princípio determinante da *práxis* a tais atos” (*Ibidem*, 2013, p. 105, *grifos do autor*).

O dever ser no processo de trabalho já contém, enquanto tal, possibilidades de variados tipos, tantos objetivos como subjetivos. Quais dessas e de que modo se tornam realidade social depende do respectivo desenvolvimento concreto da sociedade e – também sabemos isto – somente se pode compreender tal desenvolvimento de maneira adequada, em suas determinações concretas, *post festum* (LUKÁCS, 2013, p. 106, *grifos do autor*).

O ser social é dessa maneira um ser histórico em constante desenvolvimento, posto pela sua própria atividade, em uma condição dialética de permanente relação de necessidade-superação-nova necessidade, resultado de pores teleológicos singulares e de suas realizações, ambos nas formas de alternativas, que é realizada em determinado tempo e espaço histórico. Assim o aperfeiçoamento do trabalho é uma característica ontológica desse ser social que da resposta as necessidades concretas, “disso resulta que, ao constituir, o trabalho chama à vida produtos sociais de ordem mais elevada” (LUKÁCS, 1978, p. 08; MAZZEO, 2015).

A necessidade histórica, entretanto, não é e nunca foi uma força *independente* da vontade dos homens. Os homens – os indivíduos – agem,

cada um perseguindo seus próprios fins. As ações individuais, todavia, na medida em que alcançam repercussão na história coletiva não são puramente casuais, arbitrárias, porque partem de desafios concretos, objetivos, colocados pela situação material em que vivem os homens de cada época, de cada povo, de cada classe social (KONDER, 2009, p. 49, *grifos do autor*).

O processo de desenvolvimento dos homens é sempre contínuo, porém não linear, em uma constante absorção, interação, reprodução e descoberta de novos conhecimentos derivados de objetivações passadas e de novas necessidades concretas. Assim, é por meio desse processo dialético que os homens desenvolvem suas forças produtivas, em graus mais elevados, em constante aperfeiçoamento, como é o caso da divisão do trabalho.

A divisão do trabalho é um processo elementar do desenvolvimento do próprio trabalho, se constitui como consequência de pores teleológicos singulares de homens singulares, porém uma vez existentes, defronta-se com homens singulares na forma de poder social, tal poder assume em relação a eles um caráter autônomo de ser, embora esse tenha surgido dos seus próprios atos de trabalho. Juntamente com esse processo aparecem dois complexos que diferenciam com nitidez a sociedade originalmente unitária: a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual e a divisão entre cidade e campo, que ininterruptamente se cruzam com o surgimento de classes sociais e os antagonismos de classes (LUKÁCS, 2013).

Cabe-nos ressaltar nesse momento, que as posições teleológicas que se manifestam a partir da divisão do trabalho, já não se tratam de elaborar fragmentos da natureza de acordo com as necessidades humanas, mas, nesse caso, esses homens são induzidos a realizar algumas posições teleológicas segundo um modo predeterminado, ou seja, torna-se necessário encontrar meios em que garantam a unidade finalística na preparação e na execução do trabalho (LUKÁCS, 1978; LESSA; TONET, 2011).

Com a diferenciação social de nível superior, com o surgimento das classes sociais com interesses antagônicos (escravos e senhores, senhores feudais e servos, e a que nos cabe nesse momento do texto o proletariado e a burguesia), o pôr teleológico torna-se o que o marxismo vai denominar de ideologia. Com os conflitos de classe manifestados pelas contradições das modalidades de produção mais desenvolvidas, a

IDEOLOGIA E CLASSES SOCIAIS

ideologia produz formas através das quais esses homens tornam-se conscientes desse conflito e neles se inserem mediante a luta, ou no caso da ideologia dominante, produz a mistificação da realidade e manutenção da dominação (LUKÁCS, 1978).

O caminho até a primeira divisão está contido, em germe, já na mais primitiva divisão do trabalho: os pores teleológicos necessários assumem, como vimos, duas formas: pores que buscam realizar a transformação de objetos da natureza (no sentido mais amplo possível da palavra, incluindo, portanto, também a força da natureza), visando realizar fins humanos, e pores que se propõem a exercer influência sobre a consciência de outros homens, visando levá-los a executar os pores desejados (LUKÁCS, 2013, p. 180).

Quanto mais o trabalho se desenvolve e com ele a divisão do trabalho, mais autônomos são os pores teleológicos secundários (ideologia), assim quanto mais autônomos são os pores teleológicos secundários, mais se desenvolve como complexo da divisão do trabalho. No plano social, com o surgimento das classes sociais, os pores dessa espécie podem ser colocados de forma espontânea ou institucional a serviço da dominação sobre aqueles oprimidos (LUKÁCS, 2013).

A reprodução social de fato se realiza, em última análise, nas ações dos homens singulares – a realidade do ser social se manifesta de modo imediato no homem –, mas essas ações a serem realizadas forçosamente se encaixam uma na outra para formar complexos de relações entre os homens, que tendo surgido, possuem certa dinâmica própria, isto é, não só existem, se reproduzem e se tornam socialmente operativos independentemente da consciência dos homens singulares, mas também proporcionam impulsos mais ou menos, direta ou indiretamente, decisivos para as decisões alternativas (*Ibidem*, 2013, p. 180).

Com os desdobramentos da divisão do trabalho, transpassa-se para sua forma histórica mais importante, o processo de formação das classes sociais e sua diferenciação. Onde sua origem reside no valor de uso específico, gradativamente surgido, da força de trabalho, capaz de produzir mais do que é necessário para sua reprodução. Essa diferenciação de classe “é o desenvolvimento da produção, de suas formas e limitações específicas, que determina o tipo da diferenciação de classe, da função social e da perspectiva das classes” (LUKÁCS, 2013, p. 183).

As relações de produção são predominantemente determinadas pela forma particular de cada modo de produção, esse é seu estatuto ontológico, dessa forma se determina as formas particulares de cada classe. Cada sociedade em particular é fundada por um modo particular de trabalho, as classes sociais existem apenas enquanto

determinação reflexiva. Ou seja, do ponto de vista ontológico, cada classe social enquanto complexo social, só pode existir em certa sociedade, por essa razão, a sua existência se dá por meio de uma irrevogável relação com a totalidade da sociedade, com as forças produtivas em geral e com as demais classes dessa mesma sociedade. De certa forma, isso nos mostra que uma classe só existe socialmente em interação prática com as demais classes (LUKÁCS, 2013).

Marx (2007, p 154) apud Lukács (2013, p. 184):

As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim essa massa já é uma classe diante do capital, mas não o é para si mesma. Na luta (...), essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma.

Dessa maneira, o proletariado se forma como classe “em si”, isto é, como produto das determinações objetivas. Marx indica que a condição do “em si” e “para si” se relaciona com conjunto das relações de produção e das contradições que daí emerge, isto é, da luta entre capital e trabalho. Lukács (2013) ressalta, que por mais que as classes formem complexos sociais singulares, determinados economicamente dos modos de produção, esses complexos sociais, existem em relações e referências recíprocas.

Pois bem, a partir da citação anterior de Marx, podemos constatar que de fato, as questões objetivas, determinam objetivamente as relações entre os complexos de classes antagônicas, e que essas se formam “em-si” como produto objetivo, investigando sempre de modo concreto as posições ontológicas do pensamento: “nas conexões do ser, das relações do ser, das mutações do ser etc. que ocorrem no âmbito do ser social” (LUKÁCS, 2013, p.186). O movimento do ser social, e o desenvolvimento das classes sociais e de sua relação recíproca nos mostra, a tendência que tentamos demonstrar até o momento: “o caráter cada vez mais social do ser e de suas relações” (LUKÁCS, 2013, p. 187).

O PROBLEMA DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

O problema da classe “para-si” desenvolve-se a partir do “em-si” o que nos indica que o “ente objetivo da classe origina-se das relações de produção concretas” (LUKÁCS,

2013, p. 184). O proletário, entretanto é simultaneamente, pela sua posição de classe subordinada em relação à burguesia, o que constitui o antagonismo irreconciliável da sociedade capitalista (MÉSZÁROS, 2008).

Quando se fala de classes revolucionárias, o que importa, antes de tudo, é dar relevo a divisão entre classe em si, isto é, a classe confrontada com a classe dominante, e a classe para si mesma (LUKÁCS, 2013, p. 521).

A consciência proletária é, portanto, a consciência do trabalhador de seu ser social “encaixado” em um antagonismo necessário do próprio metabolismo do capital, “em oposição à contingência de grupo que percebe somente parte mais ou menos limitada da confrontação global” (MÉSZÁROS, 2008, p. 72). A necessidade do reconhecimento da contradição entre o “ser” e a “existência” do proletariado traz consigo a tarefa de superar o abismo entre a consciência de grupo e a consciência de classe, ou seja, transcender os limites da consciência econômica de grupos determinados de trabalhadores em direção a uma consciência global de seu ser social (MÉSZÁROS, 2008). Aquilo que Lenin se depara no processo revolucionário russo: estamos de “acordo que é preciso desenvolver a consciência política da classe operária” a “questão que se coloca é como fazê-lo e o que é necessário para isso” (LENIN, 2015, p. 134). O desenvolvimento da consciência da classe “para-si” é um processo dialético, através da realização das mediações necessárias de uma atuação autoconsciente.

o erro capital de todos os “economistas”, a saber: a convicção de que se pode desenvolver a consciência política de classe dos operários, por assim dizer, *a partir do interior* da sua luta econômica, isto é, partindo unicamente (ou, pelo menos, principalmente) dessa luta, baseando-se unicamente (ou, pelo menos, principalmente) nessa luta. (...) A consciência política de classe não pode ser levada ao operário senão do exterior, isso é, de fora da luta econômica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões. A única esfera de onde se poderá extrair esses conhecimentos é a das relações de *todas* as classes e camadas com o Estado e o governo, na esfera das relações de *todas* as classes entre si. Por isso, à questão: “que fazer para levar aos operários conhecimentos políticos?” – não se pode simplesmente dar a resposta com a qual se contentam, na maioria dos casos, os militantes práticos, sem falar daqueles que tendem para o “economismo (...)” (LENIN, 2015, p. 135, *grifos do autor*).

A partir da citação de Lenin, percebemos que de fato o desenvolvimento direto ou espontâneo da consciência de classe, seja por um impacto das crises econômicas ou como resultado do auto-esclarecimento individual, não passa de um sonho utópico (MÉSZÁROS, 2008). Lukács ainda ressalta:

Desse modo, a luta imediata, na qual está em jogo o mais-valor, é inserida no grande complexo da sociedade como um todo; a politização comporta um direcionamento para a totalidade do ser social que visa a mudança prática, cujo meios espirituais só podem ser as generalizações das determinações sociais, porque só através de mediações dessa espécie os movimentos espontâneos de insatisfação conseguem se transformar em atos políticos que, sob certas circunstâncias, podem ser sintetizados numa ação revolucionária (LUKÁCS, 2013, p. 521).

Dessa maneira as generalizações de orientação político-prática, embora seus pontos de partida sejam individuais, por estímulos intelectuais e emocionais, constituem o meio pela qual a *práxis* política pode extrapolar os interesses (econômicos) imediatos de classe, e transformar-se em um movimento universal (LUKÁCS, 2013). Segundo Mazzeo (2015), a relação imediata entre teoria e prática se realiza permanentemente na vida cotidiana dos homens, pelo processo de reprodução social, possibilitando dessa forma o desenvolvimento de outra relação, que se estabeleça e transforme os nexos imediatos em nexos mediados pela reflexão sobre o cotidiano, realizado em sua base material, mas ao mesmo tempo distanciado de sua imediatez mesma. Não é por acaso, que na citação anterior de Lenin ele ressalta que a consciência “vem de fora”, ou seja, em um sentido de distanciamento das relações imediatas que se estabelecem entre trabalhador e patrão, de forma que esse “de fora” seja a ligação de uma visão global (totalidade) da sociedade, que só pode ser atingida por meio da reflexão científica.

Conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados não podem, no entanto, ser separados; enquanto existirem homens, a história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente. A história da natureza, a assim chamada ciência natural, não nos diz respeito aqui; mas, quanto à história dos homens, será preciso examiná-la, pois quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história ou a uma abstração total dela. A ideologia, ela mesma, é apenas um dos lados dessa história (MARX, 2007, p.86).

Objetivamente nos coloca a dimensão para a superação da consciência debilitada pelo estranhamento, ou seja, superar os limites impostos pela vida cotidiana, necessariamente implica em apreender a realidade e superar os limites da imediatez, reorientando a ação política por meio do entendimento da forma de produção e reprodução da vida. A relação entre conhecimento e a imediatez cotidiana não pode ser estabelecida mecanicamente, como um resultado direto de causa

e efeito, mas ao contrário, é uma relação dinâmica e mediada pelos vários complexos (MAZZEO, 2015).

O fator subjetivo da história tem papel fundamental, pois, consegue desenvolver todo potencial para enfrentar e resolver os conflitos, por um lado, a insatisfação imediata com as condições sociais concretas dadas, e a oposição contra elas, chega teoricamente à negação da sua totalidade, por outro lado, a fundamentação daí resultante não permanece mais como mera crítica da totalidade existente, mas se converte em práxis pela absorção das concepções obtidas, ou seja, “elevar a noção teórica à condição de práxis eficaz da ideologia” (LUKÁCS, 2013, p. 523).

Lukács nos mostra com muita clareza que as grandes transformações históricas, jamais se constituem de forma mecânica do processo de desenvolvimento produtivo. A consequência histórica necessária do desenvolvimento econômico, pode até criar condições objetivamente revolucionárias, “mas de modo algum produz simultaneamente em conexão obrigatória com elas o fator subjetivo fática e praticamente decisivo” (LUKÁCS, 2013, p. 524). E ele ainda ressalta:

De modo universalmente ontológico, elas estão baseadas, em última análise, no caráter alternativo de toda resolução humana, cujo pressuposto necessário é que os mesmos acontecimentos sociais influem diferentemente sobre os diferentes estratos e, em seu âmbito, sobre os diferentes indivíduos. Contudo, só esses acontecimentos, as condições por eles criadas, podem ter uma determinidade evidentemente causal. Naturalmente cada modo de reação de todo homem singular tem a sua pré-história causal concreta; e a sua influência determinante não é nem de longe tão unívoca quanto a conexão entre dois fenômenos econômicos (*Ibidem*, 2013, p. 524).

Portanto, a transcendência da classe “em-si”, (sua condição alienada/estranhada), e o desenvolver da sua consciência alienada, como momento que impulsiona sua crítica e superação, não se realiza espontaneamente, isto é, não resulta das manifestações espontâneas da consciência produzidas pela imediaticidade da práxis cotidiana, o conhecimento da alienação requer um complexo de mediações, que exige a unidade dessa consciência espontânea produzida pelos vínculos imediatos entre teoria e prática com a incorporação de nexos mediativos elaborados pela ciência. Dessa forma, o problema reside em ligar o “em-si” produzido na vida cotidiana pela consciência imediata, ao “para-si” construído por mediações com base na própria realidade objetiva: “toda a

questão reside na busca da essencialidade das manifestações fenomênicas cotidianas” (MAZZEO, 2015, p. 12).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente que a transposição da vastidão intelectual e filosófica de Lukács só poderia ser delineada no presente artigo em sua forma mais objetiva, mais sistematizada e com um recorte que abordasse o conceito de ideologia e luta de classes nos seus estudos da ontologia do ser social, no que compete uma breve exposição dos conceitos. É fundamental ressaltar que por parte dos autores o tema não se finda no ponto final. Os estudos dos complexos teóricos e práticos que se encontram na teoria lukacsiana vão além das delimitações que optamos no presente artigo. Pois, o movimento das contradições reais de nosso tempo presente, pode ser analisado pela atualidade e validade dos ensinamentos lukacsianos, porém como toda teoria marxista ele não pode ser associado dogmaticamente e engessada em suas aspirações. A ideologia dominante a todo instante recria-se e modifica-se, com isso a luta de classes, a cada novo ciclo se transmutam, ora voltando aos seus pressupostos constitutivos, ora se valendo do novo e melhor modelo socioeconômico que foi constituído pela história.

A atualidade dos estudos de ideologia e lutas de classes na ontologia de Lukács contribui com a elucidação dos fundamentos teóricos burgueses, bem como da ideologia que legitima o poder hegemônico desta classe, assim como a ideologia da classe trabalhadora propondo-se resolver os problemas cotidianos valendo-se dos ditames universalizantes no que compete a totalidade das contradições sociais.

A atualidade de Marx, Lênin, Lukács, Mészáros e tantos outros autores da tradição marxista são fundamentais na mediação da análise do movimento real, fundamentais não apenas por se aproximar consideravelmente da assertividade analítica, os autores marxistas são necessários no que compete à própria transformação da realidade existente, da exposição e luta contra a exploração cada vez mais brutal do homem pelo homem, e de uma nova proposta de sociabilidade humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABENDROTH, W; HOLZ, H.H.; KOFLER, L. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

CARLI, Ranieri. A política em György Lukács / Ranieri Carli. – São Paulo: Cortez, 2013. **Questões da nossa época**, 2013, v. 49, pp 64.

DOTI, Marcelo M. **Crise energética: manifestações da crise do capital** In: NOVAES, H. T.; PIRES, J.H.; MAZIN, A. D. (orgs.) **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia Volume 2**. São Paulo: Outras expressões, 2015, p. 233-254

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação Contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**: O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão popular, 2010.

_____. **Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LESSA, Sergio. Lukács, trabalho e classes sociais in: DEL ROIO, Marcos (Org). **György Lukács e a emancipação humana**. São Paulo: 2013, P. 59-72.

_____. **A ontologia de Lukács**. – Maceió: EDUFAL, 1997.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. São Paulo: **Revista Temas**, v4, P. 1-19, 1978.

_____. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital O Processo de Produção do Capital (Volume I Tomo I)**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1984.

_____. Emancipação política e emancipação humana in: NETTO, José Paulo (Org) **O leitor de Marx**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012. P. 49-72.

_____. **Sobre a questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **Para a Crítica da Economia Política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Miséria da filosofia Resposta à Filosofia da miséria, do Sr Proudhon**. São Paulo: Expressão Popular, 2009

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Consciência e mediação no pensamento Marxiano – notas aproximativas**. Disponível em:

<https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/mesas/Antonio%20Mazzeo.pdf> . Acesso em 07 de Agosto de 2017

NETTO, José P. Introdução in: NETTO, José Paulo (Org) **O leitor de Marx**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2012. P. 7-35.

VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. **Revista Verinotio, Espaço de interlocução em ciências humanos**, n. 12, Ano VI, out./2010.

Recebido em 13/03/2018

Aprovado em 21/09/2018

UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE AS PRÁTICAS DE LEITURA NA ESCOLA

Ana Cíntia Moreira Sales *

Andréa Borges Leão **

A SOCIOLOGICAL STUDY ON READING PRACTICES AT SCHOOL

Resumo

O objetivo da investigação é entender as práticas de leitura através das estratégias de inserção da criança na cultura letrada em uma escola pública da cidade de Fortaleza, Ceará. A análise envolve a observação do desenvolvimento de atividades literárias dentro e fora da sala de aula propostas pelo Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), o Programa de Aprendizagem na Idade Certa +5 anos (PAIC +5) e o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE). É relatado neste artigo a definição do objeto, os dados encontrados no campo de pesquisa e os resultados obtidos, os quais, dentre eles, estão os problemas referentes à socialização da criança em um bairro periférico, como seus habitus e dificuldades de aprendizado, analisados por meio do olhar sociológico.

Prática de leitura. Problemas de leitura. Sociologia e Educação.

Abstract

The objective of the research is to understand the reading practices through the strategies of insertion of the child in the literate culture in a public school in the city of Fortaleza, Ceará. The analysis involves observing the development of literacy activities within and outside the classroom proposed by the Literacy Program in the Right Age (PAIC), the Learning Program in the Right Age +5 years (PAIC +5) and the National Library in the School Program (PNBE). It is reported in this article the definition of the object, the data found in the research field and the results obtained, which among them are the problems related to the socialization of the child in a peripheral neighborhood, such as their habitus and learning difficulties, analyzed by the sociological gaze.

Reading practice. Reading problems. Sociology and Education.

* Bacharel em Ciências Sociais e mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), participa do Grupo de Estudos em Cultura, Comunicação e Arte (GECCA), vinculado ao curso de Ciências Sociais da UFC. E-mail: anacintiamsales@gmail.com

** Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Realizei estágio pós-doutoral em História Cultural no CRBC, da École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Professora do Departamento de Ciências Sociais e do PPGS da Universidade Federal do Ceará. Lidero o G.E.C. C. A (Grupo de Estudos em Cultura, Comunicação e Arte), com Enio Passiani (UFRGS).

INTRODUÇÃO

Este artigo é referente ao trabalho monográfico realizado de abril a junho de 2015 e abril a junho de 2016, obtendo sua conclusão em fevereiro de 2017. Para a realização desta pesquisa a proposta delineou-se por meio da observação das salas de 2º e 3º anos do Ensino Fundamental I¹ (E.F. I) da EMEIF Henriqueta Galeno², localizada no bairro Vila Manoel Sátiro, em Fortaleza/CE. A escola atua na aprendizagem da leitura e formação literária através de diversas atividades desenvolvidas por programas nacionais e estaduais, como o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), Programa Aprendizagem na Idade Certa +5 anos (PAIC +5) e Programa Biblioteca na Escola (PNBE). A hipótese que impulsiona a pesquisa é a de que as atividades literárias não são bem aproveitadas, baseada em considerações feitas informalmente por alguns professores da rede pública de ensino em que afirmam o desinteresse das crianças pelo livro literário.

Aspectos sociais, familiares e escolares são colocados em questão no presente relato, como o fato da socialização da criança influenciar na construção do hábito da leitura, e assim, o desenvolvimento de uma cultura literária. Além da escola, o ambiente íntimo do lar é visto como essencial no processo de ensino e aprendizado das crianças, pois elas esperam a transmissão e, por conseguinte, a aprovação dos adultos nas suas práticas culturais.

A monografia conta com três momentos. O primeiro se refere a um recorte do quadro sócio-histórico do livro, do leitor e da escola no Brasil. O segundo aborda o campo de pesquisa, e o terceiro reúne uma discussão a respeito das práticas de leitura na infância. Neste artigo, serão destacados a pesquisa de campo, apresentando a metodologia e os dados encontrados; e o debate acerca dos resultados da investigação.

METODOLOGIA E CAMPO DE PESQUISA

A instituição selecionada para a pesquisa, EMEIF Henriqueta Galeno, está localizada na Regional V (região com maiores índices populacionais, de analfabetismo e

¹ São as duas séries em que a aprendizagem da leitura e escrita deve ser firmada.

² Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Henriqueta Galeno.

UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE AS PRÁTICAS

pobreza da capital do Ceará³), mais precisamente, no bairro Vila Manoel Sátiro, periferia de Fortaleza. A escola possui Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (supletivo). Para a pesquisa, foram investigadas as duas turmas do 2º (crianças entre 07 e 08 anos) e 3º ano (crianças entre 09 e 10 anos), manhã e tarde, do Ensino Fundamental I. Na época da pesquisa, somavam 22 alunos no 2º ano pela manhã e 20 à tarde; no 3º ano, eram 28 crianças pela manhã e 30 à tarde.

A metodologia consistiu na realização de uma pesquisa bibliográfica, documental e de alguns dados estatísticos disponibilizados pelos governos federal, estadual e municipal, bem como o uso de entrevistas semi-estruturadas para maior compreensão dos dados sobre a escola. Foram entrevistadas: uma professora do 2º ano, duas do 3º ano do E.F. I (estas eram professoras temporárias, então em cada momento da pesquisa, de abril a junho de 2015 e abril a junho de 2016, foi preciso realizar uma entrevista com cada uma)⁴ e o coordenador do E. F. I. O roteiro de entrevista contou com perguntas acerca da formação dos profissionais, sobre as atividades literárias que a escola realiza e como os alunos respondem à essas atividades (participação, interesse etc.). Por meio das observações em sala de aula e no recreio, foi possível também conversar com alguns alunos das duas turmas.

Na escola em que foi realizada esta pesquisa há duas professoras para cada ano escolar, uma Professora Regente A (PRA) e outra Professora Regente B (PRB)⁵ como parte da jornada extraclasse. PRA⁶ são as professoras responsáveis pela sala de aula, enquanto a PRB é a professora responsável quando as primeiras estão no período de formação ou planejamento⁷, que acontece uma vez por semana. As aulas são sistematizadas e cada professora é encarregada de determinadas disciplinas. A escola possui uma sala para a turma do Programa de Consolidação de Alfabetização (PCA),

³ Segundo os índices do Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza realizado em 2011. Disponível em: <http://www.uece.br/covio/dmdocuments/regional_V.pdf>. Acesso em: 25 nov. 16.

⁴ As professoras entrevistadas são PRA (Professora Regente A).

⁵ As professoras entrevistadas para esta pesquisa serão chamadas de professora A, que leciona no 2º ano, e a professora B, do 3º ano.

⁶ As duas professoras PRA, do 2º e 3º ano, são pedagogas formadas pela Universidade do Vale do Acaraú (UVA). Ambas cursaram disciplinas sobre literatura infantil na universidade.

⁷ A formação é um momento em que técnicos-formadores visitam as escolas para acompanhar o programa PAIC +5, e assim, ajudar os professores quanto a questão da leitura e alfabetização. O planejamento é o momento reservado para a preparação do plano de aula, de acordo com a jornada extraclasse.

destinada aos estudantes de 3º, 4º e 5º ano que não foram alfabetizados ou possuem dificuldades em relação ao aprendizado. Ao final do ano letivo é feito um teste para matricular o aluno na série de acordo com seu desempenho.

A biblioteca da escola, nomeada de Professora Célia Nepomuceno, é uma sala climatizada, disponibiliza mesas grandes e redondas com cadeiras para estudo coletivo, estantes que cobrem as quatro paredes e diversos livros, tanto literários quanto didáticos. Durante a primeira parte da pesquisa, realizada no primeiro semestre de 2015, os bibliotecários das escolas municipais haviam sido retirados de seus postos - muitos eram professores que foram recapacitados para trabalhar nas bibliotecas e estavam esperando a aposentadoria ou não podiam estar em sala de aula por ordem médica, mas foram remanejados de volta para a sala ou como auxiliares nas coordenações⁸. Como não havia bibliotecários, a coordenação da escola teve a iniciativa de formar alguns monitores entre o 6º e o 9º ano do Ensino Fundamental II para que eles pudessem realizar o atendimento. Os monitores ficavam na biblioteca no contraturno de suas aulas e ajudavam a fazer o empréstimo de livros, além de criar alguns momentos para receber as turmas. O sistema de controle dos livros lidos pelos alunos é feito em uma ata onde são anotados o nome do estudante, a série, seu respectivo turno e o título da obra escolhida.

Dois órgãos do governo são responsáveis por compor o acervo da biblioteca e os materiais a serem trabalhados nas escolas públicas: o Ministério da Educação, com o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE); e o Governo do Estado do Ceará com o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) e o Programa de Aprendizagem na Idade Certa +5 anos (PAIC +5). O PNBE é um programa dedicado às bibliotecas das escolas públicas para formar o acervo literário. Os livros do PNLD são os livros didáticos de uso diário. O plano de aula anual é feito a partir do conteúdo disponibilizado nesse material, e assim, são separados os conteúdos que irão ser trabalhados durante o ano letivo. O PAIC⁹ foi desenvolvido em 2004 com o objetivo de explicar a problemática do analfabetismo escolar no estado do Ceará. O primeiro passo foi o desenvolvimento de pesquisas para entender a situação. Foi

⁸ Em um segundo momento da pesquisa, realizado no primeiro semestre de 2016, recebi a informação que a prefeitura autorizou o retorno dos professores para a biblioteca caso quisessem.

⁹ Dados disponíveis no site do PAIC <<http://www.paic.seduc.ce.gov.br/>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE AS PRÁTICAS

concluído que:

Somente 15% de uma amostra de cerca de 8.000 alunos leram e compreenderam um pequeno texto de maneira adequada; 42% das crianças produziram um pequeno texto que, em muitos casos, eram compostos por apenas duas linhas - nenhum texto foi considerado ortográfico pelos avaliadores; a maioria das universidades não possuía estrutura curricular adequada para formar o professor alfabetizador; a grande parte dos professores não possuía metodologia para alfabetizar, abusava de cópias na lousa e usava muito mal o tempo de aula que era bastante reduzido: aulas começavam tarde, terminavam cedo e tinham intervalos longos (Site do Programa Alfabetização na Idade Certa. Disponível em: <<http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/historico/historia/>>. Acesso em: 11 ago. 2015).

Através de um pacto de cooperação entre 60 municípios para garantir o comprometimento de seus gestores com a educação, foi priorizada a alfabetização, o estímulo aos professores alfabetizadores, a revisão dos planos de cargos, carreira e remuneração; a definição de critérios para seleção de gestores escolares, a implantação de avaliações de aprendizagem para as crianças e observação do desempenho docente a partir de sistemas municipais de avaliação; a ampliação do acesso à educação infantil e a adoção de políticas locais para o incentivo à leitura e escrita.

Em 2007, o programa PAIC foi tornado uma política pública por meio da SEDUC. O Governo do Estado do Ceará assumiu a execução do programa com parceria da União dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Foi proposta uma intervenção no sistema para uma melhor execução do projeto, criando cinco eixos: Eixo de Alfabetização, de Educação Infantil, de Literatura Infantil e Formação do Leitor e Eixo de Avaliação Externa. Em 2011, o Governo do Estado lançou uma extensão do PAIC, o PAIC +5, com o objetivo de priorizar até o 5º ano do Ensino Fundamental nas escolas públicas dos 184 municípios cearenses, o que antes era feito somente até o 2º ano do Ensino Fundamental I – assim, visa o desenvolvimento de novas propostas curriculares para o ensino de português e matemática através das ações em gestão, avaliação e formação de leitores, por conta do baixo desempenho dos alunos nas duas matérias nos anos seguintes à implantação do PAIC.

A partir do 3º ano do Ensino Fundamental I, os materiais do PAIC +5 são recebidos pelos professores em três cadernos: português/atividades, português/produção

textual e matemática. Para os alunos são enviadas as coleções literárias de prosa e poesia. A escola escolhe o material a ser trabalhado durante três anos e os órgãos fazem sua solicitação. De acordo com os profissionais da escola, O PAIC e o PAIC +5 são materiais complementares aos do PNLD e PNBE por possuir um conteúdo rico de gêneros textuais para a criança terminar o ano letivo com a leitura desenvolvida e conhecendo todos os gêneros e portadores textuais.

No eixo de Literatura Infantil e Formação do Leitor, o livro literário é tratado como um instrumento de cidadania e formação. Um dos principais objetivos deste eixo é a formação cultural e inclusão social da criança, otimizando o acesso à literatura infantil com a aquisição e distribuição de acervos literários, a fim de fazer o pequeno leitor se interessar pela leitura e escrita, estimulando a criação de ambientes que sejam favoráveis para a leitura individual e compartilhada entre professores e outros alunos na escola. Para as salas de aula, é incentivada a criação de acervos que visem a diversidade de gêneros e produções de autores cearenses.

Este mesmo eixo é responsável por desenvolver a Coleção PAIC Prosa e Poesia, escrita e ilustrada por cearenses selecionados através de um concurso realizado pela SEDUC. Foram publicadas 12 coleções compostas por 12 exemplares cada e distribuídas a todas as turmas da educação infantil até às do 5º ano da rede pública de ensino. Dessa maneira, foram criados os “Cantinhos de Leitura” nas salas de aula, dinamizados pelos professores por meio das várias linguagens artísticas com a intenção de facilitar o acesso da criança ao livro sem precisar de um direcionamento obrigatório. Através de um edital com um concurso literário, o programa abriu inscrições para escritores cearenses apresentarem textos sobre a cultura do Ceará, e são contratados também ilustradores, coordenador editorial e designer gráfico para a elaboração da arte das coleções dos livros.

Por meio destas coleções que ficam dentro da sala de aula, são feitas atividades literárias destacadas como incentivo ao desenvolvimento das práticas de leitura. O corpo profissional da escola elencou as seguintes atividades que realizam com os alunos do 2º e 3º ano do E.F. I:

- 1) Sacola Literária: realização de empréstimos de livros dentro da sala de aula em que

UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE AS PRÁTICAS

as crianças escolhem uma obra disponível no Cantinho da Leitura para ler em casa.

É preenchida uma ficha com os dados dos alunos e obras escolhidas;

- 2) Ciranda de Livros: assim como a Sacola Literária, os livros infantis são levados para casa, no entanto, o retorno é feito junto com um desenho ou resumo da obra lida;
- 3) Mala Literária: livros e gibis são guardados dentro de uma mala e todos os dias é levada para visitar uma sala de aula para o “momento do deleite”;
- 4) Balde da Leitura: balde com revistas em quadrinhos que é levado para visitar as salas de aulas;
- 5) Recreio com Leitura: espaço comunitário onde há livros e quadrinhos disponíveis para as crianças lerem durante o intervalo das aulas;
- 6) Roda de Leitura: momento de estímulo à leitura coletiva e individual de textos literários disponíveis nos livros didáticos dentro da sala de aula (momento que ocorre na aula de Português e/ou Redação);
- 7) Projeto Arkos: plataforma online com um grande acervo literário que tem por objetivo promover a leitura e ajudar na interpretação dos textos pelos alunos. O público alvo são crianças do 2º ao 5º ano, sendo gratuito para escolas públicas. O projeto elabora um *quizz* para cada livro lido, com duas alternativas para o 2º e três para o 3º ano. Há um ranking com 1º, 2º e 3º lugares, por sala e escola; as crianças ganham pontos, medalhas e adesivos online. Quanto mais livros lidos e questões certas, mais pontos. O catálogo é composto por livros digitais (para ler no próprio site) e físicos (é possível participar com os livros da biblioteca da escola), complementando o trabalho da instituição escolar com 7.000 livros e questionários - 70% de uma biblioteca escolar¹⁰. Os alunos realizam esta atividade na sala de informática;
- 8) Dia “D” da Leitura: consiste em uma comemoração preparada para prestigiar os grandes nomes da literatura e obras consagradas. Acontece todos os meses, sendo abril o mês mais importante por conta das datas comemorativas ao livro infantil.

Ressalta-se que os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental I e II são de responsabilidade da Prefeitura de Fortaleza, e, de acordo com o site da Secretaria Municipal de Educação (SME):

¹⁰ Disponível em: <<http://www.arkos.com.br/main/arkos/home.php?>>. Acesso em: 19 jan. 17.

O Ensino Fundamental consiste nos nove anos de ensino básico subsequentes ao período da Educação Infantil. Dividido em dois ciclos, anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ao 9º ano), o Ensino Fundamental atende a crianças e jovens com idade entre 06 e 14 anos. Aproximadamente 142.630 alunos, distribuídos em 5.384 turmas em 289 escolas, cursam de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental na rede municipal de ensino. O trabalho desenvolvido pela Prefeitura de Fortaleza em prol da melhoria na qualidade da educação ofertada tem como metas globais os seguintes índices: alfabetizar 100% das crianças até o 2º ano (07 anos) do Ensino Fundamental da rede pública municipal; elevar para 7.0 o IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública municipal até 2025; elevar para 6.0 o IDEB nos anos finais do Ensino Fundamental da rede pública municipal até 2025. (Site do SME. Disponível em: <<http://educacao.fortaleza.ce.gov.br/index.php/rede-de-ensino/ensino-fundamental>>. Acesso em: 25 nov. 16.).

Ao final de todos os anos, a Secretaria de Educação (SEDUC) realiza uma avaliação chamada Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE)¹¹, que verifica os níveis de leitura dos alunos matriculados na rede pública de ensino do estado, incluindo as instituições municipais¹². O 2º ano realiza a prova do SPAECE-Alfa, responsável pela análise da competência e habilidade na língua portuguesa em nível de alfabetização. O 3º ano realiza a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)¹³, desenvolvida pelo Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A ANA consiste em uma prova de leitura e escrita para análise de desempenho e condições de escolaridade do estudante durante a fase final do Ciclo de Alfabetização, com questões voltadas para o português e matemática. No ano de 2015, a taxa de aprovação do 2º e 3º ano foi de 99,50% e 88%, respectivamente, e maior do que o ano anterior, que havia sido 98,99% e 80,60% (média geral de todas as escolas municipais de Fortaleza nas séries citadas).

Ainda que a escola esteja mostrando bons resultados em relação ao letramento, de acordo com a professora do 2º ano, há crianças que não têm o apoio da família, muitas vezes por não terem condições de acompanhar as tarefas e atividades escolares - alguns pais são analfabetos, outros trabalham no turno em que a criança está em casa

¹¹ Disponível em: <<http://www.spaece.caeduff.net/o-programa/>>. Acesso em: 27 dez. 16.

¹² A Prefeitura é responsável pela educação infantil e fundamental, enquanto o Governo do Estado é responsável pelo ensino médio.

¹³ Disponível em: <<http://sitio.educacenso.inep.gov.br/sobre-a-ana>>. Acesso em 27 dez. 16.

UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE AS PRÁTICAS

etc. Em uma ação de laudos¹⁴ em conjunto com a prefeitura, a professora A afirmou que foram descobertas várias patologias em sua sala de aula, mais acentuadas no turno da tarde – na turma da manhã só foi diagnosticada uma criança com um problema cognitivo. A docente entrevistada contou que há famílias que procuram o laudo em caso de doença psicológica para utilizar a aposentadoria do aluno, e não procuram tratamento para não perder o auxílio com a melhora da criança. No turno da tarde da mesma professora, de 06 mães, apenas uma procurou auxílio psicológico após saber do laudo, no entanto, dificilmente há atendimento.¹⁵

Foram encontrados na EMEIF Henriqueta Galeno, casos de alunos com depressão infantil, hiperatividade, déficit de atenção, abusos sexuais, violência doméstica, e famílias envolvidas com tráfico de drogas, além de furtos, roubos e assaltos – existem casos de pais que foram mortos na frente dos filhos ou estão presos. Há crianças que vão para a escola sem almoçar por não haver comida em casa – e a merenda escolar é um dos motivos apontados pelas professoras para alguns deles irem para o colégio¹⁶.

No distrito V são 56 escolas, e entre elas, apenas duas estavam no “verde escuro” (rendimento desejável, em que a criança é alfabetizada no 2º ano, sabe ler e interpretar). Em 2014, apenas oito escolas estavam com o nível desejado de alfabetização no 2º ano. Em 2015, o número aumentou para 26 escolas, incluindo a EMEIF Henriqueta Galeno. Segundo as professoras entrevistadas, as escolas estão desestruturadas em relação ao acompanhamento psicológico, pois poucas instituições têm salas de alunos especiais (A.E.). A demanda é muito grande para uma oferta pequena - apenas duas escolas na Regional V possuem essa sala. A professora A observa que o docente fica sobrecarregado por ter que lidar com muitas responsabilidades em relação ao ensino e ao trato com as crianças. A docente afirma em

¹⁴ O laudo foi feito no posto de saúde do bairro (Vila Manoel Sátiro) por um clínico geral. Segundo minha informante-chave, um dos motivos pelo qual a prefeitura realiza essas ações, é para que sejam justificados os possíveis baixos resultados nas avaliações da ANA e do SPAECE-Alfa.

¹⁵ A escola não conseguiu encaminhar os alunos para acompanhamento psicológico na Regional V porque não há vagas.

¹⁶ Segundo a professora A, a maioria de seus alunos estuda em um período e no outro estão na Legião da Boa Vontade (LBV), instituição beneficente que presta assistência social às famílias de baixa renda. As crianças recebem fardamento, alimentação e passam a tarde realizando diversas atividades. Há um centro comunitário da instituição no mesmo bairro da escola. Disponível em: <<http://www.lbv.org/>>. Acesso em: 19 jan. 17.

um momento da entrevista:

Quando eles pensarem que essas crianças precisam de ajuda e nas escolas tem que ter esse acompanhamento, tanto pra criança quanto até mesmo pra própria família, né, [...] aí eu acho que a educação vai dar uns passos pra frente. Porque enquanto ficar só o professor... Tentando, nessa luta, é isso aqui que a gente consegue. 40%, 30%, no máximo 50%. A gente não alcança o objetivo mesmo pra ser de acordo com as condições que a escola oferece (Professora A, em 08 jun. 16, em Fortaleza, Ceará).

Em sua observação, a falta de assistência familiar é um fator bastante prejudicial para a escola e, principalmente, para os alunos. A professora, no entanto, compreende que é difícil para a família procurar ajuda de um psicólogo particular, por exemplo. Além disso, precisam de transporte, de uma manhã ou uma tarde fora do trabalho para conseguir levar o filho a uma clínica. Algo pontuado pela professora B é a pouca procura dos pais aos professores ou à escola para saber como lidar com seus filhos, como ensinar uma tarefa ou estimular a leitura das crianças.

É necessário que seja levado em conta o fato de que o meio familiar age sobre o êxito escolar quase que exclusivamente por meio do aspecto cultural. Cada família é capaz de transmitir a seus filhos, direta ou indiretamente, certo capital cultural¹⁷ e certo *ethos* (conjunto de valores implícitos e profundamente interiorizados) que contribuem para estabelecer condutas frente à instituição escolar. A herança cultural é responsável pela distinção inicial das crianças perante a experiência escolar, e por consequência, pelas taxas de êxito (BOURDIEU, 2015, p. 46). A influência do capital cultural é apreendida pela relação entre o nível cultural global da família e o êxito ou fracasso escolar da criança. Contudo, o nível de instrução dos integrantes da família restrita ou extensa são unicamente indicadores sociais que possibilitam situar o nível cultural de cada família.

[...] Compreende-se por que a pequena burguesia, classe de transição, adere mais fortemente aos valores escolares, pois a escola lhe oferece chances razoáveis de satisfazer a todas suas expectativas, confundindo os valores do

¹⁷ O conceito de capital cultural foi formulado por Bourdieu (2015) “para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças oriundas de diferentes classes sociais, procurando relacionar o ‘sucesso escolar’ [...] com a distribuição desse capital específico entre as classes ou frações de classe” (NOGUEIRA; CATANI, 2015, p. 10).

UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE AS PRÁTICAS

êxito social com os do prestígio cultural (BOURDIEU, 2015, p. 53).

Diferente das crianças de origem popular, que são duplamente prejudicadas em relação à facilidade de assimilação da cultura e inclinação para adquiri-la, as crianças das classes médias recebem influência da família no que se refere aos encorajamentos, bem como ao *ethos* de ascensão social e aspiração ao êxito escolar. A conduta dos integrantes das diferentes classes sociais, e particularmente, a conduta relativa à escola, da cultura escolar e do que os estudos podem oferecer futuramente, são em grande medida, “a expressão do sistema de valores implícitos ou explícitos que eles devem à sua posição social” (BOURDIEU, 2015, p. 51). A maioria dos pais não realiza a função de reprodutores da leitura para os filhos, pois não são leitores. A leitura literária é adquirida na escola quando os alunos são letrados e se interessam. Uma das frases mais fortes dita pela professora A, é que muitos alunos “são crianças órfãs de pais vivos”.

Algumas das respostas à pergunta “o que você quer ser quando crescer?”, feita pela professora B às turmas do 3º ano, foram: “pedreiro”, “mestre de obras”, “vendedor de água”. É preciso ressaltar que a função da classe social intensifica entre os desfavorecidos a influência da família e do contexto social em que a criança está inserida, e a tendência, segundo Bourdieu (2015), é que ambições sejam desencorajadas, para que os indivíduos tenham esperanças “razoáveis” ou “realistas” – isto é, renunciam à esperança. Assim, fica claro que “as mesmas condições objetivas que definem as atitudes dos pais e dominam as escolhas importantes da carreira escolar regem também a atitude das crianças diante dessas mesmas escolhas e, conseqüentemente, toda sua atitude com relação à escola” (BOURDIEU, 2015, p. 52).

Para as docentes, os alunos que são bem acompanhados pela família são os mesmos que dão resultados mais rápidos e satisfatórios, porém os que não possuem acompanhamento em casa, e assim, não possuem interesse, são mais difíceis em estimular a ler os livros. Mesmo que a criança e seus pais não saibam ler, ela ainda participa das atividades de leitura que são feitas no lar, como a Sacola Literária e a Ciranda de Livros. A esperança é de que elas consigam “juntar” as palavras aos poucos, ou procurem interpretar as imagens. Quando a família não consegue ou não ajuda a criança, ela se sente desmotivada em levar o livro para casa.

Em uma conversa com dois alunos do 2º ano, uma das crianças fazia as

atividades escolares e de leitura sozinha, relatando que, ao sentir dificuldades, o pai a ajudava quando não estava no trabalho, e se ele não podia, era a irmã mais velha que ensinava as tarefas da escola. A mãe trabalhava o dia todo e não tinha como prestar um auxílio, mas ainda assim, é perceptível como a família é necessária no processo de alfabetização e desenvolvimento escolar enquanto mediador da cultura letrada. A outra criança do 2º ano morava apenas com o pai, que é analfabeto. Segundo o aluno, seu pai disse que quando o filho aprendesse a ler, seria ele quem o ensinaria. Porém, essa criança tem muitas dificuldades ao realizar as atividades de leitura, pois mesmo com a tentativa de incentivo do pai e estando em um reforço pago¹⁸ (além do que existe na escola)¹⁹ não se sente motivado para ler, já que de acordo com ele, não há ninguém que realmente o ajude.

Compreender um texto exige muito esforço, e um leitor privado de auxílio ou de estímulos exteriores logo desiste (CHARTIER; CLESSE; HÉBRARD, 1996, p. 114). Já a criança que lê e consegue decodificar um texto, apropria-se dele ao seu modo, produzindo efeitos e afetos. A prática leitora de muitas crianças no ensino público, sobretudo em escolas situadas na periferia, caminha através de obstáculos. O *habitus*²⁰ leitor - isto é, a incorporação das estruturas constitutivas de um campo, e neste caso, o da leitura – sofre complicações em sua formação, a mediação social da cultura ocorre em grande parte institucionalmente, e os efeitos produzidos pela inserção da literatura infantil no cotidiano dos alunos quase não acontecem.

1. PRÁTICAS DE LEITURA E CULTURA LETRADA

“Manuscritos ou impressos, os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis” (CHARTIER, 1999, p. 8). As obras existem apenas no momento em que se tornam realidades materiais, nas páginas de um livro ou transmitidas por um orador. Os livros não possuem um sentido único, pois

¹⁸ Muitos desses reforços de bairro atendem várias crianças e adolescentes ao mesmo tempo, não oferecendo a atenção necessária que uma criança precisa.

¹⁹ É oferecido na escola um reforço no contraturno para as crianças com dificuldade no letramento.
²⁰ BOURDIEU (2015).

UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE AS PRÁTICAS

investidos de significações plurais e móveis, eles se constituem em sua recepção, no encontro com o leitor. Os diversos sentidos atribuídos a uma obra dependem das competências ou das expectativas do público que se apropriam delas. Entre os contrastes nas competências de leitura, se encontra a separação entre alfabetizados e analfabetos, que não finda as distinções em relação ao escrito. Os indivíduos que são capazes de ler o fazem de diversas maneiras. É importante também ressaltar que há uma grande diferença entre os “letrados talentosos e os leitores menos hábeis”, que oralizam o texto para conseguir compreender ou apenas se sentem confortáveis com poucas formas textuais (CHARTIER, 1999, p. 13).

Em vista disso, a aproximação entre a escola e o gênero literário criado para as crianças não aconteceu por acaso. É necessário lembrar que os primeiros livros infantis foram escritos evidenciando a pedagogia e a educação para inculcá-las a modelos e normas. A escola assume então um duplo papel: o de iniciar a criança na vida adulta, e simultaneamente, proteger contra as possíveis agressões do mundo exterior (ZILBERMAN, 1994).

Ao lado desses acontecimentos, é possível pensar no processo civilizador de Norbert Elias (1993), constituído pela mudança na conduta e nos sentimentos humanos. O indivíduo, dentro de uma teia de ações regulada pela sociedade, foi forçado a orientar sua conduta de forma diferenciada, estável e uniforme, conforme as regras sociais estabelecidas. O controle sobre a conduta humana passou a ser cada vez mais forte e inculcado no indivíduo desde os primeiros anos, como uma espécie de automatismo o qual ele não conseguia resistir. A teia de ações, mais complexa e extensa, firmou um cego aparelho automático de autocontrole, que previne transgressões no comportamento dos indivíduos por meio de uma “muralla de medos profundamente arraigados”, operada pelos hábitos sociais (ELIAS, 1993, p. 196).

Mas se fosse consciente ou inconscientemente, a direção dessa transformação da conduta, sob a forma de uma regulação crescentemente diferenciada de impulsos, era determinada pela direção do processo de diferenciação social, pela progressiva divisão de funções e pelo crescimento de cadeias de interdependência nas quais, direta ou indiretamente, cada impulso, cada ação do indivíduo tornavam-se integrados (ELIAS, 1993, p. 196).

A civilidade deve dominar as emoções e afetos, ocultar “os movimentos da alma e

do coração”, pois a racionalidade que a governa proporcionaliza as condutas em que se inscreve e ajusta os comportamentos ao efeito que deve produzir (LEÃO, 2012, p. 23). Na produção literária feita para as crianças, localizada em uma trajetória descrita pelo conceito de civilidade e nas transformações que tal categoria sofre na passagem de uma tradição a outra, o ato de ler torna-se um exercício constante de autocontrole e aprendizado social (LEÃO, 2007, p. 64). O que torna o universo da infância um lugar fundamental para as assimilações da prática leitora. As experiências sociais, como a leitura, inscrevem-se em modelos e normas coletivas que se afirmam por meio de pactos sociais e se encaminham em formas particulares a cada texto e a cada comunidade de interpretação – que formam o universo dos leitores, cuja relação com o texto advém da união de competências, usos e códigos de interesse. O leitor pratica uma atividade que não é privada aos automatismos da consciência, os quais os produtores impõem modelos culturais.

“A leitura é, ao mesmo tempo, apropriação, identificação e criação” (LEÃO, 2007, p. 63). Essa concepção pode ser afirmada por uma história do ler, em que os significados dos textos, quaisquer que sejam eles, são formados pelas leituras que são feitas deles. A leitura, como uma prática “criadora, inventiva, produtora”, dá aos textos significados plurais e móveis, situados no encontro de formas de ler, coletivas ou individuais, herdadas ou adquiridas, privadas ou públicas (CHARTIER, 1996). Ainda pode-se afirmar que “a instituição escolar, reprodutora metódica da competência legítima, aliada ao *habitus* e à tradição familiar, é grande responsável pela formação da leitura” (LEÃO, 2007, p. 68).

A leitura e a literatura infantil são levadas pela escola a realizar uma função formadora, uma tarefa que se volta para a cultura como o modo de conhecer o mundo e a si mesmo – uma espécie de acesso à individualização da criança por meio da fantasia criada pelo escritor (ZILBERMAN, 1994, p. 25). A característica mágica das histórias é um fator importante para a compreensão do mundo pelo pequeno leitor em formação, uma vez que os livros são levados a transformar o real, oferecendo modelos perfeitos de comportamento e falsificando ou obscurecendo certas características da sociedade (ZILBERMAN, 1987).

UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE AS PRÁTICAS

A entrada dos códigos sociais, a exemplo das prescrições de bom comportamento, no texto de ficção para crianças requer operações de suavização e relativização, levando os escritores a tornarem mais leve o peso das pressões normativas. Em geral, a explicação das regras necessita da palavra de um narrador adulto, mas as peripécias dos personagens crianças permitem a livre expressão de usos controlados das normas sociais (LEÃO, 2012, p. 22).

O adulto é responsável, então, pelo controle de um circuito que se expande da criação das histórias à edição, distribuição, circulação e consumo, o que é regulado pelos pais e professores. É pela leitura, uma ação muitas vezes solitária, que a subjetividade da criança é virtualmente invadida, e muitas vezes alcançam uma intimidade que nem sempre é conquistada pelos adultos, convertendo-se em um hábito (ZILBERMAN, 1987).

No entanto, é preciso apontar que a leitura é uma prática que exige esforço, e o que chamam por “prazer da leitura” é na verdade, uma construção que necessita treino, capacitação e acumulação (AZEVEDO, 2004). Para formar um leitor é fundamental que entre o sujeito que lê e o texto lido seja constituída uma conexão apoiada no prazer, identificação, interesse e liberdade de interpretação. Esta união justifica e legitima o esforço do sujeito em se tornar um leitor. “Ser leitor, papel que, enquanto pessoa física, exercemos, é função social, para a qual se canalizam ações individuais, esforços coletivos e necessidades econômicas” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1998, p. 14). Como atividade escolar, a prática leitora (seja silenciosa ou oralizada) é meio e fim em sala de aula, e tem por objetivo compreender melhor o texto, e assim, evidenciar alguns de seus aspectos (CHARTIER; CLESSE; HÉBRARD, 1996).

A leitura possui diferenciações que são até hoje mascaradas por um emprego da noção precisamente simplificadora da alfabetização, que opõem os leitores alfabetizados aos analfabetos iletrados. Uma primeira distinção estaria na “modalidade física do próprio ato léxico” que diferencia a leitura silenciosa (o percurso dos olhos sobre a página) e a oralização (em voz alta ou baixa) (CHARTIER, 1996, p. 82). A diferença entre as leituras também pode ser assimilada como um indicador das distâncias sócio-culturais de uma sociedade, pois a oralização é necessária aos que não conseguem dividir de maneira correta as frases e palavras e/ou não reconhecem a pontuação sintática. Porém, as maneiras de ler não se restringem a dois grandes modelos propostos, o que necessita a verificação dos modos de leitura adequados aos diversos grupos de leitores, assim como

as características e representações de suas práticas.

Entretanto, se ler é compreender, tudo que for obstáculo permanente para a compreensão contribui para produzir as múltiplas facetas do fracasso em leitura, quer seja grave (não poder ler sozinho as instruções do trabalho escolar) ou escolarmente inofensivo (não chegar ao fim de revista de histórias em quadrinhos) (CHARTIER; CLESSE; HÉBRARD, 1996, p. 113).

A compreensão é anterior à leitura, na conquista de consciência dos usos da escrita e a instituição de fortes relações entre o indivíduo e o livro. Para que seja possível compreender um texto, é preciso possuir conhecimentos que, de forma simultânea, se relacionam com o conteúdo e o modo de comunicação do indivíduo. No caso, a criança compreende as situações mostradas nos livros quando há uma familiarização com suas experiências sociais e conhecimentos anteriores. Estes são constituídos dentro da experiência de um universo no qual ela age e se relaciona com adultos e outras crianças – por isso é necessário familiarizar as crianças ao mundo das palavras, ou cultura letrada. Mas decifrar e reconhecer palavras, direta ou indiretamente, não fornece a chave para a decodificação de todos os textos escritos, mesmo quando é uma habilidade necessária.

Não dominar o código alfabético impossibilita o indivíduo de ler, o incapacitando de encontrar a mensagem e identificá-la. “As dificuldades de compreensão existem [...], qualquer que seja o grau de competência a que chega um receptor” (CHARTIER; CLESSE; HÉBRARD, 1996, p. 114). Porém, “se toda vida íntima traz as marcas do convívio, a mediação adulta da leitura infantil propicia o equilíbrio entre as inclinações pessoais e as exigências das tarefas sociais” (LEÃO, 2007, p. 77), o que leva a pensar que está ao alcance do adulto o cumprimento e expansão da alfabetização, para que ele possa mediar o deciframento dos códigos que permitem a leitura e compreensão do texto, por meio de estímulos que auxiliem a criança na decodificação e percepção do mundo ficcional dos livros infantis.

A mediação de um adulto, seja institucional (escola, família, biblioteca) ou pessoal (pai, mãe, professor), guia a criança à obra literária, estabelecendo uma ponte entre leitor e texto. Os mediadores sociais possuem a capacidade de formar leitores, incentivar as práticas culturais e a apropriação dos textos pelos indivíduos. “Podem ser considerados,

UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE AS PRÁTICAS

de alguma forma, responsáveis pelos diferentes modos de ler e os significados sociais dos textos inscritos na constituição dos sujeitos leitores, desde tempos remotos na história do livro e da leitura” (MUNIZ; OLIVEIRA, 2004, p. 47).

As crianças que participaram da investigação vivem em espaços desfavoráveis ao acúmulo de determinados capitais culturais que os possibilitem verificarem na leitura um universo convidativo. Algumas dificuldades, como o envolvimento de suas famílias com o tráfico de drogas, fazem com que o ambiente onde vivem se torne dificultoso para a prática da leitura, uma vez que a mediação da família é limitada, segundo o relato das professoras. Suas infâncias são marcadas por fatos que irão - dependendo de como vão lidar com esses fatos - traçar o destino social de cada uma. Em seus manuseios do livro infantil, nota-se entre os alunos com pouca fluência leitora, a preocupação e o nervosismo em conseguir decifrar as letras do alfabeto, e algumas vezes sem de fato entender o sentido do texto. As atividades de leitura, os livros e o mundo da escrita remete, à maioria dos alunos, apenas obrigações escolares que necessitam esforço de compreensão, paciência e, principalmente, de concentração – é necessário considerar que muitas dessas crianças leem em boa parte os livros literários na escola, os fazendo identificar a leitura das obras como atividade escolar.

Por mais que a literatura infantil esteja coberta por experiências lúdicas e fantásticas, suas configurações não se concretizam individualmente, pois há alunos que não conseguem dizer o que entenderam do texto lido, isto é, compreender o sentido do que está escrito ao ponto de conseguir expor aquilo que leu; mas apenas decodificar cada letra ali impressa, junto às imagens que talvez ainda seja o meio mais próximo de percepção da “essência” do livro lido. A assimilação do sentido pela criança é facilitada quando as professoras leem o texto em voz alta para a turma, o que para Chartier (1996), é também uma forma da criança ler o livro, o ouvindo e interpretando junto com seus colegas. Isto é, uma comunidade de leitores ainda em formação é apresentada ao aluno, que por não possuir as capacidades inerentes ao processo de interpretação do texto, se junta às outras crianças para compreender e assimilar a leitura por mediação de um adulto – formando práticas de leituras coletivas.

Por outro lado, a família desses alunos, em grande parte, não transmite as capacidades e disposições que definem o *habitus* leitor, e conseqüentemente, a

incorporação de tais disposições se torna mais difícil. Verifica-se que a criança estabelece seus esquemas comportamentais, cognitivos e de avaliação por meio das maneiras que se apropriam das relações de interdependência com sua família. Isso não significa que ela reproduz de forma direta as atitudes de sua família, mas age conforme a configuração das relações de interdependência as quais está inserida. Os adultos “desenham, traçam espaços de comportamentos e de representações possíveis para ela” (LAHIRE, 1997, p. 17). Os traços da personalidade da criança são produtos de uma socialização, da forma cujas relações sociais atualizam e mobilizam esses traços.

Bourdieu (2015) admite que, de maneira geral, a criança e sua família tomam como guia as forças que as determinam. A estrutura das oportunidades de ascensão pela escola delimita as condutas em relação à escola e à ascensão pela escola. São condutas que colaboram, por uma parte determinante, para demarcar as oportunidades de se chegar até a escola, de incorporar seus valores e de nela ter sucesso, realizando uma ascensão social através de esperanças subjetivas – oportunidades objetivas que são apreendidas e interiorizadas (BOURDIEU, 2015, p. 54). As crianças das classes populares e médias precisam comprovar um êxito excepcional para chegar às outras etapas do ensino, como a universidade.

Em consequência, o arranjo de aspectos da carreira escolar são evidências da influência direta do meio familiar que eles traduzem na lógica propriamente escolar (BOURDIEU, 2015, p. 58). Tais evidências, ou indicadores, são os níveis de instrução, de origem social, ou mais precisamente, a estrutura da relação que os une. É através delas que são apreendidos os modos de produção de um *habitus*, cujos princípios de distinções se identificam não só pelas competências adquiridas, mas também nas maneiras de incorporá-las. Uma vez que a maneira é uma exteriorização simbólica a qual o sentido e o valor dependem dos que percebem e os que produzem, “a maneira de usar bens simbólicos [...] constitui um dos marcadores privilegiados da ‘classe’, ao mesmo tempo que o instrumento por excelência das estratégias de distinção” (BOURDIEU, 2011, p. 64).

Mediante tais evidências, indicam-se distintas relações com o mundo hierarquizado e que hierarquiza bens culturais, os quais estão intrínsecos a um arranjo de diferenças associadas entre si e que encontram sua origem nos modos de aquisição –

UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE AS PRÁTICAS

seja familiar, escolar, ou apenas escolar – do capital cultural (BOURDIEU, 2011, pág. 74). A família e a escola, juntas, funcionam como espaços em que são construídas as competências necessárias em determinadas situações, assim como espaços em que é formado o valor dessas competências para as crianças. No caso da leitura, a escola e a literatura infantil possuem o papel de levar as crianças a novas abordagens, novos olhares, ao despertar e à construção de novos sentidos e novos sentimentos. Uma vez que “para a sociedade, a educação é apenas o modo pelo qual ela prepara no coração das crianças as condições essenciais de sua própria existência” (DURKHEIM, 2014, p. 53), e uma de suas funções é um determinado número de estados físicos e mentais os quais a sociedade e certos grupos sociais (como a família e amigos) exigem dos indivíduos; a educação atua como uma socialização metódica, exercida pelos adultos sobre as crianças.

A literatura infantil opera da mesma forma, também necessitando de mediadores sociais para chegar até seu destinatário, cuja maturidade ainda não foi alcançada, e a partir de uma imposição suave, através de fadas, bonecas falantes e aventuras no sítio, as crianças absorvem as regras e normas formadoras de regularidades e práticas culturais. As relações entre os indivíduos são diferentes em sociedades diferencialmente estruturadas. O conjunto de propriedades, capitais ou recursos não determinam o indivíduo, no entanto, se encontram como realidades encarnadas que, por meio das formas de relacionamento com a criança, irão permitir a constituição de seu relacionamento com o mundo e com os outros indivíduos (LAHIRE, 1997, p. 18).

Há casos de solidão dos alunos no universo escolar, pois pouco do que interiorizam através da estrutura familiar os possibilita conseguir enfrentar o jogo escolar e seguir suas regras. Os alunos não possuem - ou têm muito pouco - as disposições, os procedimentos cognitivos e comportamentais que possam corresponder às exigências da instituição escolar, e assim, se encontram sozinhos diante de tais demandas (LAHIRE, 1997, p. 19). Um exemplo dessa solidão é o caso de uma das crianças que chegou até mim interessada em meu diário de campo, que ao saber que eu estava ali para conhecer os alunos leitores e não leitores procurou mostrar que podia ler. O aluno pegou um dos livros que estava no Cantinho da Leitura e começou a ler com certa dificuldade. Ao ser perguntado se tinha alguma ajuda fora da escola, a criança respondeu que sua mãe

estava na maior parte do tempo cuidando da casa, e seu pai havia falecido. A professora B me informou que o pai foi preso por ligação ao tráfico de drogas, e o aluno sabia de sua história. Na escola, apesar de ser bastante agitado, o aluno estava aprendendo a decodificar os impressos e se sentia feliz por esse motivo. Isto é, o *ethos* que a escola exige nem sempre é um *ethos* parecido com o que a família desenvolve. A competência específica (por exemplo, a cultural) de uma criança depende das oportunidades que os diversos mercados, como o familiar ou o escolar, oferecem em conjunto para seu acúmulo, incorporação e valorização (BOURDIEU, 2011, p. 83).

É importante ressaltar que a “omissão” paterna não é sempre uma escolha voluntária. A “invisibilidade” dos pais na escola é interpretada como indiferença pelos professores, porém, Lahire (1997) aponta para outra forma de olhar a situação. A família não está integrada às legítimas normas escolares, que esperam por certas condutas – como procurar a instituição, falar com os professores etc. E, por consequência, entende-se que os pais estão omissos em relação ao filho, mas na verdade, há famílias que não se enxergam na lógica propriamente escolar. Um exemplo disso é o caso de uma aluna em que a mãe, apesar de não comparecer com frequência na escola e nem conseguir ensinar a filha por ser analfabeta, acredita que a instituição escolar é o lugar que pode dar à filha algum futuro – o acúmulo de certo capital adquirido que possa levá-la à disposições e títulos que auxiliem em seu destino social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa buscou-se compreender as práticas de leitura literária na formação do leitor na instituição escolar. O objeto desta averiguação levou a uma reflexão sobre questões como a importância do livro e literatura infantil enquanto mediadores (por meio do adulto) entre a criança e o mundo social. Ademais, levou a pensar questões mais profundas na socialização do pequeno leitor na relação entre família e escola. Os capitais simbólicos, o espaço social e o *habitus* bourdieusianos serviram, metodologicamente, de forma decisiva na análise das práticas de leitura e dos conteúdos que circundam estas práticas.

Compreendem-se as desigualdades na transmissão de disposições, capacidades

UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE AS PRÁTICAS

e práticas entre as crianças, investigadas nesta pesquisa por meio de suas famílias e principalmente através das informações do corpo docente da EMEIF Henriqueta Galeno. É possível perceber a dificuldade para alguns alunos adquirir as capacidades exigidas pela escola, uma vez que elas não possuem os *habitus* inerentes à instituição escolar para conseguir decodificar os códigos necessários para se tornar uma criança “promissora”, e para obter tais capacidades, precisam de muito esforço. Este esforço está relacionado com a familiaridade com a leitura e com a condução de práticas importantes no meio escolar. Com a finalidade de aproximar o aluno à leitura, são realizadas atividades literárias que buscam promover o gosto pela literatura e a leitura entre os alunos.

O que marca as condições primeiras que um *habitus* “espera” e “exige” é determinado pelo sistema de indícios trazidos pelo sentido da trajetória social da família (BOURDIEU, 2015, p. 93). Pensando nisso, é possível entender que as disposições constituintes do *habitus* leitor das crianças - suas práticas, disposições e maneiras de ler - são inculcadas pelas condições objetivas de suas trajetórias e por uma ação pedagógica, que se inclina a esboçar expectativas e práticas compatíveis com essas circunstâncias. A formação da personalidade individual da criança, “a historicidade de cada indivíduo, que é a travessia do crescimento até a idade adulta, torna-se a chave para a compreensão do que é a sociedade” (LEÃO, 2007, p. 76). E, ainda, “são as práticas de leitura e a circulação dos objetos da cultura que permitem ao sociólogo enfrentar o problema das desigualdades sociais no acesso aos bens simbólicos” (LEÃO, 2012, p. 203).

Por fim, reitera-se que as configurações do livro infantil se completam quando as crianças conseguem compreender o texto escrito, não somente decodificar as letras, mas entender seus significados plurais. Na escola onde ocorreram as investigações para esta pesquisa, isso acontece quando as crianças formam uma comunidade de leitores mediada por suas professoras, que ao lerem com as crianças, facilitam o acesso ao texto e ajudam a formar práticas de leituras coletivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANA. **Sobre a ANA**. Disponível em: <<http://sitio.educacenso.inep.gov.br/sobre-a-ana>>. Acesso em 27 dez. 16.

ANA. **Resultados**. Disponível em: <<http://ana.inep.gov.br/ANA/>>. Acesso em: 27 dez. 16.

ARKOS. **Saiba mais**. Disponível em: <<http://www.arkos.com.br/main/arkos/home.php?>>. Acesso em: 19 jan. 17.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

CHARTIER, Anne-Marie; CLESSE, Christiane; HÉBRARD, Jean. **Ler e escrever: entrando no mundo da escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CHARTIER, Roger. As revoluções da leitura no ocidente. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1989.

_____. **A aventura do livro – do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

_____. **Cultura escrita, literatura e história: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

_____. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

HÉBRARD, Jean. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1989.

LEGIÃO DA BOA VONTADE. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.lbv.org/>>. Acesso em: 19 jan. 17.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares: As razões do improvável**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

LEÃO, Andréa Borges. **Brasil em Imaginação: livros, impressos e leituras infantis (1890-1915)**. Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

UM ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE AS PRÁTICAS

_____. **Norbert Elias e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MAPA DA CRIMINALIDADE E DA VIOLÊNCIA EM FORTALEZA. **Perfil da SER V**. Disponível em: <http://www.uece.br/covio/dmdocuments/regional_V.pdf>. Acesso em: 25 nov. 16.

PAIC. **História**. Disponível em: <<http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/historico/historia/>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Canal Educação**. Disponível em: <<http://educacao.fortaleza.ce.gov.br/index.php/rede-de-ensino/ensino-fundamental>>. Acesso em: 25 nov. 16.

SPAECE. **O programa**. Disponível em: <<http://www.spaece.caedufjf.net/o-programa/>>. Acesso em: 27 dez. 16.

SPAECE. **Resultados**. Disponível em: <<http://www.spaece.caedufjf.net/resultados-por-escola-2013/>>. Acesso em: 27 dez. 16.

Recebido em 12/06/2018
Aprovado em 08/10/2018

AUTORES / COLABORADORES

AUTHORS / COLLABORATORS

Aline Tusset De Rocco

Bacharela em Design pela Universidade Feevale e Mestra em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos com tema de pesquisa relacionada à raça, gênero e consumo, focou sua pesquisa na relação de mercadorias de consumo com a construção de identidades em meios digitais. Integrou o Grupo de Pesquisa "Gênero e Raça em Contextos Africanos e Latino Americanos", Diretório de Pesquisa do CNPq (2015/02). Atualmente integra o grupo de voluntários da TODXS no qual contribui como Analista de Pesquisa Aplicada no Núcleo, focando em pesquisas relacionadas à temática LGBTI+.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2202475392332037>

E-mail: atussetderocco@gmail.com

Ana Cíntia Moreira Sales

Bacharel em Ciências Sociais e mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), participo do Grupo de Estudos em Cultura, Comunicação e Arte (GECCA), vinculado ao curso de Ciências Sociais da UFC. Sou bolsista do CNPq, realizo pesquisas relacionadas à Sociologia da Literatura, do Livro e da Leitura, com ênfase nas práticas editoriais e na literatura infantojuvenil. Atualmente pesquiso sobre a publicação e circulação de livros infantis na cidade de Fortaleza, no Ceará, identificando um imaginário cearense sobre a história e cultura local nas edições para crianças.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9040149088851492>

E-mail: anacintiamsales@gmail.com

Andréa Borges Leão

Sou pesquisadora do CNPq, Bacharel e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará e Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Realizei estágio pós-doutoral em História Cultural no CRBC, da École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, sobre as coleções literárias infantis da Livraria Garnier, e no Centre d'Histoire Culturelle des Sociétés Contemporaines, da Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, sobre as edições brasileiras de Sophie de Ségur e Jules Verne. Em 2016, cumpri estágio de pesquisa no GEMASS, da Université de Paris, Sorbonne, sobre educação moral, raça e literatura nas trocas entre o Brasil e a França. Sou professora do Departamento de Ciências Sociais e do PPGS da Universidade Federal do Ceará. Lidero o G.E.C. C. A (Grupo de Estudos em Cultura, Comunicação e Arte), com Enio Passiani (UFRGS). Participo dos grupos temáticos de pesquisa Processos Civilizadores, sobre a obra de Norbert Elias, *La circulation transatlantique des imprimés et la mondialisation de la culture au XIXe siècle (1789-1914)*, coordenado por Márcia Abreu (IEL - Unicamp) e Jean-Yves Mollier (UVSQ), que está no ar no endereço <http://www.circulacaodosimpressos.iel.unicamp.br/>, e do grupo de pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento, coordenado por Edson Farias (UnB). Tenho experiência nas áreas de

Sociologia e História, Sociologia e Cultura e Sociologia e Literatura, com ênfase em Literatura, Livro e Leitura, atuando nos seguintes temas: Sociologia e História Editorial Juvenil, Práticas Editoriais, Circulação Nacional e Transnacional da Cultura e da Literatura, Representações Literárias e Sociologia Histórica da Cultura.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5260520898502257>

Carlos Henrique Gileno

Graduação em Licenciatura Plena em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1993). Graduação em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (1994). Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1997). Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Professor Assistente Doutor do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Universidade Estadual Paulista (FCL - Campus de Araraquara). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (FCL - Campus de Araraquara). Pesquisador sênior do Laboratório de Política e Governo da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pesquisador do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Cultura e Desenvolvimento (GEICD - FCLAr - UNESP) na linha de pesquisa intitulada Pensamento Político e Social no Brasil. Tem experiência nas áreas de Política e Sociologia, com ênfase em Pensamento Político e Social no Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, Império, 1822-1889: aspectos jurídicos, políticos e sociais. Brasil, Primeira República, 1889-1930. Cultura e Política. É autor dos livros: 1) *Lima Barreto e a condição do negro e do mulato na Primeira República (1889-1930)*. São Paulo: Editora Annablume, 2010; 2) *Perdigão Malheiro e a crise do sistema escravocrata e do Império (1822-1889)*. São Paulo: Editora Annablume, 2013.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0057870960503129>

E-mail: cgileno@uol.com.br

Geisiane Cristina de Souza Freitas

Pesquisadora na área de Sociologia atuando principalmente nos seguintes temas: raça, gênero e feminismo interseccional. Ademais, vivência em equipe técnica social no projeto PAC Beberibe, e em campo com pesquisas atreladas à disciplina de Etnografia da UFRPE.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0789389803649488>

E-mail: geisianecristina93@gmail.com

Luciana Silvestre Girelli

Mestre em Política Social (UFES), especialista em Educação Comunitária (UFES) e graduada em Ciências Sociais - Bacharel (UFES) e Comunicação Social - Jornalismo (UFES). Atualmente, cursa Licenciatura em Ciências Sociais (UFES). Sua ênfase de estudos relaciona-se à Mídia e Política, Mídia e Movimentos Sociais, Sociologia da Cultura e Pensamento Social Brasileiro. Possui trajetória de atuação profissional vinculada aos movimentos sociais do campo e, atualmente, trabalha como Analista de Suporte em Desenvolvimento Rural (Comunicação Social), na Gerência de Transferência de Tecnologias e Conhecimento, do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6518466392290560>
E-mail: lucianasgirelli@gmail.com

Mateus Hajime Fiori Sawamura

Atualmente é graduando (licenciatura e bacharelado) em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Tem pesquisado temas como manifestações de junho de 2013, (des)politização e disputa narrativa nas áreas de teoria política e pensamento político brasileiro.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3454423820304116>
E-mail: mitchue.mateus@gmail.com

Rafael de Almeida Andrade

Estudante de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP-Marília), foi integrante do grupo de pesquisa vinculado ao Cnpq “Organizações e Democracia” no qual foi bolsista de iniciação científica FAPESP. Atualmente é Mestrando em Ciências Sociais pela mesma instituição e participa Do Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana NEOM/UNESP-Marília.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3914363903647105>
E-mail: rafinha_fut9@hotmail.com

Renan Araújo Kell

Estudante de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia e Ciências (UNESP-Marília), integra e integrou ativamente os grupos: Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana NEOM/UNESP-Marília; Grupo de Estudos de História Tempo e Temporalidades; Grupo de Estudos de Economia e compôs o Coletivo Cine Ocupa na UNESP-Marília; organiza o Grupo de estudos Em defesa de György Lukács na UNESP-Marília. Fez parte do Projeto de Educação Tutorial PET-Ciências Sociais UNESP-Marília no ano de 2014/2015 e foi um dos fundadores e responsável pelo desenvolvimento do Movimento Socialista Alternativa e Casa de Cultura Sociedade Alternativa, ambos localizados na Zona Leste de São Paulo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7415797540719895>
E-mail: renan.kell@hotmail.com

Rodrigo Dantas de Medeiros

Bacharel em Direito pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2007). Graduado em Licenciatura Plena em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2017). Graduado em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (1018). Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2018). Possui diploma no Curso de Língua e Cultura Geral Italiana - FECIBESP (2007). Atua nas áreas de Política, Sociologia e História, com ênfase no pensamento Político e Social no Brasil.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6577294221159206>
E-mail: rodrigo.de.medeiros@hotmail.com

DIRETRIZES PARA AUTORES / GUIDELINES FOR AUTHORS

Serão aceitos trabalhos na forma de artigos, ensaios, resenhas, entrevistas, traduções, informes nas áreas de **Antropologia**, **Sociologia** e/ou **Ciências Políticas**:

1. Exclusivamente, trabalhos de estudante de qualquer curso de ciências sociais na condição de autores como graduandos/graduados/mestrandos/doutorandos e co-autores sendo orientadores (professores);
2. Trabalhos originais e inéditos, preferencialmente em português, porém, serão aceitos também trabalhos inglês, espanhol e francês;
3. A revista terá uma sessão temática e uma sessão de trabalhos avulsos, na qual só terá validade para submissão de trabalhos que se enquadrem ao perfil e linha editorial, e por fim da qualidade dos textos submetidos;
4. Só serão aceitos textos que se adequem às regras aqui expostas. É direito e responsabilidade do Comitê Editorial recusar, rejeitar ou sugerir modificação dos trabalhos que não atendam às normas estabelecidas ou que sejam considerados inadequados aos objetivos da revista. No caso de sugestão de modificação o autor terá um prazo de 2 (duas) semanas para revisar e modificar seu trabalho, este será novamente submetido à análise;
5. Os artigos deverão ser enviados em formato compatível com Word 97-2003 (DOC ou DOCX) ou OpenOffice (PDT);
6. Prezando pela qualidade, a revista terá mínimo de 10 publicações por número, já o limite máximo será de 24 publicações por volume.

FORMATAÇÃO GERAL DO DOCUMENTO

1. Página A4, Fonte Times New Roman, tamanho 12;
2. Espaçamento entre linhas 1,5 pt (um e meio). Referentes às referências bibliográficas e as notas deverão apresentar 1 pt (um) de espaçamento;
3. Parágrafo com recuo de 1,25 cm;
4. Margem superior e esquerda 03 cm (três), inferior e direita 2 cm (dois);
5. Alinhamento Justificado (não devem ser usados barras, travessões, hifens, asteriscos e outros sinais gráficos na margem lateral direita do texto, que não deve apresentar saliência e reentrância);
6. O documento não deve apresentar numeração das páginas.

GRIFOS

Aspas: apenas para metáforas, transcrições e citações;

Negrito: somente para títulos de capítulos, tópicos, tabelas e gráficos;

Sublinhado: jamais é utilizado;

Itálico: palavras estrangeiras, títulos de livros, jornais, artigos, teses etc., quando aparecerem no corpo do texto. Apenas muito excepcionalmente o itálico deve ser usado para ressaltar palavras e expressões — sugerimos, no entanto, que esse artifício seja evitado.

ORIENTAÇÕES GERAIS DOS TRABALHOS

Artigos: Deve ser originais, ter entre 08 (oito) e 20 (vinte) páginas (até 10.000 palavras, incluindo referências e notas); contendo resumo até 400 palavras, quatro ou cinco palavras-chave, português.

Estrutura do artigo:

1. Título do Artigo (Em maiúsculo, negrito, centralizado, Times New Roman, tamanho 12);
2. Introdução;
3. Desenvolvimento;
4. Conclusão;
5. Anexos (imagens, tabelas etc. devem ficar dentro do texto);
6. Notas devem ficar no rodapé;
7. Referências Bibliográficas.

Resenhas: As resenhas devem ser de obras recentes, no máximo dois anos anteriores ao ano da chamada; e para obras ainda sem tradução para o português, no máximo, cinco anos anteriores ao ano da chamada. Deverão ter no máximo 06 (seis) páginas (até 1.200 palavras), contendo como título apenas a referência do livro e páginas utilizadas.

Ensaio: Devem ser originais, ter entre 08 (oito) e 20 (vinte) páginas (até 10.000 palavras, incluindo referências e notas); contendo resumo até 400 palavras, quatro ou cinco palavras-chave.

Entrevistas: Textos contendo até 2.500 palavras, informando nome(s) dos entrevistado(s) e entrevistador(es). Não se esquecendo de solicitar uma autorização do(s) entrevistados, concordando com a publicação das informações prestada nas entrevistas.

Traduções: Deve ser de textos ainda não traduzidos na língua portuguesa, deve conter título, nome(s) do(s) autor(es) e dos tradutor(es). Não se esquecer de anexar cópia do texto original utilizado na tradução, juntamente com o termo de autorização, contendo direitos autorais, que estará permitindo publicação em português. Até 10.000 (dez mil) palavras.

Informes: Deve ser originais, ter entre 02 (dois) e 05 (cinco) páginas; informando algum evento científico, ou experiências a partir de projetos de extensão, PIBIC, PIBID, PETs, núcleos de pesquisas, pesquisas envolvidas nas áreas de educação, sociologia, antropologia e ciência política.



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

PPGA **UFPE**
Pós-Graduação em Antropologia